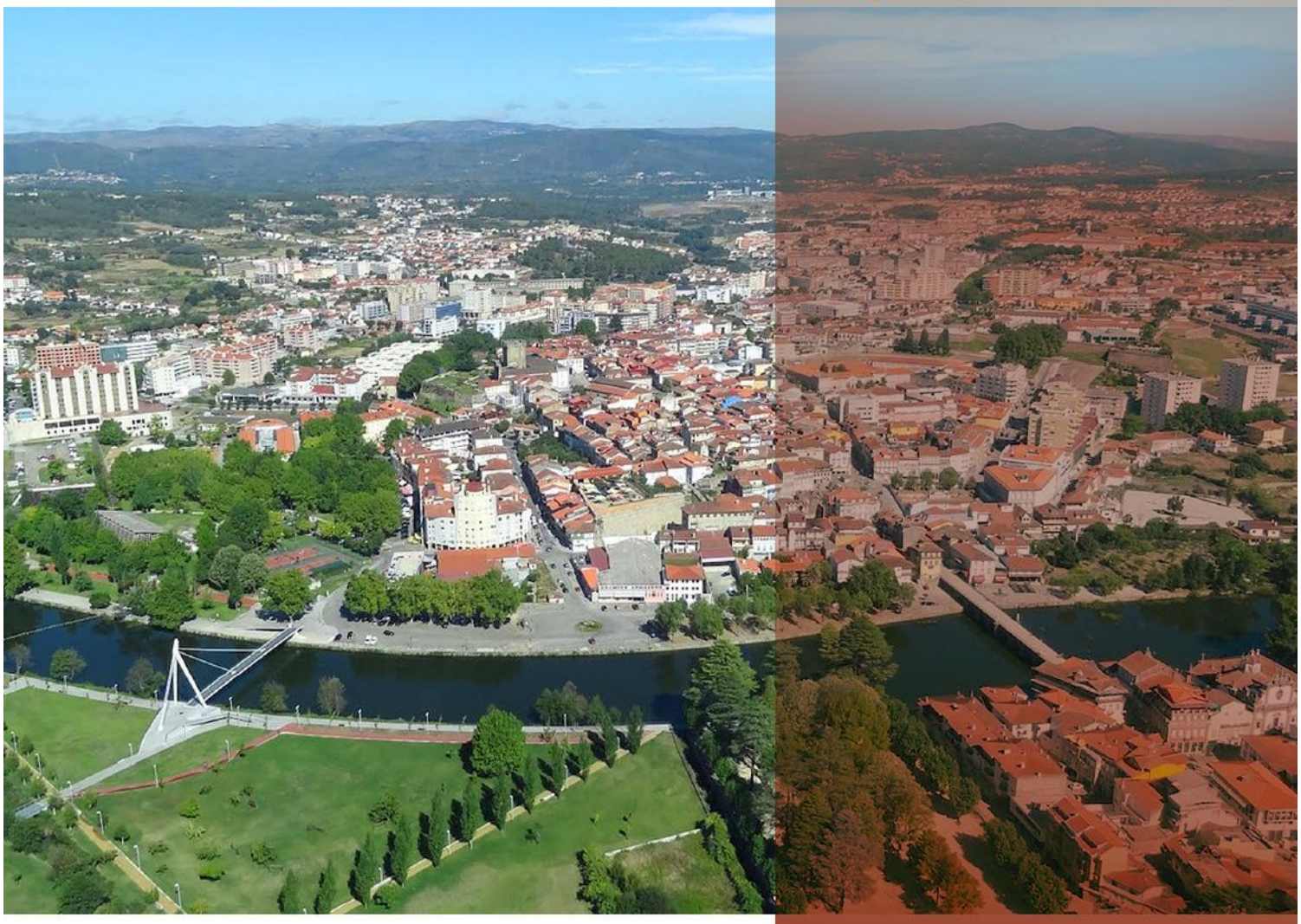
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES

Estudo Prévio

Estudos de Caraterização

2-Atividades económicas

Agricultura e Florestas



Novembro 2015

GIPP, Lda.

revisão pdm plano diretor municipal de CHAVES

ÍNDICE DO RELATÓRIO

ÍNDICE DE FIGURAS 3

ÍNDICE DE QUADROS 3

ÍNDICE DE GRÁFICOS 4

ANEXOS 4

1. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA AGRICULTURA 7

1.1 ESPAÇOS AGRÍCOLAS 7

1.1.1 Introdução 7

1.1.2 Território agrícola 7

1.1.3 Tipo de solo 9

1.1.4 Aptidão agrícola 11

1.1.5 Reserva Agrícola Nacional 15

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA 18

1.2.1 Enquadramento geral 18

1.2.2 Explorações agrícolas 20

1.2.3 Natureza jurídica do produtor 21

1.2.4 Máquinas e equipamentos 22

1.2.5 Superfície agrícola utilizada 23

1.2.6 Culturas temporárias 25

1.2.7 Culturas permanentes 28

1.2.8 Pecuária 34

1.3 AGRICULTURA BIOLÓGICA 49

1.4 SISTEMAS DE REGA 51

1.5 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 56

2. MODELO TERRITORIAL DA AGRICULTURA 61

2.1 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO 61

2.1.1 Perspectiva nacional 61

2.1.2 Perspectiva regional 66

2.2 ANÁLISE SWOT 69

2.3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 70

3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA FLORESTA 76

3.1 ESPAÇOS FLORESTAIS 76
3.1.1 Metodologia 76
3.1.2 Ocupação do solo – Espaços florestais 79
3.1.3 Floresta e espécies florestais dominantes 80
3.1.4 Perímetro Florestal de Chaves 81
3.1.5 Organização florestal 83
3.2 APTIDÃO FLORESTAL 83
3.3 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 85
4. MODELO TERRITORIAL DA FLORESTA 87
4.1 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL E REGIONAL 87
4.1.1 Perspectiva nacional 87
4.1.2 Perspectiva regional 89
4.2 ANÁLISE SWOT 100
4.3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 101
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 104
5.1 SITES CONSULTADOS 105
6. ANEXOS 107

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Espaços agrícolas 8
Figura 1.2 – Carta dos solos 11
Figura 1.3 – Aptidão da terra para produção agrícola 13
Figura 1.4 – Aptidão da terra para pastagem melhorada 14
Figura 1.5 – Capacidade de uso do solo 16
Figura 1.6 – Reserva Agrícola Nacional 17
Figura 1.7 – Ruralidade 20
Figura 1.8 – Horticultura 28
Figura 1.9 – Vitivinicultura 31
Figura 1.10 – Cooperativa Agrícola de Chaves 32
Figura 1.11 – Adega Cooperativa Ribeira de Oura de Vidago 33
Figura 1.12 – Frutos secos 34
Figura 1.13 – Carne de bovino 38
Figura 1.14 – Carne suína 40
Figura 1.15 – Produtos de fumeiro 41
Figura 1.16 – Carne ovina 43
Figura 1.17 – Carne caprina 45
Figura 1.18 – Apicultura 47
Figura 1.19 – Açude da Veiga de Chaves / Vila Verde da Raia 52
Figura 1.20 – Barragem da Arcossó 53
Figura 1.21 – Barragem do Rego do Milho 54
Figura 1.22 – Barragem da Curalha 55
Figura 1.23 – Barragem de Mairos 55
Figura 1.24 – Aproveitamentos hidroagrícolas 56
Figura 2.1 – Classificação dos espaços rurais 68
Figura 3.1 – Espaços florestais das fontes de informação disponíveis 78
Figura 3.3 – Carta de Ocupação do Solo 79
Figura 3.4 – Carta dos Povoamentos Florestais 81
Figura 3.4 – Perímetro Florestal de Chaves 82
Figura 3.6 – Aptidão da terra para produção silvopastoril 85
Figura 4.1 – Áreas sensíveis contempladas no PROF-BeP 98
Figura 4.2 – Freguesias com áreas preferenciais para a criação de ZIF 99
Figura 4.3 – Sub-regiões homogéneas segundo orientação funcional 100

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 - Produtos Tradicionais com registo comunitário 19
Quadro 1.2 – Explorações agrícolas equipadas com trator em 1999 e 2009 22
Quadro 1.3 – Leite recolhido (milhares de litros) em Chaves 36
Quadro 1.4 – Composição da superfície total das explorações 56
Quadro 1.5 – Natureza jurídica do produtor 57
Quadro 1.6 – Máquinas e equipamentos 57
Quadro 1.7 – Evolução da Superfície Agrícola Utilizada 57
Quadro 1.8 – Forma de exploração da SAU 58
Quadro 1.9 – Composição da SAU 58
Quadro 1.10 – Culturas temporárias 58
Quadro 1.11 – Culturas permanentes 59
Quadro 1.12 – Efetivo animal 59

Quadro 3.1 – Espaço florestal 78
Quadro 3.2 – Floresta do concelho (PMDFCI, 2013) 85
Quadro 3.3 – Espaços florestais (PMDFCI, 2013) 86
Quadro 3.4 – Espécies florestais dominantes (PMDFCI, 2013) 86
Quadro 3.5 – Aptidão florestal 86
Quadro 4.1 – Características das barragens e albufeiras de grande dimensão do município 107

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Espaços agrícolas 8
Gráfico 1.2 – Tipo de solos 9
Gráfico 1.3 – Aptidão da terra para produção agrícola 12
Gráfico 1.4 – Aptidão da terra para pastagem melhorada 14
Gráfico 1.5 – Composição da superfície total das explorações 21
Gráfico 1.6 – Evolução do nº e superfície das explorações agrícolas em Chaves entre 1989 e 2009 21
Gráfico 1.7 – Máquinas e equipamentos 22
Gráfico 1.8 – Forma de exploração da SAU 24
Gráfico 1.9 – Composição da SAU em 2009 (à esquerda) e em 1999 (à direita) 25
Gráfico 1.10 – Composição das culturas temporárias 26
Gráfico 1.11 – Composição das culturas permanentes 29
Gráfico 1.12 – Produção vinícola declarada expressa em mosto 31
Gráfico 1.13 – Efetivo bovino 35
Gráfico 1.14 – Efetivo suíno 39
Gráfico 1.15 – Efetivo ovino 42
Gráfico 1.16 – Efetivo caprino 44
Gráfico 1.17 – Efetivo apícola 46
Gráfico 1.18 – Evolução da superfície agrícola em modo de produção biológica 50
Gráfico 1.19 – Culturas e área regada 53
Gráfico 3.1 – Espaços florestais (CLC2000) 77
Gráfico 3.2 – Espaços florestais (COS90) 77
Gráfico 3.3 – Espaços florestais (Cartografia 10k) 77
Gráfico 3.4 – Espaços florestais (PMDFCI) 77
Gráfico 3.5 – Espécies florestais dominantes 80
Gráfico 3.6 – Aptidão da terra para produção silvopastoril 84

ANEXOS

ANEXO 1 – BARRAGENS E ALBUFEIRAS DE GRANDE DIMENSÃO DO MUNICÍPIO

LISTA DE ABREVIATURAS

ADRAT	Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega
AFACC	Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves
AHC	Aproveitamento Hidroagrícola de Chaves
AMAT	Associação de Municípios do Alto Tâmega
AMAT	Associação de Municípios do Alto Tâmega
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
BSE	Encefalopatia Espongiforme Bovina
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
COAS2003	Carta de Ocupação Actual do Solo
COS	Carta de Ocupação do Solo
CLC2000	CORINE Land Cover
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGADR	Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGRF	Direcção-Geral dos Recursos Florestais
DO	Denominação de Origem
DOC	Denominação de Origem Controlada
DOP	Denominação de Origem Protegida
DRAPN	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
ETG	Especialidade Tradicional Garantida
FAO	Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação
GPP	Gabinete de Planeamento e Políticas
IG	Indicação Geográfica
IGP	Indicação Geográfica Protegida
IGP	Instituto Geográfico Português
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPR	Indicação de Proveniência Regulamentada
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MPB	Modo de Produção Biológico
NMC	Nível de Máxima Cheia
NME	Nível Mínimo de Exploração
NPA	Nível de Pleno Armazenamento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PGF	Plano de Gestão Florestal
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PRODI	Modo de Produção Integrada
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT-N	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
PROT-TMAD	Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro
PROF-BeP	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RGA	Recenseamento Geral da Agricultura
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SIC	Sítio de Interesse Comunitário
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VQPRD	Vinhos de Qualidade Produzidos em Regiões Determinadas
ZIF	Zona de Intervenção Florestal
ZPE	Zona de Protecção Especial

1. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA AGRICULTURA

1.1 ESPAÇOS AGRÍCOLAS

1.1.1 INTRODUÇÃO

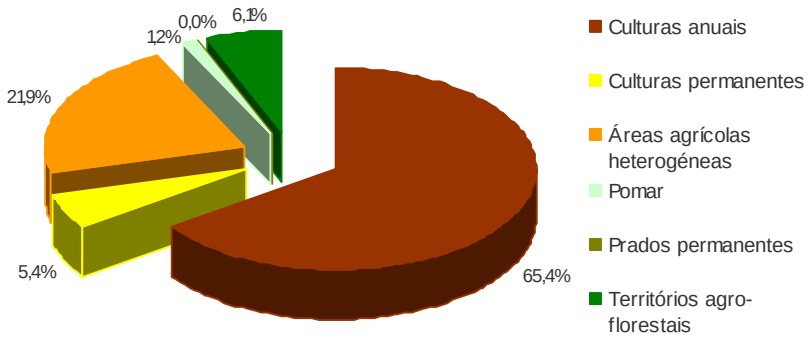
A regulação da atividade agrícola não é matéria do Plano Diretor Municipal (PDM), porque tal não é competência das Câmara Municipais, quer no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, quer em matéria de licenciamento e fiscalização. Ao PDM compete a identificação das áreas agrícolas, tendo presente as aptidões e potencialidades do solo, o impacte da agricultura ao nível social, ambiental e de ocupação do espaço rural, a importância das áreas agrícolas na diversidade e compartimentação da paisagem e na sustentabilidade ecológica e física do território. Ao PDM compete, ainda, integrar as opções de âmbito nacional e regional sobre esta matéria, nomeadamente em articulação com as políticas do plano sectorial da agricultura e em conformidade com a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário (Lameiras, 2004).

Pesem embora algumas desatualizações dos elementos estatísticos analisados (último recenseamento geral da agricultura disponível), entende-se que o panorama traçado permanece genericamente válido, e que manterão alguma atualidade, nomeadamente, nas recomendações e sugestões formuladas quanto ao possível papel da autarquia na dinamização do sector.

1.1.2 TERRITÓRIO AGRÍCOLA

A caracterização do território agrícola foi efetuada com base na Carta de Ocupação do Solo (COS90) do Instituto Geográfico Português (IGP), à escala 1:25 000. Embora o levantamento aerofotométrico se reporta a 1990, a COS90 é a carta com o maior grau de pormenorização das diversas tipologias existentes no território agrícola à escala municipal/regional, efetuada até hoje.

Segundo a COS90, em 1990 os espaços agrícolas ocupavam 27 600 hectares, o que representa 46,7% da superfície geográfica do município. As áreas destinadas às culturas anuais representam a principal classe de espaço agrícola (65,4%), prevalecendo às culturas de sequeiro. Como se pode verificar pela figura seguinte, a zona de planalto do município que se estende desde a freguesia de Nogueira da Montanha até Mairos e Travancas, bem como parte veiga de Chaves representam as principais faixas afetas a este tipo de classe de espaço. A superfície ocupada por culturas permanentes, constituída maioritariamente por vinhas, representa apenas 5,4% do total da superfície dos espaços agrícolas, incidindo principalmente na zona sul do município e na envolvente das localidades de Santo Estêvão e Faiões. A superfície ocupada por áreas agrícolas heterogéneas representa a segunda maior superfície agrícola, com 21,9% da superfície ocupada pelos espaços agrícolas. É na freguesia da Madalena e no entorno dos aglomerados rurais que se localizam este tipo de classe de espaço, sendo constituído principalmente por sistemas culturais e parcelares complexos ou áreas de horticultura, e em menor escala por culturas de sequeiro alternadas por pequenas vinhas, pomares ou olivais. De salientar ainda a superfície ocupada pelos territórios agroflorestais, que representam 6,1% da superfície ocupada pelos espaços agrícolas, dispersa pelo território concelhio, constituído principalmente por áreas ocupadas por culturas anuais alternadas por manchas de castanheiros mansos ou outras folhosas.



Fonte: COS90 (IGP), 1990

Gráfico 1.1 – Espaços agrícolas

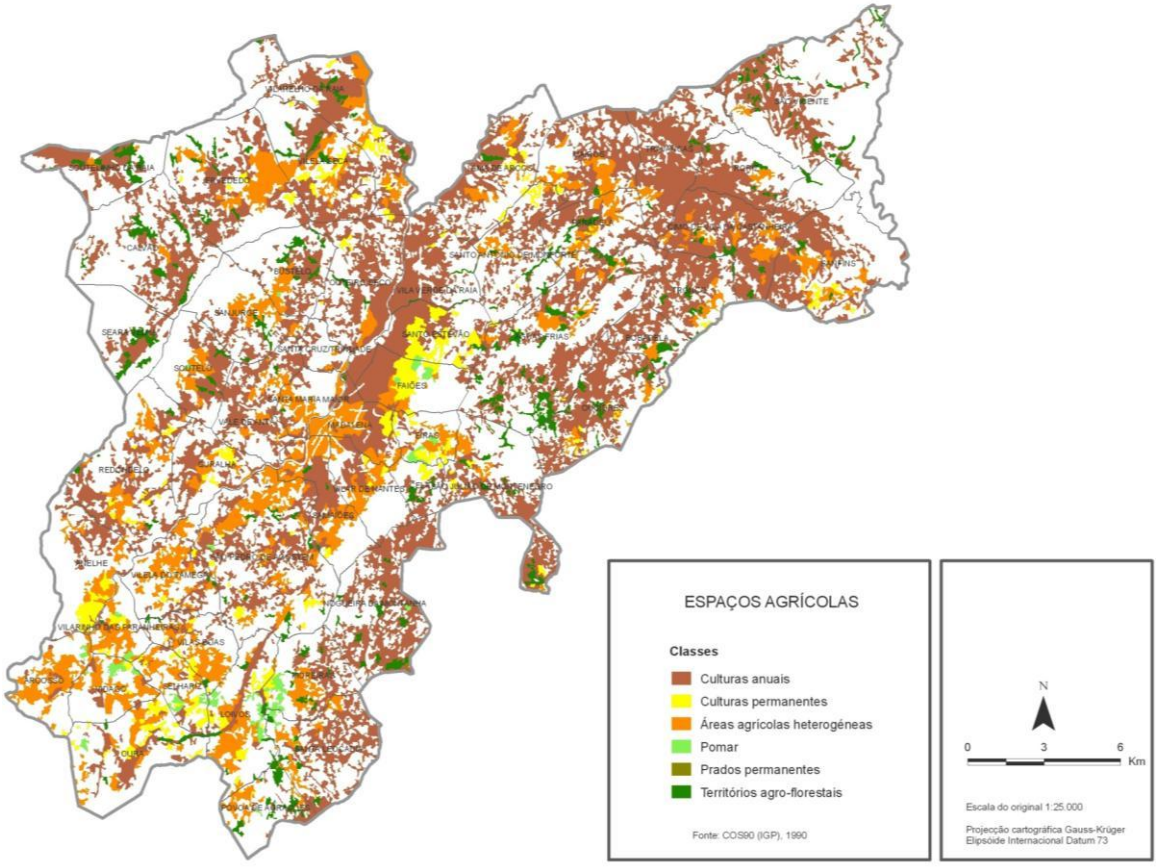


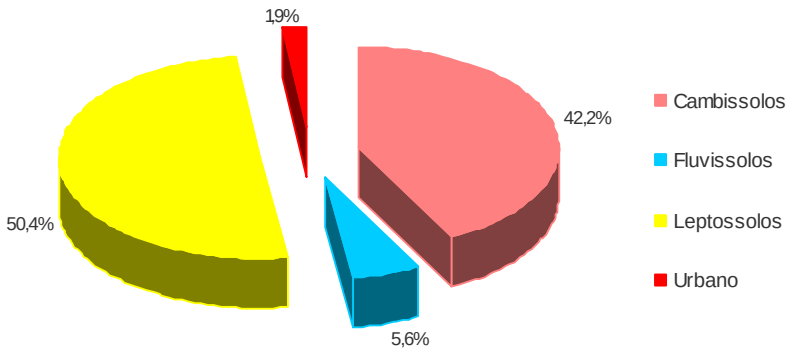
Figura 1.1 – Espaços agrícolas

1.1.3 TIPO DE SOLO

A maior parte dos solos do concelho formaram-se a partir de materiais da alteração e desagregação do substrato rochoso por ação dos agentes de meteorização, de intensidade variável em função do clima, do relevo e da vegetação, dando origem a solos muitos soltos com granulometria e espessura variadas. Os restantes solos formam-se a partir de materiais pouco consolidados de formações sedimentares de cobertura, de materiais acumulados por aluviação ou por coluviação (Agroconsultores e Coba, 1991).

A carta dos solos do município foi elaborada com base na Carta dos Solos do Nordeste de Portugal, produzida em 1991 pela Agroconsultores e Coba para a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no âmbito do Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes. A elaboração da Carta dos Solos do Nordeste de Portugal implicou a realização de trabalhos de reconhecimento no campo, análises de amostras de terra e a caracterização e classificação dos solos ordenadas de acordo com a Legenda da Carta de Solos do Mundo, da FAO/UNESCO, quarta versão ajustada.

De acordo com a carta dos solos, os leptossolos, que ocupam cerca de 50,4% da superfície do concelho, constituem a principal unidade de solo existente, com destaque para os leptossolos úmbricos e dístricos órticos. Os leptossolos são solos limitados por rocha dura contínua e coerente a menos de 50 cm de profundidade o que dificulta a sua exploração para fins agrícolas, para a fixação de raízes e para o armazenamento de água. Os solos desta unidade apresentam deficientes condições de fertilidade, associados a acidez e pobreza em fósforo disponível. Os leptossolos úmbricos são a subunidade mais representativa dos leptossolos, principalmente nas zonas mais frias e húmidas, em áreas que não foram aproveitadas para agricultura e que foram mantidas permanentemente sob coberto vegetal, sobretudo de matos. Em segundo lugar, em termos de dimensão, surgem os leptossolos dístricos órticos. Estes solos abrangem áreas cultivadas desde longa data e muito degradados, dominando principalmente zonas de relevo ondulado suave em áreas de xisto e rochas afins.



Fonte: Agroconsultores e Coba, 1991

Gráfico 1.2 – Tipo de solos

Os cambissolos representam a segunda unidade de solo em termos de dimensão, com cerca de 42,2% da superfície geográfica do município. Estes solos desenvolvem-se a partir de materiais de alteração da rocha subjacente ou a partir de materiais provenientes de rocha semelhante, mas transportados à distância, quer por ação da gravidade quer pelas águas de escorrimento superficial (coluviões). Os cambissolos caracterizam-se por possuir teores baixos de matéria orgânica, obrigando a que se proceda a adubações e estrumações para uso agrícola. Os cambissolos dístricos órticos constituem a principal subunidade, com representação principalmente em áreas de rochas graníticas, principalmente em áreas com relevo suavemente ondulado. Os cambissolos úmbricos órticos constituem a segunda subunidade, em termos de dimensão, seguida dos cambissolos úmbricos crómicos. Estes dois tipos de solo têm maior representação nas áreas húmidas e de maior altitude, nomeadamente, na zona de planalto das sub-regiões de Monforte e Castanheira e nas terras altas do Barroso (freguesia de Soutelinho da Raia).

Por último, surgem os fluvissolos que ocupam 5,6% da superfície do concelho. Os fluvissolos são solos desenvolvidos a partir de depósitos aluvionares, correspondendo na sua maioria a manchas no fundo dos vales aplanados, salientando-se desde logo a veiga de Chaves. Os fluvissolos dístricos órticos de aluviões constituem a principal subunidade presente, caracterizando-se por serem solos espessos, de textura média, com teor em matéria orgânica baixa a moderado nos níveis superiores e baixo grau de saturação em bases. Os fluvissolos são solos muito evoluídos que têm maior teor em matéria orgânica relativamente aos restantes tipos de solo e, por isso, um nível de fertilidade química elevado e uma elevada aptidão para a agricultura, pecuária, floresta e pastagens.

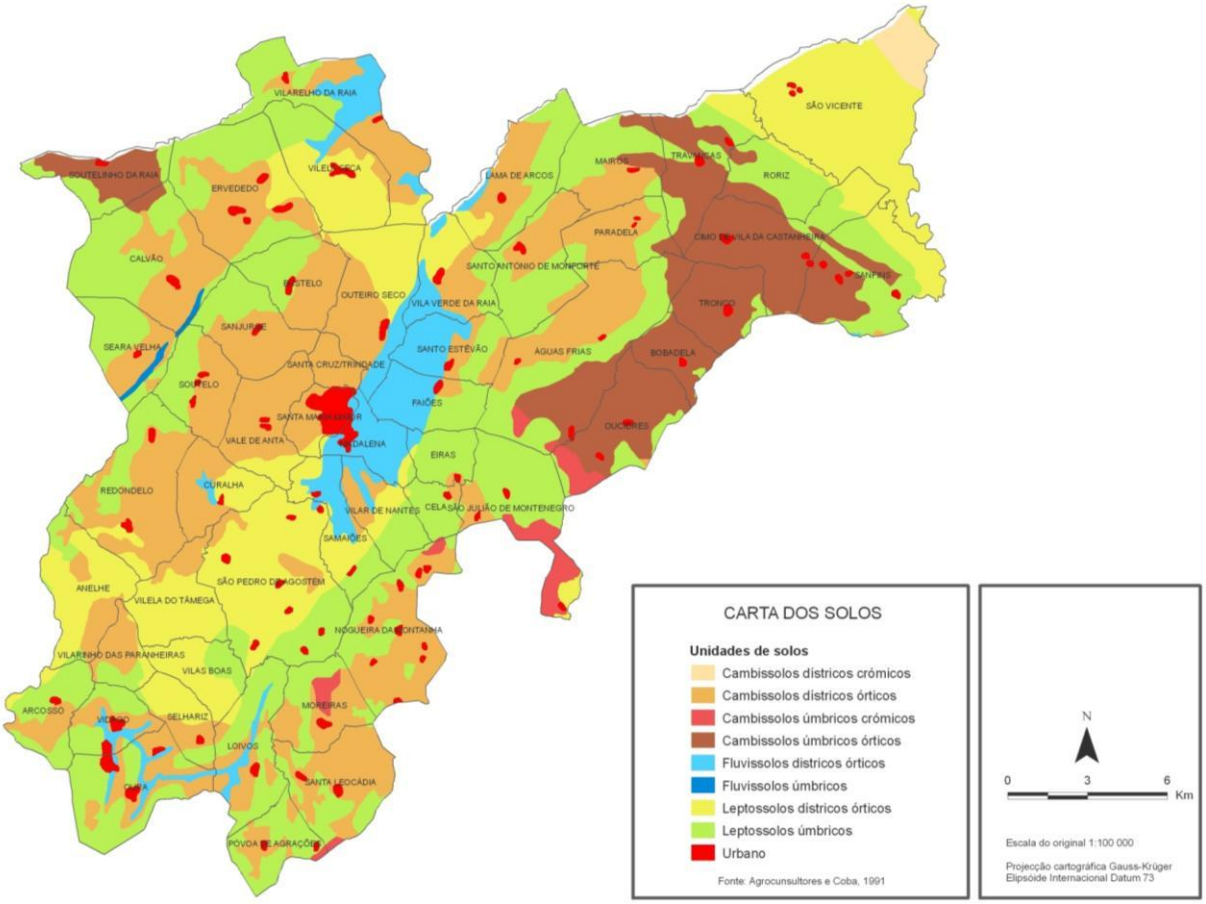


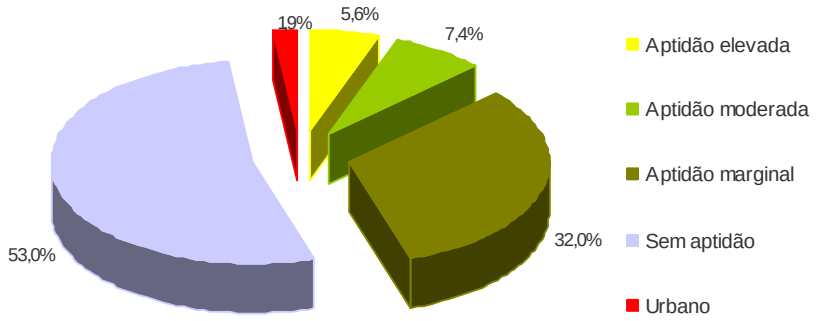
Figura 1.2 – Carta dos solos

1.1.4 APTIDÃO AGRÍCOLA

A carta de aptidão da terra constitui uma ferramenta de grande utilidade para o planeamento do espaço agrário e natural à escala municipal. Passam a ser conhecidas ao nível biofísico as zonas com melhores potencialidades agrícolas e florestais, as zonas mais sensíveis à intervenção do Homem, e as zonas que, tendo fracas potencialidades para os tipos de uso atuais, podem ser orientadas para outras utilizações alternativas.

A carta da aptidão agrícola e a carta da aptidão para uso em pastagem melhorada foi efetuada com base na Carta dos Solos, Carta do Uso Actual da Terra e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal. Na elaboração da Carta de Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal foram considerados diversas características e qualidades da terra, nomeadamente, o regime das temperaturas, as condições de enraizamento, a fertilidade, a toxicidade do solo, a drenagem, a disponibilidade de água no solo, os riscos de erosão e a presença de obstáculos no solo (afloramentos rochosos, terraceamento e inclinação do terreno).

Segundo a carta da aptidão agrícola, a maioria da superfície do município não possui aptidão agrícola, representando as áreas com aptidão agrícola apenas 45,1% da superfície geográfica do concelho. As áreas sem aptidão localizam-se principalmente em zonas de encostas e caracterizam-se por serem solos jovens, delgados e pouco evoluídos. Efetuando uma comparação com a carta de ocupação do solo verifica-se que nem sempre os espaços agrícolas se localizam em áreas com aptidão agrícola. Estas áreas podem ser utilizadas para proteção da vida selvagem, captação de águas, regularização de caudais, atividades recreativas ou mesmo pastoreio muito extensivo, apicultura e cinegética (Agroconsultores e Coba, 2001), invertendo deste modo o processo degradação dos solos impulsionado por uma ocupação agrícola intensiva. Por outro lado, as áreas com aptidão agrícola elevada representam apenas 5,6% do território do município. Estas áreas são constituídas por solos mais profundos e mais férteis, constituindo áreas agrícolas de excelência. Estas áreas correspondem à veiga de Chaves, que representa a maior superfície com aptidão agrícola elevada, seguido da veiga de Calvelos (freguesias de Vilarelho da Raia e Vilela Seca) e das zonas aluvionares e coluviais ao longo das margens das ribeiras de Oura, Calvão e Feces. A encosta poente do vale do Tâmega e a zona de planalto do concelho entre Nogueira da Montanha e Travancas constituem maioritariamente as restantes zonas com aptidão agrícola.



Fonte: Agroconsultores e Coba, 1991

Gráfico 1.3 – Aptidão da terra para produção agrícola

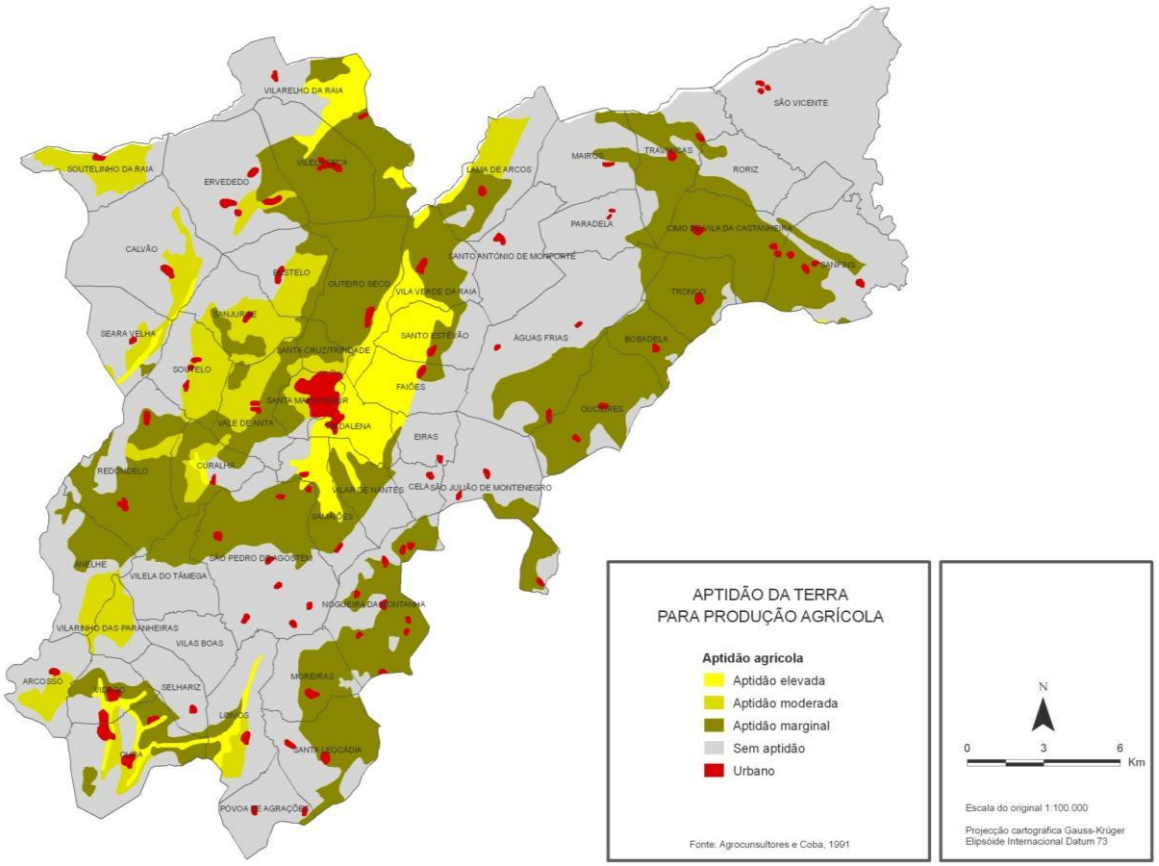
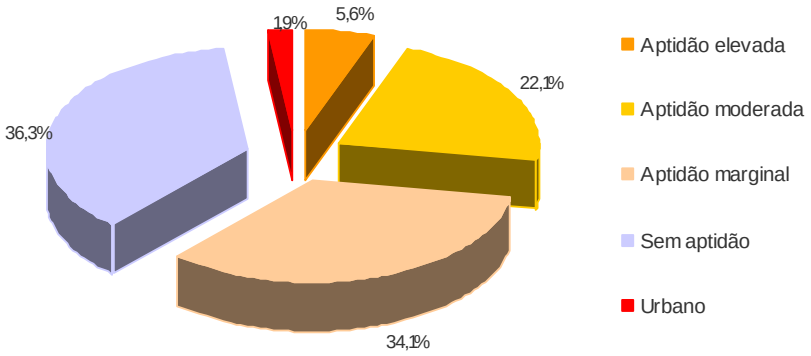


Figura 1.3 – Aptidão da terra para produção agrícola

A aptidão da terra para pastagem melhorada refere-se a usos em prados permanentes através de sementeiras (com preparação da terra e fertilização) ou outras práticas, como seleção, fertilizações, mobilizações periódicas, etc., incluindo também lameiros (Agroconsultores e Coba, 2001). Segundo esta carta, as áreas com aptidão para uso em pastagem melhorada representa 61,7% da superfície geográfica do município, ocupando cerca de 36 276 hectares. As áreas com aptidão para pastagem melhorada elevada coincidem com as áreas com aptidão agrícola elevada, correspondendo às zonas de vale aplanados do concelho. Por outro lado, as zonas sem aptidão para uso em pastagem melhorada correspondem principalmente às zonas de encosta ou mais declivosas do município.



Fonte: Agroconsultores e Coba, 1991

Gráfico 1.4 – Aptidão da terra para pastagem melhorada

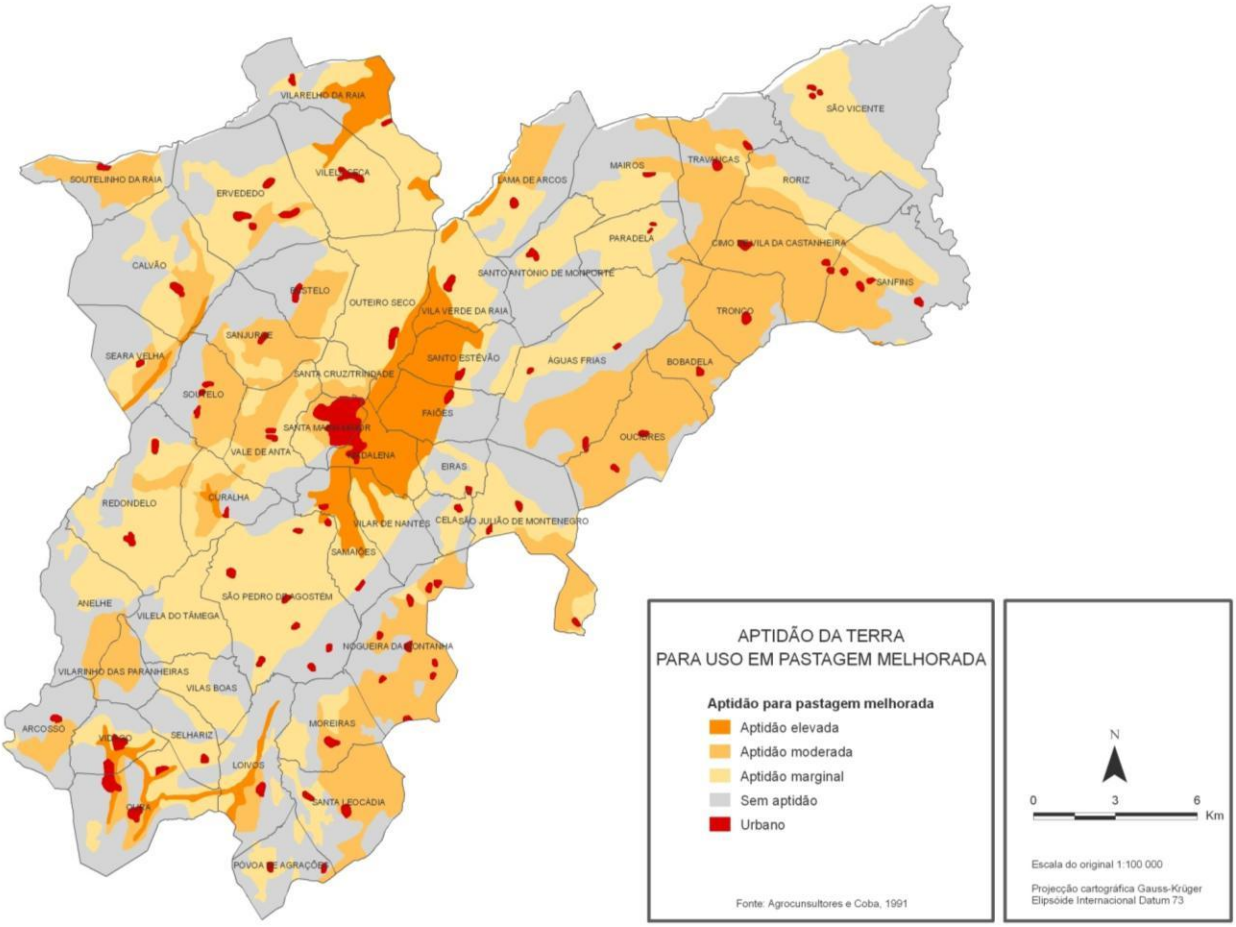


Figura 1.4 – Aptidão da terra para pastagem melhorada

1.1.5 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) é o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas. A RAN visa defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir a sua afetação à agricultura. As áreas de RAN são constituídas principalmente por solos com capacidade de uso elevada, por solos de baixas aluvionares e coluviais e por as áreas submetidas a importantes investimentos hidroagrícolas. Este tipo de solos, com capacidade de produção de biomassa, ou seja, boa estrutura, ricos em matéria orgânica, água disponível e alguma profundidade, são aptos, tanto para a agricultura, como para a instalação de espaços urbanos de lazer e recreio. Porém, mesmo que se verifique abandono da atividade agrícola nestas áreas ou mesmo que estes solos não sejam utilizados para nenhuma destas atividades devem ser preservados e deve-se contemplar estratégias de salvaguarda e melhoramento dos solos, para que num futuro em que as circunstâncias se alterem, possam vir a preencher as suas funções privilegiadas (Magalhães, 2007).

A primeira RAN do concelho de Chaves foi efetuada com base na carta de capacidade do uso do solo. Esta carta foi elaborada segundo o Esboço Geral de Ordenamento Agrário, à escala 1:25 000, do extinto Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário. A figura seguinte do Atlas do Ambiente, embora possua uma escala inferior (1:1 000 000), dá-nos uma ideia da carta que serviu de base à elaboração da primeira RAN do município.

As classes existentes no concelho podem ser definidas da seguinte forma:

Classe A: solos com capacidade de uso muito elevado, com poucas ou nenhumas limitações, sem risco de erosão ou com riscos ligeiros, suscetíveis de utilização agrícola intensiva e de outras utilizações;

Classe C: solos com capacidade de uso mediana, limitações acentuadas, riscos de erosão, no máximo, elevados, suscetíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações;

Classe F: solos com capacidade de uso muito baixos, limitações muito severas, risco de erosão muito elevado e não suscetíveis de uso agrícola.

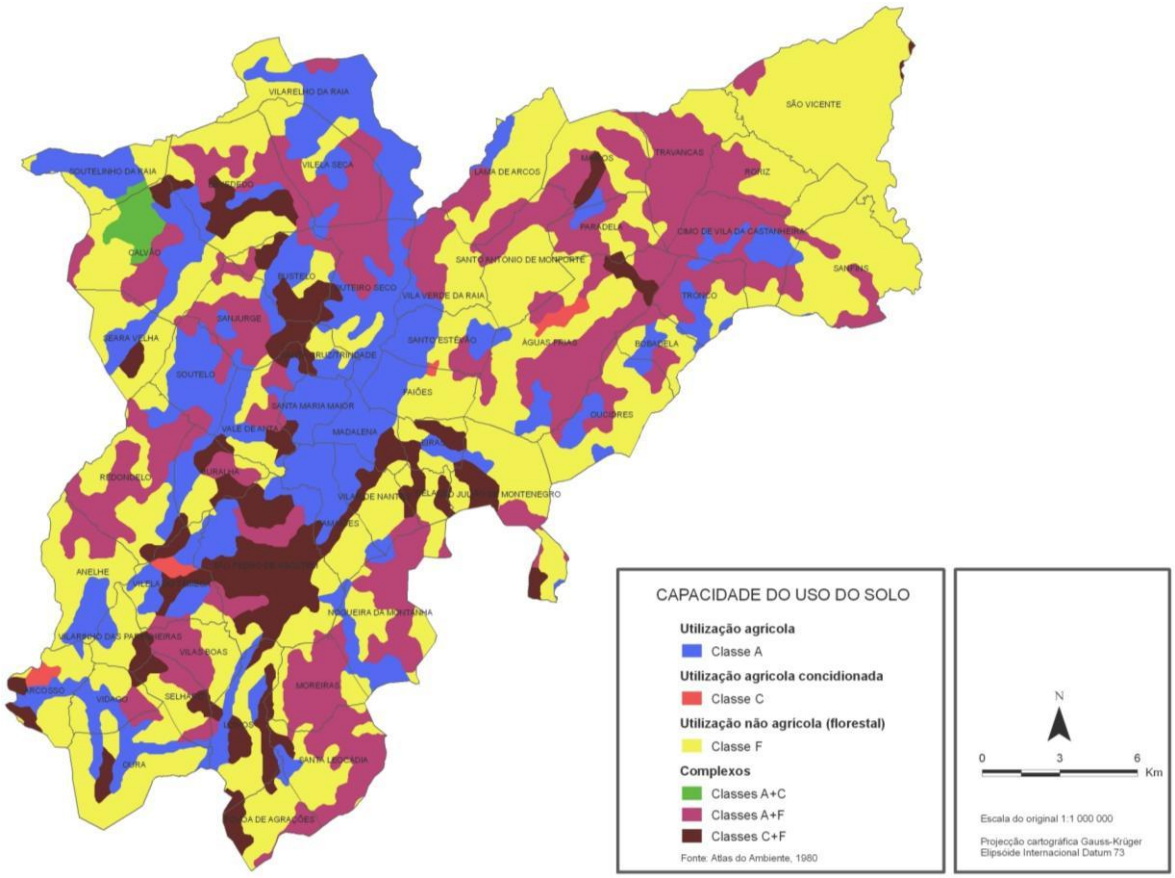


Figura 1.5 – Capacidade de uso do solo

A primeira delimitação da RAN elaborada pelos serviços competentes, e publicada em Diário da Republica através da Portaria nº 380/93 de 3 de Abril, não incluiu as áreas a desafetar, baseada nos destinos de uso do solo preconizados no Plano Diretor Municipal.

A segunda RAN, automaticamente aprovada com a ratificação do primeiro PDM, ocupava uma área de 9064 hectares, o que representava 15,3% da superfície total do município. As duas manchas principais demarcavam a veiga de Chaves e a veiga de Calvelos, ambas áreas agrícolas de excelência e que foram alvo de importantes investimentos hidroagrícolas. Contudo, a RAN encontrava-se demasiada "retalhada" e com as manchas espaçadas umas das outras. Embora esteja localizada em todas as freguesias do concelho, a RAN ocupava superfícies consideráveis em determinadas freguesias, nomeadamente, Vilarelho da Raia (682 ha), Outeiro Seco (496 ha), Nogueira da Montanha (454 ha), Madalena (449 ha), Faiões (400 ha) e Santo Estêvão (399 ha).

Com a revisão do PDM, a RAN iniciou um processo de ajuste dos seus limites, dada a necessidade de adequação à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais presentes e futuras. A nova delimitação teve ainda em conta a Carta dos Solos e a Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal, de modo a preservar as áreas de maior aptidão agrícola, através da sua inclusão no regime de proteção da RAN e proceder a sua afetação à agricultura através da sua identificação como uma categoria de espaços agrícolas. A

Carta dos Solos e Carta da Aptidão da Terra do Nordeste de Portugal vieram substituir, no Nordeste Transmontano, o antigo Esboço Geral de Ordenamento Agrário.

É importante ter em conta que os solos incluídos na RAN, sobretudo as áreas de maior aptidão agrícola, não podem ser entendidos apenas como áreas afetas à atividade agrícola, mas também como valores naturais e paisagísticos indispensáveis à sustentabilidade ecológica, física e paisagística do território, não sendo admitidas intervenções que ponham em causa essa potencialidade.

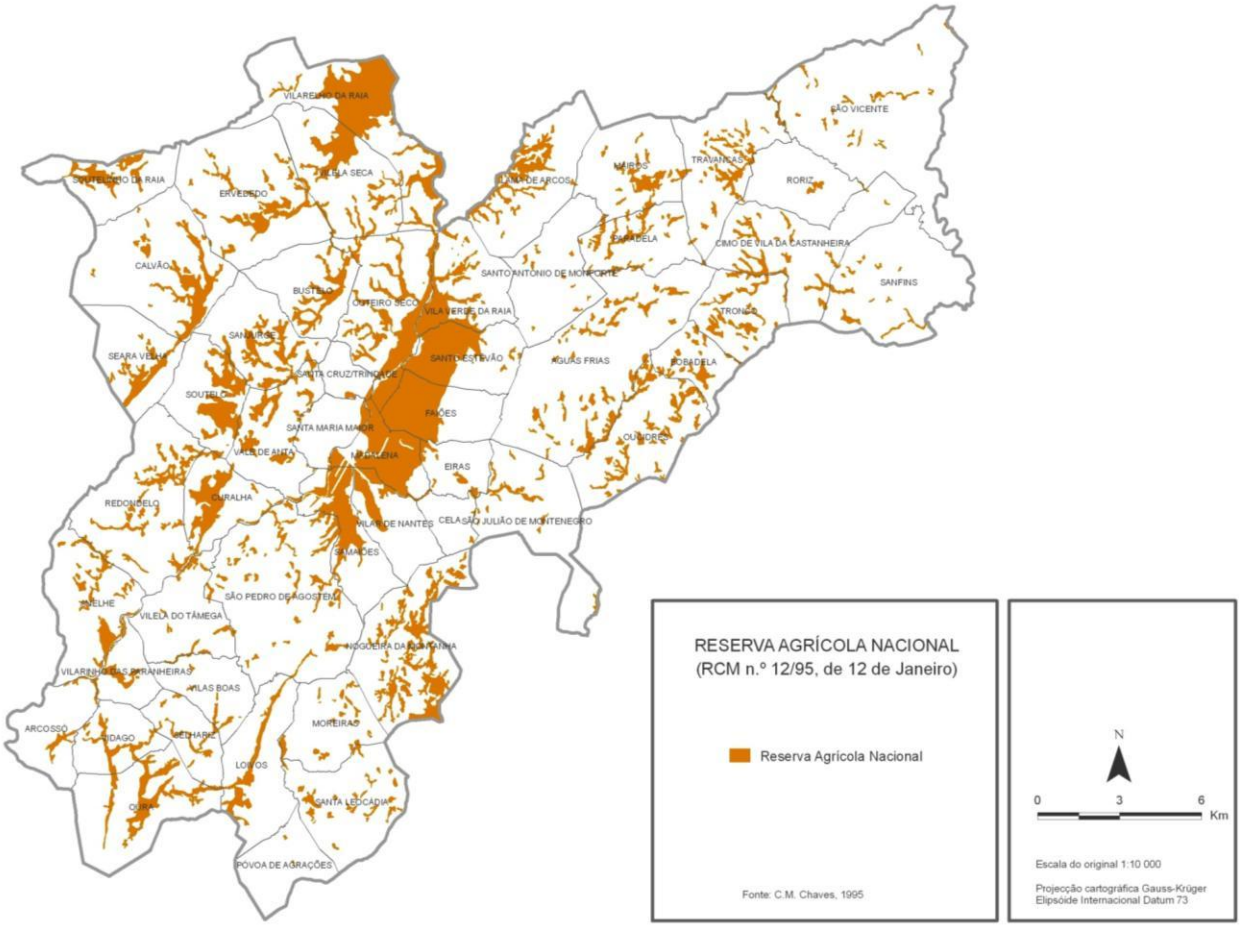


Figura 1.6 – Reserva Agrícola Nacional

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR AGRÍCOLA

1.2.1 ENQUADRAMENTO GERAL

O território de Chaves mantém-se vincadamente rural, onde a atividade florestal e agrícola constitui a principal atividade das zonas rurais, ocupando uma parte significativa da mão-de-obra e sendo a principal fonte de rendimento da população rural. Contudo, a contribuição da agricultura para a economia local tem vindo a diminuir, face à deterioração dos preços dos produtos agrícolas relativamente aos restantes sectores. De acordo com os critérios comunitários, o município de Chaves está classificado em zona desfavorecida de montanha[1]. Relativamente à delimitação da ruralidade, 44 das 51 freguesias do concelho estão classificadas como rurais, de acordo com o conceito da OCDE, com adaptações à realidade portuguesa. Apenas as freguesias integradas na cidade de Chaves não são classificadas como rurais, dado se tratar de um aglomerado com mais de 15 000 habitantes.

O sector primário mantém-se pouco competitivo e o predomínio da pequena agricultura familiar é ainda notório, sendo que a população com idade mais avançada a que prevalece nesta atividade. Verifica-se ainda um redireccionamento do investimento no município para o sector secundário e terciário. Apesar disso, certos sinais de mudança têm vindo a surgir nos últimos anos, dada a valorização dos produtos tradicionais, do aumento das atividades ligadas ao meio rural, do investimento em sistemas de rega coletivos e emparcelamento rural e a uma conjuntura internacional de maior procura de bens alimentícios.

Segundo os estudos de fundamentação técnica do Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROT-TMAD), "*o número crescente de produtos certificados ou com denominação de origem é já um sinal positivo da evolução verificada ao longo dos últimos anos. No entanto, existem alguns problemas significativos quer ao nível da produção (irregularidade, dispersão e pequenos volumes), quer ao nível da transformação (pequena dimensão das unidades, tecnologias obsoletas) ou mesmo da comercialização (circuitos pouco estruturados, baixos investimentos em publicidade e marketing, etc.), os quais condicionam fortemente a valorização efectiva destas actividades*" (PROT-TMAD, 2005).

Um produto diz-se de origem protegida quando um produto alimentar adquire uma reputação que ultrapassa fronteiras, é possível que tenha de se confrontar no mercado com produtos copiados que usurpam o seu nome. Esta concorrência desleal não só desencoraja os produtores como também induz o consumidor em erro. Por essa razão, a Comunidade Europeia criou, em 1992, sistemas de proteção e de valorização dos produtos agroalimentares. A Denominação de Origem Protegida (DOP) é, assim, o nome de um produto cuja produção, transformação e elaboração ocorrem numa área geográfica delimitada com um saber fazer reconhecido e verificado. Para além da DOP, existe ainda a Indicação Geográfica Protegida (IGP) e a Especialidade Tradicional Garantida (ETG). Para que um produto beneficie de uma IGP, uma parte do seu ciclo produtivo tem

1 Directiva 86/467/CEE, na acepção do art. 3º da Directiva 75/268/CEE

que ter origem no local que lhe dá o nome e uma reputação associada a essa mesma região, de tal forma que seja possível ligar algumas das características do produto aos solos, ou ao clima, ou às raças animais, ou às variedades vegetais, ou ao saber fazer das pessoas dessa área. Os produtos que beneficiam de DOP ou IGP devem apresentar-se comercialmente pré-embalados de origem e a rotulagem deve cumprir todas as disposições legais de acordo com o tipo de produto.

O município de Chaves possui um número significativo de produtos tradicionais certificados ou de origem protegida, fruto da riqueza cultural (tradições e do saber fazer da população flaviense) e da riqueza natural (características edafoclimáticas da região) do território municipal.

Quadro 1.1 - Produtos Tradicionais com registo comunitário

Denominação de Origem Protegida (DOP)	Indicação Geográfica Protegida (IGP)
Carne Maronesa Cordeiro Bragançano Carne de Bísaro Transmontano Mel do Barroso Castanha da Padrela Castanha da Terra Fria	Carne Bovino cruzado Lameiro do Barroso Cabrito do Barroso Cordeiro do Barroso ou Anho do Barroso ou Borrego de Leite do Barroso Presunto do Barroso (IGP) Batata de Trás-os-Montes

Fonte: DRAPN, 2015 (http://www.drapn.mamaot.pt/drapn/qualimentar/qualificacao.html)

A forte imagem que os produtos tradicionais locais (Presunto de Chaves, Couve Penca de Chaves, Pastéis de Chaves) detêm funciona como um veículo de promoção do território municipal. Qualquer estratégia de desenvolvimento do sector agrícola do concelho deverá ser centrada nesta mais-valia existente, investindo nos fatores que potenciam a sua valorização e colmatando os condicionalismos existentes, numa lógica de desenvolvimento rural integrado.

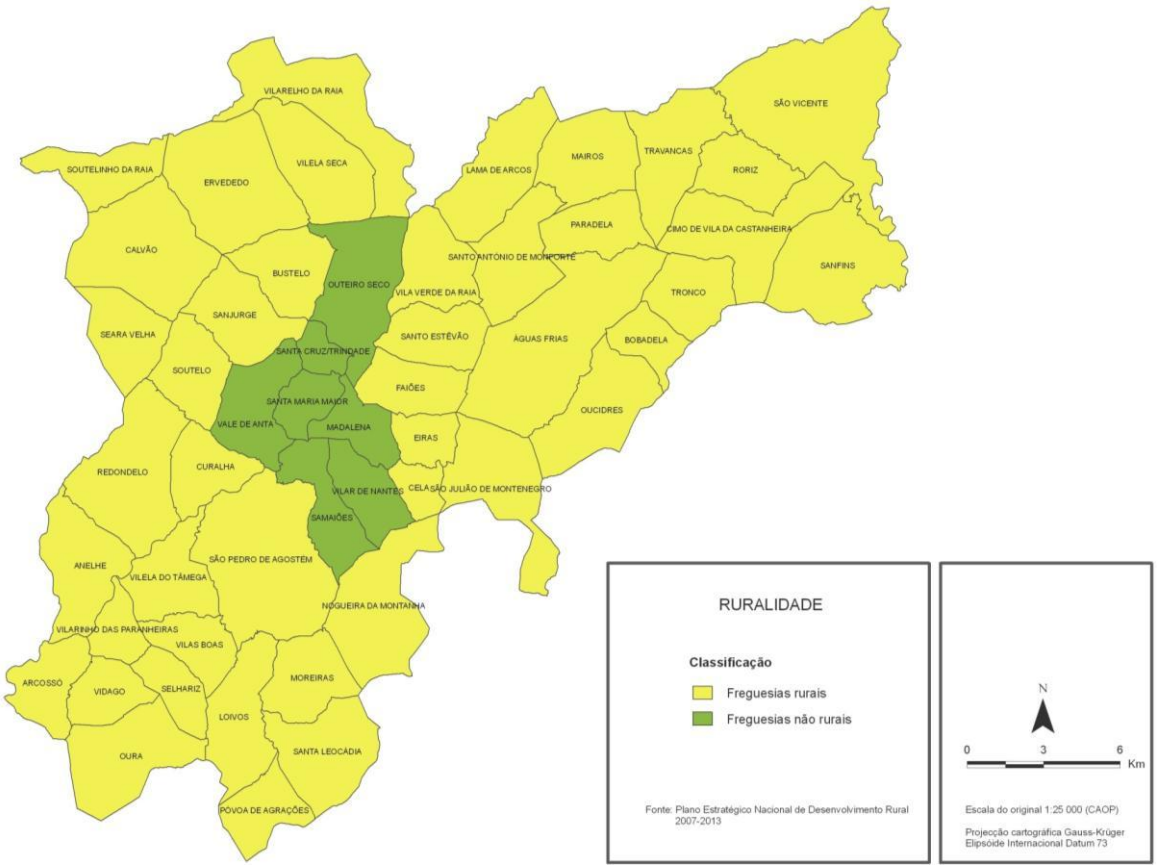


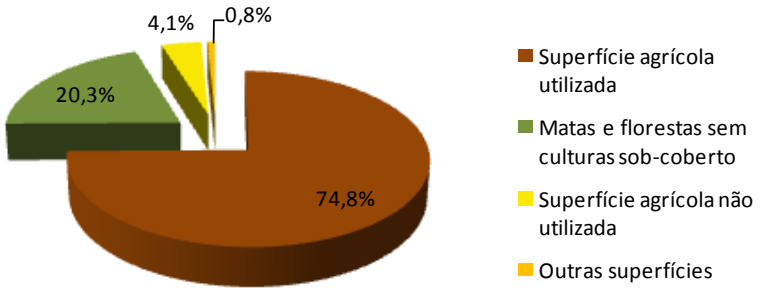
Figura 1.7 – Ruralidade

1.2.2 EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

SUPERFÍCIE TOTAL AGRÍCOLA

Segundo o Recenseamento Geral da Agricultura (RGA), em 2009 existiam no município de Chaves 4149 explorações que ocupavam uma área aproximada de 26 mil hectares, o que representa cerca de 44% da superfície geográfica do município. A Superfície Agrícola Utilizada (SAU)[2], ocupa 74,8% da superfície total das explorações, enquanto que a superfície florestal (sem aproveitamento agrícola simultâneo mas incluída na exploração agrícola) é a segunda maior parcela com 20,3%.

2 Superfície Agrícola Utilizada (SAU): superfície de exploração que inclui terras aráveis (limpa e sobcoberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.



Fonte: RGA (INE), 2009

Gráfico 1.5 – Composição da superfície total das explorações

Contudo, a superfície total agrícola tem vindo a diminuir nos dois últimos períodos censitários: em cerca 18,5% entre o 1989 e 1999 e 29,6% entre 1999 e 2009. Segundo os resultados do RGA de 1989, a área total de explorações era de 45 397 hectares, o que representava 76,8% do território municipal, evidenciando um abandono dos terrenos agrícolas, sendo que no último RGA (2009) representa apenas 44%.

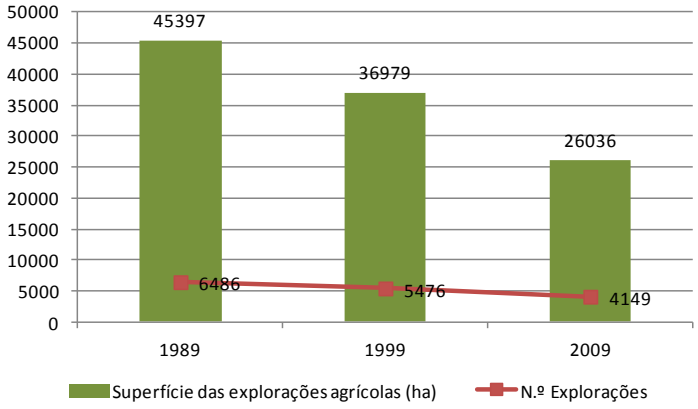


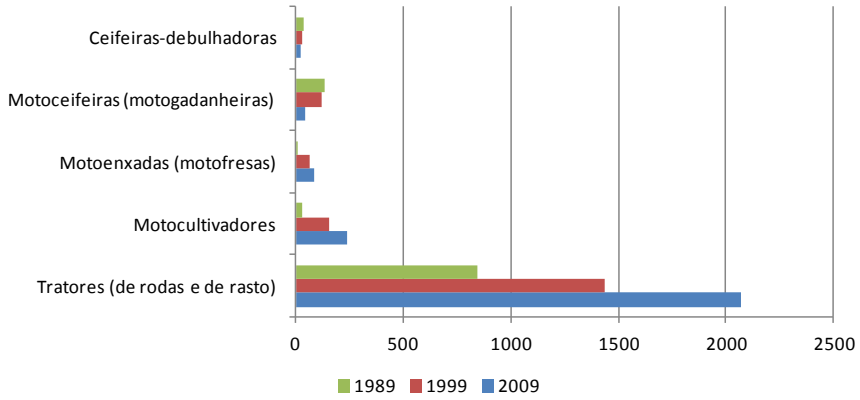
Gráfico 1.6 – Evolução do nº e superfície das explorações agrícolas em Chaves entre 1989 e 2009

1.2.3 NATUREZA JURÍDICA DO PRODUTOR

Relativamente à natureza jurídica do produtor, os produtores singulares autónomos representavam, em 2009, a quase totalidade das explorações (99,4%), o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra do seu agregado familiar, enquanto que esse indicador representa 97,4% na média nacional. As sociedades representam 0,24% da natureza jurídica do produtor, enquanto que, os produtores singulares empresários, o estado e outras formas de natureza jurídica representam no seu conjunto cerca de 0,31% da natureza jurídica das explorações. Estes números traduzem, de igual modo, a relativa inércia no sector, devido à posse da terra pelos agricultores autónomos, o que dificulta a expansão de área para exploração (PROT-TMAD, 2005).

1.2.4 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Em 2009 as explorações agrícolas estão mais equipadas relativamente a 1999. O número de tratores agrícolas aumentou 44% entre 1999 e 2009, assim como os motocultivadores e as motoenxadas que aumentaram 51% e 31%, respetivamente. Tendência inversa observou-se relativamente à motoceifeiras e as ceifeiras-debulhadoras que sofreram uma redução de cerca de 66% e 7%, respetivamente. Este decréscimo poderá ter justificação em alterações nas culturas mais frequentes no concelho.



Fonte: INE, RGA 1989, 1999 e 2009

Gráfico 1.7 – Máquinas e equipamentos

No último período censitário verificou-se um aumento expressivo do número de explorações do município equipadas com trator, equiparando-se às restantes unidades territoriais, sendo até ligeiramente superior.

Quadro 1.2 – Explorações agrícolas equipadas com trator em 1999 e 2009

	Total		55 ou mais cv	
	1999	2009	1999	2009
Portugal	32,6%	47,7%	10,8%	43,0%
Região Norte	30,4%	46,6%	9,7%	39,7%
Alto Trás-os-Montes	34,0%	49,8%	13,9%	45,6%
Chaves	26,2%	49,9%	6,8%	25,9%

Fonte: RGA (INE), 1999 e 2009

1.2.5 SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

EVOLUÇÃO DA SAU

Segundo os dados do RGA, em 2009 foram recenseadas 4147 explorações com SAU o que, face a 1999, representa uma quebra de 1322 explorações, correspondendo ao desaparecimento, em 10 anos de 24,2 % de explorações agrícolas com SAU. Em 2009, a SAU correspondia a 19 480 hectares, o que representa 32,9% do território municipal. Contudo, a SAU perdeu 12 891 hectares desde 1989, um decréscimo de 39,8 %, dado que a SAU em 1989 representava 54,8 % da superfície total do município.

Relativamente à dispersão da SAU por freguesia, Águas Frias, Nogueira da Montanha e Cimo de Vila da Castanheira surgem como as freguesias com maior representatividade, possuindo 1198, 1143 e 1021 hectares de SAU, respectivamente. Contudo, são as freguesias de Nogueira da Montanha, Madalena e Cimo de Vila da Castanheira em que a percentagem da SAU é maior, com 68,6%, 67,4% e 62,1% da área total da freguesia correspondente. Pela análise da figura seguinte, verifica-se que a representatividade da SAU é maior no prolongamento da região de montanha da Padrela no município de Chaves, correspondente à zona planáltica do concelho e às freguesias que constituem a veiga de Chaves.

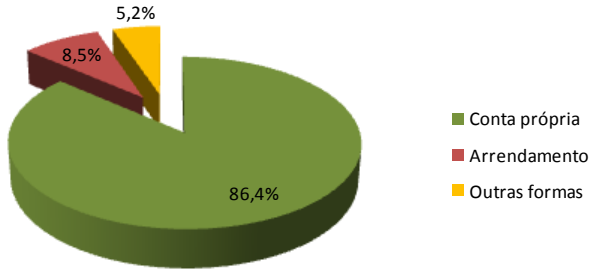
Relativamente à evolução entre 1999 e 2009, praticamente todas as freguesias do município de Chaves registaram uma diminuição da SAU, com a exceção das freguesias de Anelhe, Sanjurge e Santo António de Monforte. As freguesias de Santa Maria Maior (78,8%), Soutelo (63,9%) e Outeiro Seco (54,7%) surgem como as freguesias onde a perda de SAU foi maior. A falta de infraestruturas agrícolas e a perda populacional contribuiu para um certo abandono deste território agrícola. Os importantes investimentos no domínio agrícola em curso pretendem inverter essa tendência e melhorar a produtividade agrícola desta área com forte aptidão e claramente desaproveitada até ao momento.

DIMENSÃO MÉDIA E FORMA DE EXPLORAÇÃO

Em 2009, a dimensão da SAU média no município foi de 4,7 hectares, contra os 4,8 hectares em 1999. A evolução da dimensão da SAU média no município diferiu bastante do contexto nacional, dado que a média da SAU em Portugal além de ter sido bastante superior (12 ha em 2009), registou um significativo aumento, de 2,7 ha entre recenseamentos. Se por um lado houve uma redução do número de explorações em Portugal, essa diminuição foi compensada por maiores dimensões das explorações. O mesmo fenómeno não se verificou no município de Chaves, tendo vindo a registar um decréscimo dos dois indicadores, o que agrava ainda mais a fragmentação e dispersão da propriedade rústica que já se verificava no concelho. Relativamente à sua distribuição territorial no município, a dimensão média foi maior nas freguesias rurais da zona leste do município, onde as freguesias de Oucidres, Seara Velha e Mairos surgem com uma dimensão da SAU média superior a 7,5 hectares. Do lado oposto, a dimensão média foi menor nas freguesias com maior população, quer nas freguesias próximas à cidade de Chaves (Santa Maria Maior, Madalena, Eiras), quer nas freguesias de Vidago e Cela, onde o valor foi inferior a 2,8.

Verifica-se que o minifúndio representa o principal regime de propriedade no município. Este tipo de estrutura agrícola caracteriza-se por possuir uma área de plantação reduzida, utilizando por isso pouca mão-de-obra, geralmente do entorno familiar. Estas pequenas explorações estão normalmente ligadas à exploração através da agricultura de subsistência, em que a produção é reduzida e as vendas também. Principalmente nas proximidades das áreas urbanas, a SAU encontra-se reduzida ao extremo, com parcelas de reduzida dimensão e de forma variável, possuindo na sua maioria funções de horticultura. O predomínio da pequena exploração aponta também para um enquadramento da atividade que se baseia em formas diversas de associativismo (rega, comercialização e transformação de produtos, etc.), que neste caso importa melhorar as respetivas atuações. A reduzida área dos prédios e das explorações, a irregularidade da forma, a fragmentação e dispersão elevada dos prédios do mesmo proprietário, o elevado número de prédios encravados ou com acesso deficiente, a distribuição desadequada das benfeitorias são as principais características da estrutura fundiária da propriedade rústica do concelho, o que contribui para um desaproveitamento da mão-de-obra e máquinas agrícolas e para uma baixa diversificação das opções produtivas. As alterações à estrutura da propriedade com vista ao seu redimensionamento através de formas tradicionais de emparcelamento têm-se mostrado extremamente complexas, difíceis e morosas, e de impacto limitado, devido à excessiva fragmentação da propriedade privada e ao desconhecimento do próprio cadastro. Além deste facto, verifica-se também uma insuficiente política fiscal de solos. Estas dificuldades aconselham a que se adotem soluções inovadoras, procurando-se, nomeadamente, sinergias com estratégias integradoras como as de fileira, ou ainda no quadro de desenvolvimento dos projectos de regadio (PENDR, 2007).

Relativamente à forma de exploração, em 2009, a SAU explorada por conta própria representou 86,4 % da SAU total, enquanto que a nível nacional esse valor rondou os 72% da SAU de Portugal. O arrendamento apenas representou 8,5% da SAU do município.



Fonte: INE, RGA 2009

Gráfico 1.8 – Forma de exploração da SAU

Composição da SAU

Em 2009, as terras aráveis (culturas temporárias e pousio) representavam a principal fração da SAU (51,4%) devido, sobretudo, às áreas de culturas temporárias. As pastagens permanentes assumem a segunda posição na composição da SAU, cabendo à horta familiar a menor fração. Comparando os dados dos dois últimos recenseamentos, só as de culturas permanentes e pastagens permanentes aumentaram. Relativamente ao peso de cada fração no conjunto da SAU, o peso das terras aráveis e principalmente das culturas temporárias diminuiu face a 1999. De salientar a manutenção do peso da horta familiar na composição da SAU, entre os dois

recenseamentos. A horta familiar tem vindo a ganhar de importância nas duas últimas décadas, constituindo-se como um rendimento "extra", principalmente da população que reside na transição urbano-rural.

Fonte: RGA (INE), 1999 e 2009

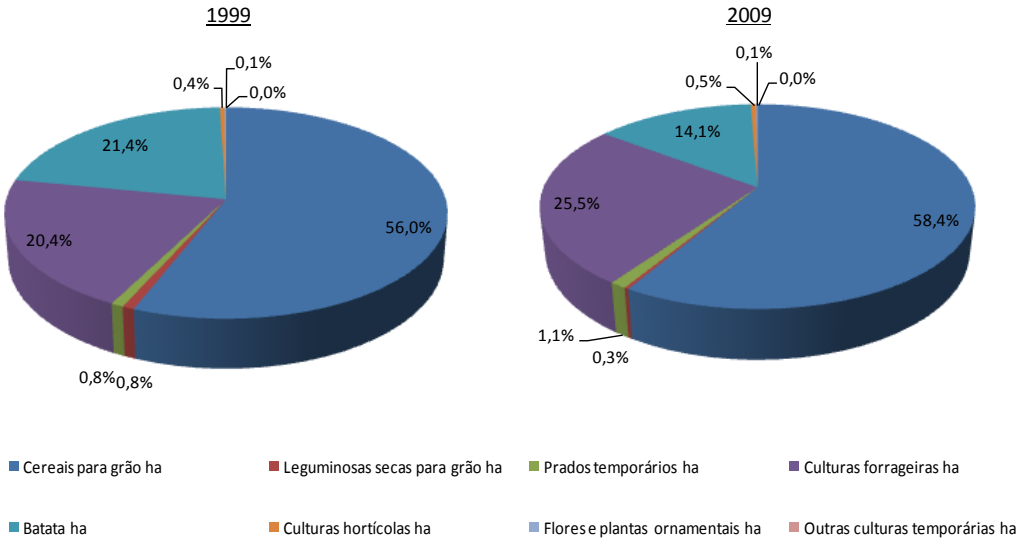
Gráfico 1.9 – Composição da SAU em 2009 (à esquerda) e em 1999 (à direita)

CULTURA AGRÍCOLA DOMINANTE

Antes de se efetuar uma análise mais detalhada das diversas culturas agrícolas existentes no município, determinou-se a cultura agrícola dominante na freguesia, ou seja, a cultura agrícola que maior fração da SAU ocupa. De uma forma geral, ao observar o mapa da distribuição das culturas agrícolas, o município de Chaves é essencialmente dominado por campos agrícolas com cultura de centeio, principalmente na zona centro e norte. Destaca-se ainda a presença considerável da vinha na zona sul do município. Os prados e pastagens permanentes e, em menor escala, os prados temporários e as culturas forrageiras surgem também como cultura dominante em determinadas freguesias. Por último, de realçar a fileira dos frutos secos, nomeadamente a castanha, dominante nas freguesias de Santa Leocádia e Póvoa de Agrações.

1.2.6 CULTURAS TEMPORÁRIAS

Em 2009, no conjunto das culturas temporárias, os cereais para grão foram os mais representativos em termos de área ocupada, 58,4% da área total dessas culturas, seguido das culturas forrageiras, com 25,5% e a batata com 14,1%. De referir que de acordo com os dados do INE (RGA2009), Chaves é o município detentor de maior área de batata de conservação (1256ha). Comparativamente com o RGA 1999, verificou-se uma diminuição generalizada em termos absolutos e relativos das áreas com culturas temporárias especialmente leguminosas secas para grão (-76,6%), batata (-57,4%) e cereais para grão (-32,4%).



Fonte: INE, RGA (1999 e 2009)

Gráfico 1.10 – Composição das culturas temporárias

Relativamente à dispersão por freguesia das culturas temporárias, as freguesias de Nogueira da Montanha (614 ha), Águas Frias (554 ha) e Cimo de Vila da Castanheira (513 ha) possuem a maior superfície de culturas temporárias.

CEREALICULTURA

Como já se teve oportunidade de observar, o cultivo dos cereais constitui a cultura dominante na zona centro e norte do concelho, principalmente do centeio e em menor escala do trigo e do milho. Os cereais para grão estão normalmente associados à produção animal e à indústria da panificação. Em 2009, os cereais para grão estavam presentes em 3327 explorações e ocupavam uma área total de 5209 hectares. Nogueira de Montanha (415 ha), Águas Frias (362 ha), e Cimo de Vila da Castanheira (261 ha) eram as freguesias com maior área ocupada por manchas cerealíferas. Contudo, a análise dos dados revela que a área ocupada pela cerealicultura possui maior peso na SAU nas freguesias de Seara Velha (58,9%), Soutelo (52,3%) e Santa Cruz/Trindade (48,5%). As condições de solo e clima da região não são favoráveis ao cultivo de certos cereais, o que se traduz em baixas produções provocando situações alarmantes aos agricultores, já que alguns dependem exclusivamente desta produção. Por outro lado, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 2003 conduziu ao desligamento total das ajudas neste sector, refletindo uma reorientação da política e introduzindo uma nova lógica de funcionamento determinada pelo mercado. Contudo a recente escalada dos preços dos cereais entre 2006 e 2008 contribuiu para alterar o cenário de baixa rentabilidade das produções cerealíferas e veio evidenciar a importância estratégica da preservação e do pleno aproveitamento do território agrícola.

HORTICULTURA

Em 2009, a cultura da batata estava presente em 3259 explorações e ocupavam uma área total de 1256 hectares. Nogueira de Montanha (103 ha), Águas Frias (87 ha) e Cimo de Vila da Castanheira (73 ha) eram as

freguesias com maior área ocupada pela cultura da batata. Contudo, a análise de outros dados permite concluir que a área ocupada pela cultura da batata possui maior peso na SAU nas freguesias de Vilela do Tâmega (10,6%), Vilarelho da Raia (10,3%) e Travancas (9,6%). A cultura da batata na região agrária de Trás-os-Montes, com uma produção em 2006 de cerca de 110 mil toneladas, representa 18,1% da produção nacional (INE, 2007). Tem-se, no entanto, constatado uma diminuição da área e da produção de batata, tendo em conta que se registou um decréscimo de 57,4% de área de produção face à registada em 1999. Esta dificuldade é devida à forte flutuação ao longo dos ciclos de produção e à forte concorrência externa, sobretudo de França e Espanha.

A "Batata de Trás-os-Montes", batata de semente da região, possui atualmente Indicação Geográfica Protegida (IGP). A "Batata de Trás-os-Montes" é um tubérculo de forma aproximadamente cilíndrica, homogénea, de aspeto húmido ao corte e de tom branco a branco-amarelado, mais rosada na periferia e sem qualquer oquidão. A epiderme (vulgo casca) tem alguns olhos e escamas, apresentando esta uma coloração de branco-sujo a castanho ou avermelhado. As condições climáticas da região em conjunto com as técnicas culturais, a maturação na apanha e as condições de armazenamento conferem à "Batata de Trás-os-Montes" um sabor adocicado, decorrente da relação açúcar/amido verdadeiramente excecional e uma textura ideal para "absorver" os gostos dos molhos dos pratos com carnes gordas (porco), base da gastronomia da região. Estas características conferem fama e reputação únicas e permitiram a sobrevivência da cultura ao longo de gerações, contribuindo para a sustentabilidade das explorações familiares da região. O sistema de produção é extensivo, se as batatas são semeadas em rotação com cereal ou outras culturas anuais; ou intensivo quando praticados em hortas, em rotação com milho ou outras culturas hortícolas. A área geográfica está circunscrita à montanhas e aos vales sub-montanos de Trás-os-Montes, integrando os municípios de Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Vinhais, e parte dos municípios de Murça, Mirandela, Alfandega da Fé e Vimioso (DGADR, 2000). A Cooperativa Agrícola Norte Transmontano é responsável pela certificação deste produto no município de Chaves e parte dos municípios de Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Este agrupamento de produtores, com novas instalações junto à zona industrial de Santa Cruz/Trindade, vende aproximadamente 2 mil toneladas anuais de batata e possuía em 2007 cerca de 500 associados.

As restantes culturas hortícolas estiveram presentes em 162 explorações e ocupavam uma área total de 41 hectares, com uma área de culturas hortícolas intensivas e extensivas semelhante. De destacar a produção da "Couve Penca de Chaves", produto tradicional de renome, de caule curto e de folhas relativamente grossas com talos carnudos, também denominada por "Couve Branca de Chaves" ou por "Couve Manteiga". É uma couve penca bastante grande e de talos grossos, muito apreciada, sobretudo durante a quadra natalícia. Pese embora a sua projeção a nível nacional, a couve penca não usufrui ainda de certificação.

A fileira da hortícola no concelho é caracterizada por possuir uma fraca organização comercial e empresarial e com baixa interligação com as atividades a jusante, com consequente dificuldade de afirmação junto dos operadores grossistas. A construção do Mercado Abastecedor no município pretende inverter este cenário, estruturando toda a cadeia de valor. A oferta encontra-se dispersa e com baixa dimensão, refletindo a estrutura das explorações agrícolas.

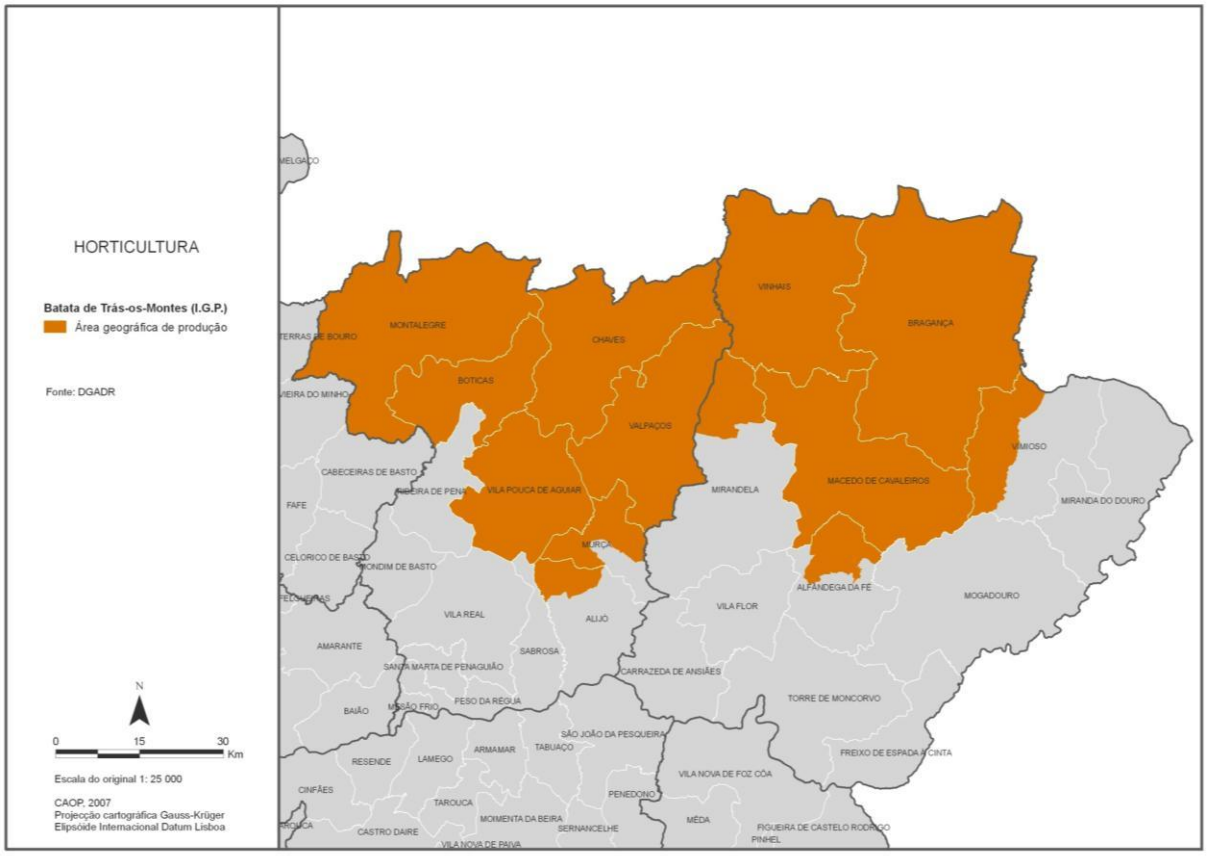
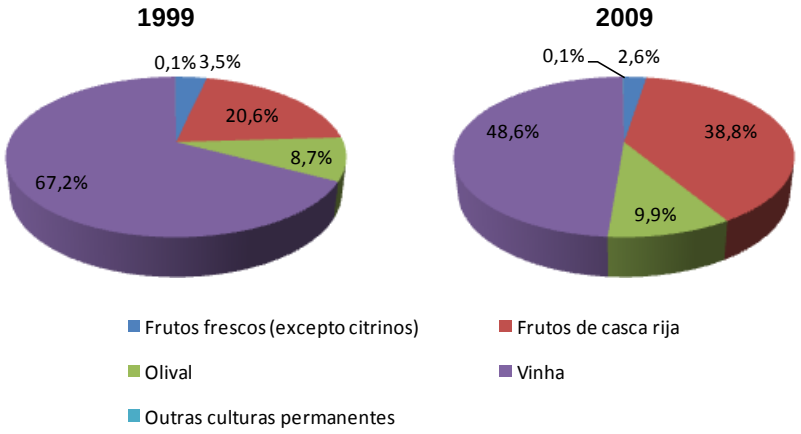


Figura 1.8 – Horticultura

1.2.7 CULTURAS PERMANENTES

Em 2009, a vinha foi a principal cultura permanente, representando 48,6% da área total das culturas permanentes. Contudo, comparativamente com o RGA 1999, a vinha e os frutos frescos são as culturas permanentes que registaram um decréscimo, quer em termos relativos (peso no total), quer em termos absolutos (área ocupada). Por outro lado, os frutos secos seguidos do olival registaram os maiores acréscimos, quer em termos relativos quer em termos absolutos.



Fonte: INE RGA, 1999 e 2009

Gráfico 1.11 – Composição das culturas permanentes

Relativamente à dispersão por freguesia das culturas permanentes, as freguesias de Santa Leocádia (279 ha), Águas Frias (253 ha) e São Pedro de Agostém (243 ha) são as que possuem a maior superfície deste tipo de culturas.

VITIVINICULTURA

Em 2009, a vitivinicultura estava presente em 2900 explorações e ocupava uma área total de 2127 hectares. São Pedro de Agostém (149 ha), Ervededo (136 ha), e Arcossó (110 ha) eram as freguesias com maior área ocupada por vinhas. Contudo, a análise de outros indicadores permitem concluir que a área ocupada por vinhas possuía maior peso na SAU nas freguesias de Arcossó (44,9%), Vidago (42,9%) e Vilarinho das Paranheiras (38,7%). Verifica-se uma maior concentração desta cultura nas freguesias ao longo do Vale do Tâmega, principalmente na zona sul do concelho, coincidindo com a região demarcada de Chaves. A generalidade das vinhas é caracterizada por possuir uma pequena dimensão acompanhada de um elevado número de parcelas por exploração, constituindo um fator limitativo à rentabilização das explorações vitícolas.

As condições edafoclimáticas da região de Trás-os-Montes favorecem a produção de vinhos de elevada qualidade, salientando-se os Vinhos de Qualidade Produzidos em Regiões Determinadas (VQPRD) provenientes de Chaves, do Planalto Mirandês e de Valpaços, cuja designação foi reconhecida em 1989. Produzidos a partir de castas que se adaptam às condições naturais existentes na região, tem como resultado final um vinho leve, aveludado, com perfume perfeitamente definido e com personalidade própria. Dada a importância que têm vindo a assumir os vinhos provenientes desta grande região vitivinícola, quer do ponto de vista tecnológico, quer a nível económico, foi reconhecida em 2006 a Denominação de Origem (DO) “Trás-os-Montes”, suscetível de utilizar a menção específica tradicional Denominação de Origem Controlada (DOC), bem como as suas sub-regiões “Chaves”, “Planalto Mirandês” e “Valpaços”, alargando-se esta designação a uma maior variedade de vinhos e outros produtos do sector vitivinícola, designadamente a vinhos espumante e vinho

licoroso, bem como a aguardentes bagaceira e de vinho ali produzidos. A DO é um conceito aplicável à designação de determinados vinhos cuja originalidade e individualidade estão ligados de forma indissociável a uma determinada região, sendo vinhos originários e produzidos nessa região ou vinhos cuja qualidade ou características se devem essencial ou exclusivamente ao meio geográfico incluindo os fatores naturais e humanos. Para beneficiar de uma DO, todo o processo de produção do vinho é sujeito a um controlo rigoroso em todas as suas fases, desde a vinha até ao consumidor. As castas utilizadas, os métodos de vinificação, as características organoléticas são apenas alguns dos elementos cujo controlo permite a atribuição desse direito, cabendo às Comissões Vitivinícolas Regionais proceder a esse controlo de forma a garantir a genuinidade e qualidade dentro das suas regiões demarcadas. O vinho originário de Trás-os-Montes utilizou, numa primeira fase entre 1989 e 2006, a designação de Indicação de Proveniência Regulamentada (IPR), pois embora gozava de características particulares, teve de cumprir, durante um determinado período, todas as regras estabelecidas para a produção de vinhos de grande qualidade para poderem, então, passar à classificação de DOC.

A área geográfica de produção da sub-região de Chaves compreende as freguesias da zona oeste do município e do Vale do Tâmega prolongando-se pelo município de Vila Pouca de Aguiar. A sua demarcação teve como objetivo preservar a notoriedade e tradição da zona vitivinícola de Chaves, de modo a permitir o incentivo e a proteção das castas mais importantes, bem como da preservação das suas características organoléticas, favorecendo deste modo a sua procura. As vinhas na região demarcada de Chaves destinadas à produção dos vinhos e produtos vitivinícolas DO “Trás-os-Montes” devem estar, ou ser instaladas, em solos litólicos não húmicos de granitos e solos mediterrânicos pardos ou vermelhos argiláceos e gneisses ou afins e com a exposição aconselhável para a produção de vinhos e produtos vitivinícolas de qualidade.

Existem ainda outros vinhos na região de Trás-os-Montes e no município de Chaves em particular cuja qualidade e tipicidade permitem a sua comercialização como vinho regional, a coberto de uma Indicação Geográfica (IG), com denominação “Vinho Regional Transmontano”, a qual pode ser usada para a identificação de vinho branco, vinho tinto e vinho rosé ou rosado. A classificação de vinho regional para os vinhos de mesa com IG corresponde a vinhos produzidos numa região específica de produção, cujo nome adotam, elaborados com uvas provenientes, no mínimo de 85%, da mesma região e de castas identificadas como recomendadas e autorizadas, sujeitos também a um sistema de certificação.

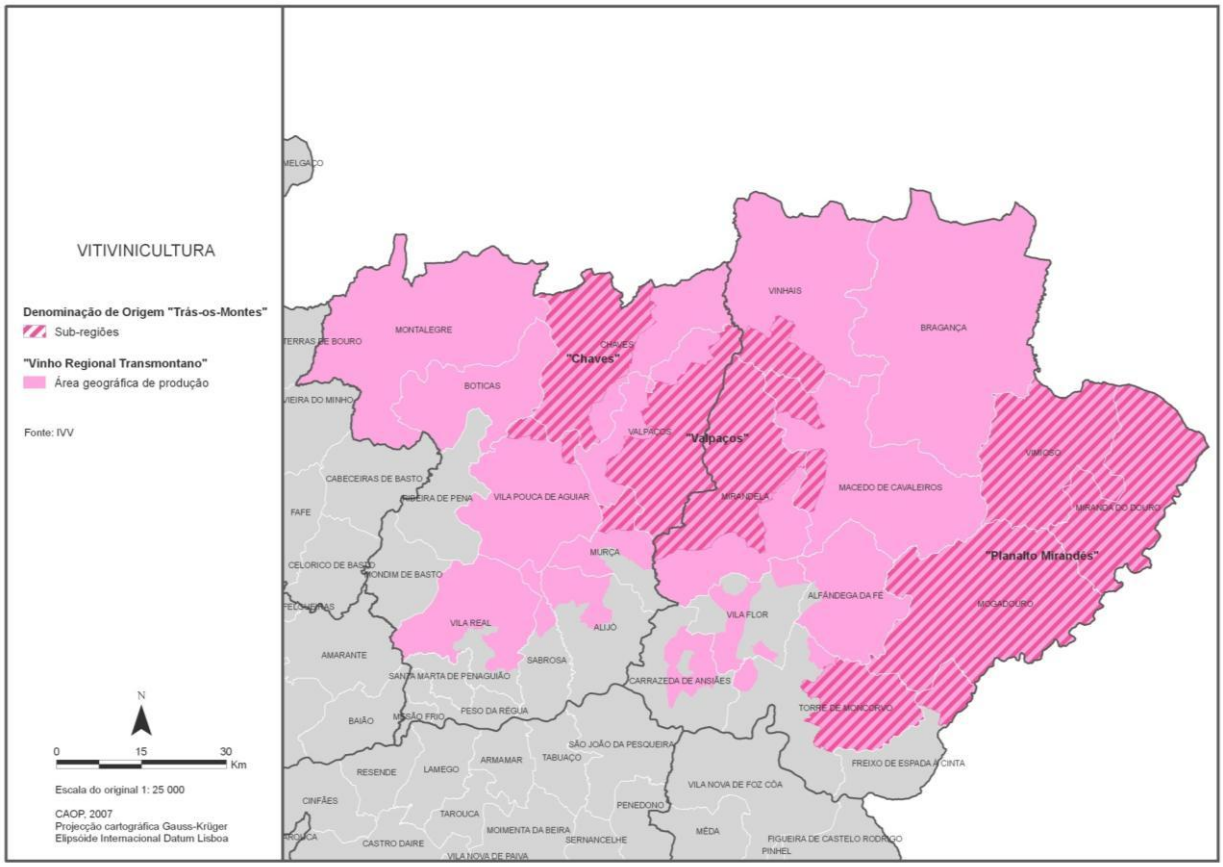
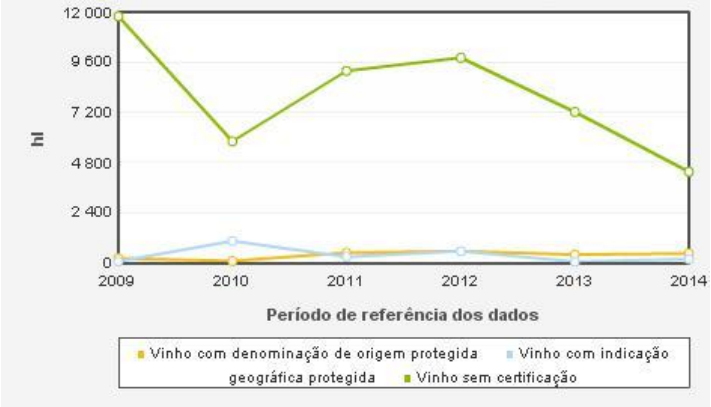


Figura 1.9 – Vitivinicultura

Produzem-se ainda no concelho os vinhos de mesa, destinados ao consumo humano, e que não se enquadram nas designações atrás referidas. O vinho de mesa constitui a principal produção vinícola declarada expressa em mosto, representando o vinho com denominação de origem protegida e o vinho com indicação geográfica protegida um peso reduzido do total da produção de vinho no município e sem sinais de expansão visíveis.



Fonte: INE, 2015

Gráfico 1.12 – Produção vinícola declarada expressa em mosto

As adegas cooperativas de Chaves e de Vidago são as principais entidades responsáveis pela transformação e comercialização dos vinhos no município de Chaves. O sector cooperativo, que apresenta uma importância determinante pelo peso do número de produtores abrangidos, pela sua atividade de concentração e comercialização, contribui em larga escala para a produção de vinhos do município. Contudo, além de evidenciar debilidades ao nível da gestão, o processo de profissionalização e especialização das funções mais relevantes tem sido lento. A Cooperativa Agrícola de Chaves, com cerca de 950 associados e com uma área de produção de 857 hectares, possui um território de incidência que abrange o município de Chaves e parte dos municípios de Valpaços, Alijó, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Sabrosa e produz anualmente cerca de 3 mil toneladas de uvas, sendo esta uma das principais atividades da cooperativa, além de proteção integrada, formação profissional, lacticínios, organização de produtos de pecuária e inseminação artificial. A Adega Cooperativa Ribeira de Oura de Vidago possui um território de incidência que abrange as freguesias da região de Vidago, onde se encontram as principais explorações de vinha do concelho, principalmente ao longo das encostas do vale do Tâmega.

Figura 1.10 – Cooperativa Agrícola de Chaves

O sector vitivinícola tem problemas de envelhecimento, deficiente preparação para a gestão profissionalizada, e áreas importantes de produção a necessitar de reconversão para variedades adequadas aos mercados. Segundo a ADRAT, a vitivinicultura da região necessita de uma profunda reestruturação e esta deve começar pela vinha. A escolha do material vegetativo (castas e porta-enxertos) e a introdução de novos processos de cultivo são aspetos fundamentais para a obtenção de um produto final de qualidade. Atendendo à forte concorrência que existe no mercado dos vinhos, quer a nível interno, quer a nível externo, torna-se extremamente importante promover, cada vez mais, a introdução de novas tecnologias na sua elaboração. É necessário modernizar e reestruturar as unidades de transformação existentes, quer ao nível das tecnologias de vinificação e controlo de qualidade, quer ao nível das estruturas de apoio à comercialização dos produtos (ADRAT, 2004).

Figura 1.11 – Adega Cooperativa Ribeira de Oura de Vidago

FRUTOS SECOS

Em 2009, a produção de frutos secos esteve presente em 1394 explorações e ocupou uma área total de 1695 hectares. Santa Leocádia (202 ha) e São Vicente (167 ha) e Águas Frias (147 ha) eram as freguesias com maior área ocupada para a produção de frutos secos. No que respeita à relação da área para produção de frutos secos no conjunto da SAU, verifica-se um maior peso nas freguesias de Cela (22,4%), Póvoa de Agrações (20,5%) e Santa Leocádia (16,6%). Tem-se verificado um crescimento da plantação de povoamentos para a obtenção de frutos secos, principalmente, para a plantação dos castanheiros. Este facto resulta das condições edafoclimáticas favoráveis à sua expansão na região, dos incentivos ao plantio no âmbito dos programas comunitários e da procura de castanha nos mercados nacional e internacional. Verifica-se ainda a produção de outros produtos secos, nomeadamente nozes e avelãs, embora em menor escala. A produção de frutos secos é maior nas freguesias com maiores altitudes, onde se localizam os soutos de castanheiros, nomeadamente, nas freguesias junto ao município de Valpaços bem como na zona noroeste do concelho (Soutelinho da Raia e Calvão).

A produção da castanha possui elevado potencial de crescimento, com valorização contínua, associada à recente inclusão na gastronomia. Contudo subsistem dificuldades de escoamento da castanha, motivados pela concorrência de países como a Espanha e França ou pelo facto da cultura do castanheiro ser alvo de proliferação de doenças, como por exemplo a doença da tinta. Em determinadas freguesias do município de Chaves, a “Castanha da Terra Fria” e a “Castanha da Padrela” beneficiam de DOP.

A “Castanha da Terra Fria” é proveniente de cultivares regionais de castanheiro europeu (Castanea sativa Mill) existentes na região de Trás-os-Montes, com cor castanha avermelhada, muito brilhante, com estrias escuras longitudinais, de forma elíptica alongada e sabor sui generis. A “Castanha da Terra Fria” mais representativa é da cultivar Longal, havendo ainda a registar as variedades Judia, Cota, Amarelal, Lamela, Aveleira, Boa Ventura, Trigueira, Martaínha e Negral. A área geográfica está circunscrita às freguesias de Sanfins e São Vicente do município de Chaves e a parte dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Valpaços, Vimioso e Vinhais.

A “Castanha da Padrela” é obtida do castanheiro, principalmente da variedade Judia, mas também das cultivares Lada, Negral, Côta, Longal e Preta, bem adaptadas à região e que atinge níveis de qualidade que dignificam qualquer região agrícola. A área geográfica abrange as freguesias de Loivos, Moreiras, Nogueira da Montanha, Póvoa de Agrações, Santa Leocádia e São Julião de Montenegro no município de Chaves e parte dos municípios de Murça, de Valpaços e de Vila Pouca de Aguiar.

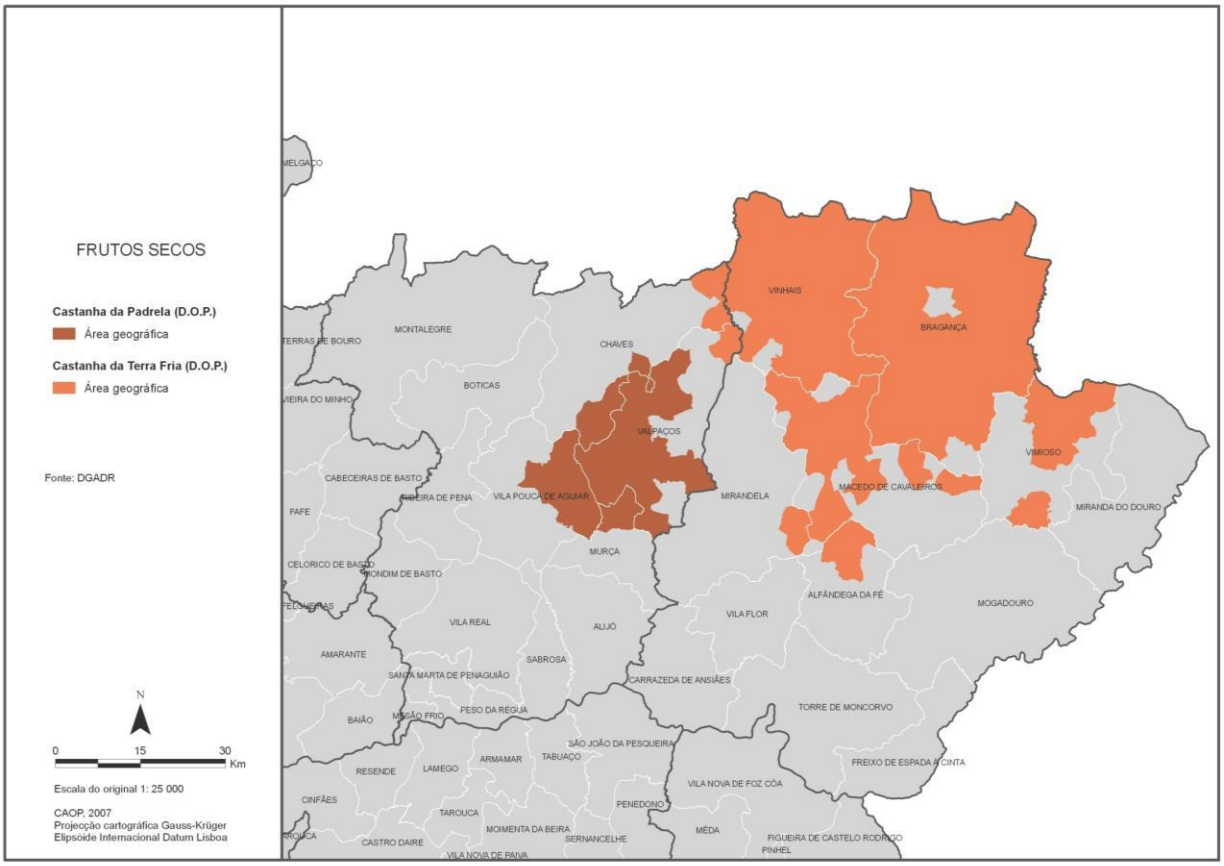


Figura 1.12 – Frutos secos

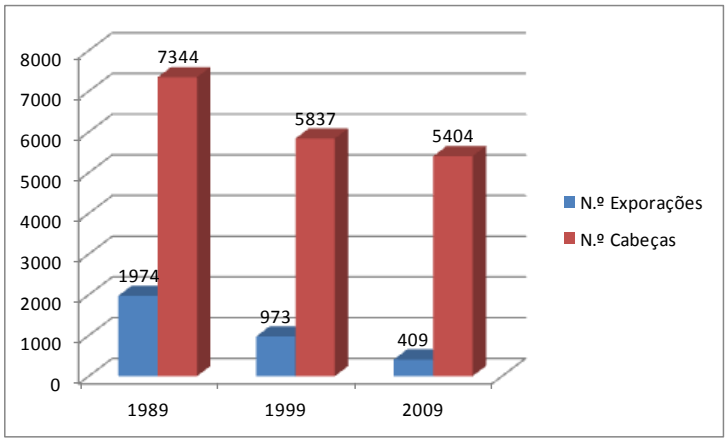
1.2.8 PECUÁRIA

A produção de carne é tradicional em Chaves e o concelho oferece boas potencialidades em todas as suas zonas. A existência de um mercado do gado no município tem vindo a contribuir para uma melhor acessibilidade física e económica ao mercado. Contudo a forte concorrência dos países da União Europeia e as dificuldades de comercialização dos produtos, devido à falta de transparência de preços e ao número elevado de intermediários tem dificultado a expansão do sector. Têm sido efetuados esforços importantes na tipicidade do produto, por iniciativa dos municípios do Alto Tâmega, das diversas cooperativas agrícolas e da ADRAT, principal associação de desenvolvimento da região, através da sua certificação e promoção como produto tradicional. Esta certificação, que atualmente abrange um leque considerável de raças autóctones do concelho, quer em linha pura quer através de cruzamentos, tem permitido alguma afirmação comercial pela valorização dos aspetos qualitativos das mesmas, e dos respetivos sistemas de produção, principalmente ao nível da carne fresca e dos

produtos de fumeiro. Contudo, verifica-se que a comercialização dos produtos certificados ainda representa uma cota reduzida do volume total comercializado. Porem, prevê-se que os nichos de mercado representados pelos produtos certificados irão continuar a crescer, tendo em conta os seguintes aspetos: procura do mercado é cada vez maior, exigências acrescidas dos consumidores quanto às garantias do produto animal, maior preocupação do consumidor pelos aspetos qualitativos, maior ênfase em questões de bem-estar animal, preocupação com questões ambientais e desenvolvimento rural integrado, e capacidade de resposta de cada raça às exigências do mercado (GPP, 2007).

BOVINOS

Em 2009, foram recenseadas 409 explorações com bovinos que totalizavam 5404 cabeças. A bovinicultura regista, relativamente à repartição por freguesias do efetivo, maior expressão na freguesia de Nogueira da Montanha (675 cabeças), Mairos (656 cabeças), e Oura (590 cabeças). Entre recenseamentos (1999-2009) verificou-se um ligeiro decréscimo (7,4 %) do número de bovinos, bastante inferior ao registado na década anterior (1989-1999), de cerca de 20,5%, em parte motivada pela crise da BSE que conduziu a uma quebra de consumo e a uma redução da oferta tendo em conta as medidas tomadas para regular o mercado. Contudo, o consumo de carne bovina encontra-se atualmente em fase de recuperação. Verificou-se ainda, entre recenseamentos (1999/2009), uma tendência para a concentração, dado o acréscimo do número de cabeças por exploração registado, passando de 6,0 para 13,2 cabeças por exploração, originando efeitos positivos na produtividade.



Fonte: INE (RGA,1989, 1999 e 2009)

Gráfico 1.13 – Efetivo bovino

O efetivo leiteiro, com 1828 cabeças, representa apenas 33,8% do efetivo total, sendo por isso a carne a atividade fundamental. De facto, tem-se registado uma tendência para o decréscimo do efetivo leiteiro do município, de forma consistente nos dois últimos recenseamentos agrícolas com redução de 23,9% no período 1989/1999 e de 17,6% no período 1999/2009. Apesar disso, aumentou a concentração do efetivo leiteiro por

exploração, passando de 2,6 vacas leiteiras por exploração em 1989, para 5,7 vacas leiteiras por exploração em 1999 e 16,6 vacas leiteiras por exploração em 2009. Paralelamente, verificou-se um aumento da quantidade de leite recolhido desde 2003 conforme o quadro seguinte, em consequência dos incentivos provenientes da PAC e do crescimento do sector lácteo no município.

Quadro 1.3 – Leite recolhido (milhares de litros) em Chaves

Ano	Quantidade (milhares de l)	Variação (%)
2003	10674	-
2009	12893	20,8
2014	13262	2,9

Fonte: INE, 2015

Relativamente à produção da carne de bovino, salienta-se a existência de duas raças autóctones no concelho, o bovino cruzado dos lameiros do Barroso e a raça Maronesa, com aptidão para a produção de carne de reconhecida qualidade, nomeadamente a "Carne de Bovina cruzado dos Lameiros do Barroso" que beneficia de IGP e a "Carne Maronesa" com DOP. Contudo, predominam ainda as explorações assentes em regime de auto-consumo ou consumo local e uma reduzida participação da produção a jusante da fileira.

A "Carne de Bovina cruzado dos Lameiros do Barroso" é obtida a partir de animais nascidos, criados e abatidos no interior da área geográfica de produção delimitada pelos municípios de Montalegre, Boticas e Chaves. A carne é proveniente da desmancha de carcaças de animais da espécie bovina criados num sistema de exploração extensivo tradicional, à base de pastagens naturais, com composição florística característica dos lameiros do Barroso. As pastagens dos lameiros e das áreas de mato têm características únicas quanto à composição florística, impostas pela altitude e pelas condições edafoclimáticas destas zonas, marcadas pelas baixas temperaturas. As pastagens permanentes (lameiros) são a base da produção bovina, mas os matos, grande parte localizados em terrenos baldios, têm também grande importância na alimentação destes animais. Estes animais fornecem uma carne suculenta, tenra e muito saborosa. Dependendo do sexo e idade ao abate, a "Carne de Bovino cruzado dos Lameiros do Barroso" distingue-se em três categorias: vitela, novilho e vaca. Para evitar dispersões não desejadas, só podem ser integrados neste sistema produtivo os animais cujas mães tenham origem conhecida e se encontrem em explorações que pratiquem sistemas idênticos em termos de alimentação há pelo menos três anos.

A área geográfica de produção da "Carne Maronesa" abrange as freguesias de Anelhe, Póvoa de Agrações, Santa Leocádia, São Pedro de Agostém, Seara Velha e Vilas Boas no município de Chaves, os municípios de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e Vila Real e algumas freguesias dos municípios de Amarante, Boticas, Montalegre, Murça e Valpaços. A carne tem uma cor rosa escura (vitela) a avermelhada escura (vaca), com gordura, uniformemente distribuída, de cor branca nos animais jovens e cor de marfim nos adultos. O aroma oscila de simples e delicado no animal jovem, a adocicado e indutor de grande

secreção salivar no animal adulto. Tem suculência extraordinária. Os bovinos desta raça são criados no sistema de agricultura tradicional, isto é, fornecem aos agricultores destas regiões de montanha, onde o trator dificilmente entra, o trabalho e estrumes para fertilização dos campos, consumindo subprodutos das explorações, além de algumas pastagens e forragens.

Embora seja uma atividade recente, a produção do leite é atualmente uma das principais atividades agrícolas do concelho, praticada tanto nas zonas de várzea como na montanha e, sobretudo nos vales submontanos. Diversos fatores têm contribuído para o crescimento desta atividade, nomeadamente, a construção de novas salas coletivas de ordenha mecânica e refrigeração do leite, que passaram de 16 em 1989 para 23 em 1999, a existência de um sistema de recolha de leite a cargo da AGROS – União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, a existência de uma unidade de transformação em Chaves, também a cargo da AGROS e uma maior concentração do número de efetivos por exploração, que contribuíram para melhorar a produtividade. Com a dissolução da Lactimontes em 1989, a maioria da recolha, concentração, transformação e comercialização do leite e controlo da respetiva qualidade incumbe à AGROS, da qual a Cooperativa Agrícola de Chaves é associada. O crescimento do sector levou ao aparecimento em 2000 de uma nova cooperativa, denominada NorteLeite – Cooperativa Agrícola, CRL, com sede em Vila Verde da Raia, que permitiu reunir um considerável número de pequenos produtores, com interesse em melhorar a produtividade e aumentar a sua competitividade.

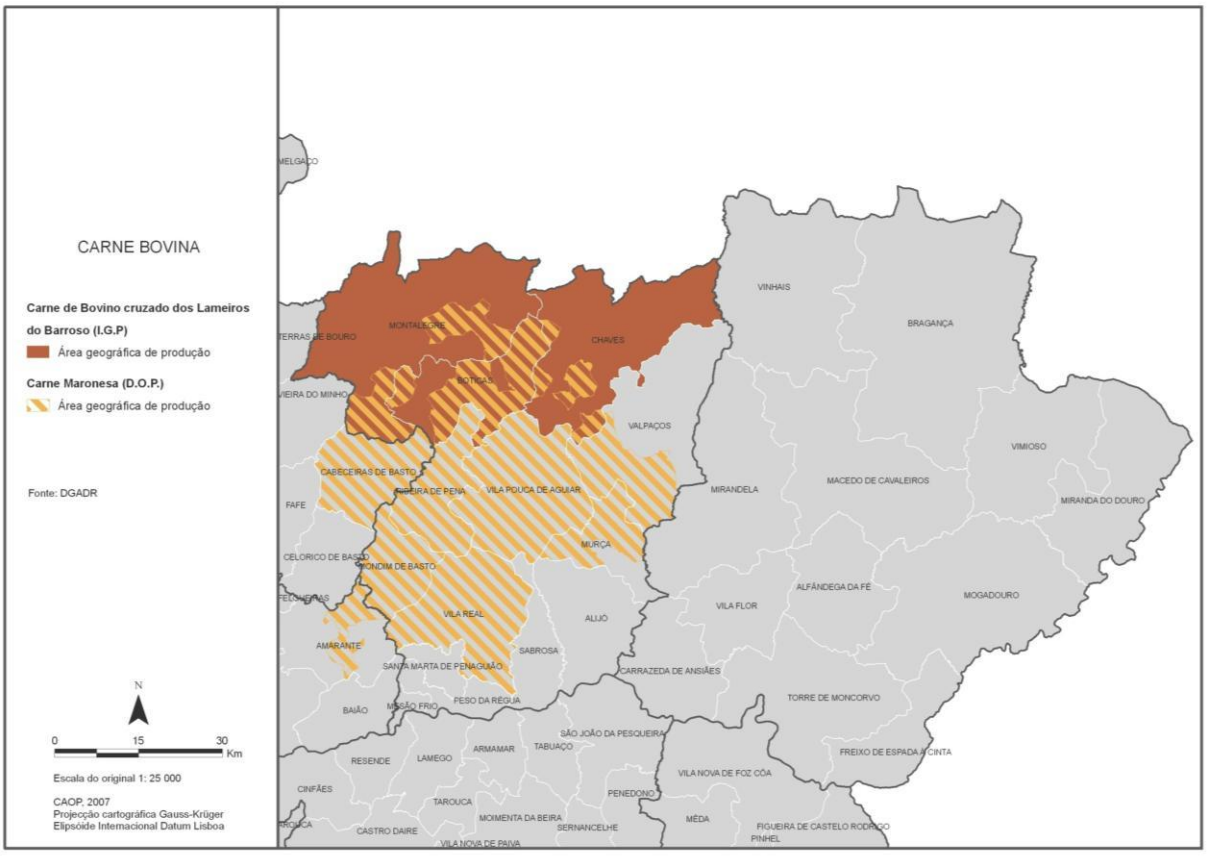
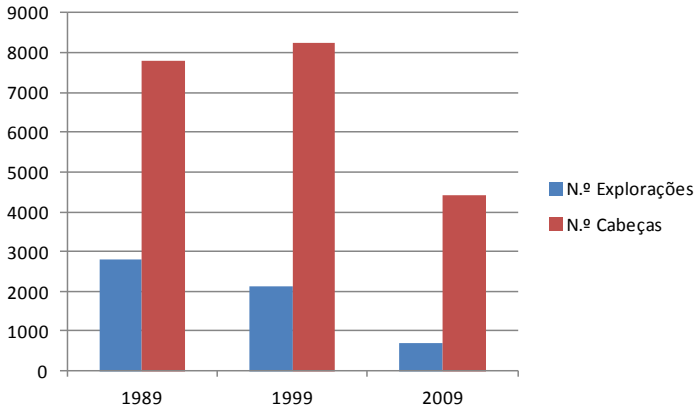


Figura 1.13 – Carne de bovino

Suínos

Em 2009, foram recenseadas 695 explorações com suínos que totalizavam 4429 cabeças. A suinicultura regista, relativamente à repartição por freguesias do efetivo, maior expressão na freguesia de São Pedro de Agostém (2695 cabeças), o que representa 60,8% do número de cabeças existente no município. O efetivo reprodutor, com 529 fêmeas, representa 12,3% do efetivo total. Entre os últimos dois recenseamentos verificou-se um decréscimo significativo (46,2%) do número de suínos e uma tendência para o aumento do número médio de cabeças por exploração que passou de 3,8 para 6.4. No entanto, este valor salienta ainda a baixa especialização das explorações, estando ainda bastante associado à tradicional matança do porco, constituindo um acréscimo de fontes de rendimento da exploração.



Fonte: INE, RGA 1989, 1999, e 2009

Gráfico 1.14 – Efetivo suíno

De salientar a existência de uma raça autóctone no concelho, a raça transmontana, com aptidão para a produção de carne de reconhecida qualidade, nomeadamente a "Carne de Bísaro Transmontano ou Carne de Porco Transmontano", atualmente beneficiando de DOP. Esta carne, com área geográfica de produção circunscrita aos distritos de Bragança e Vila Real (nascimento, cria e abate dos animais e desmancha e acondicionamento da carne), é proveniente da desmancha de carcaças de animais da raça Bísara, criados num sistema de exploração semiextensivo, tradicional, à base de produtos e subprodutos provenientes da agricultura local. Na engorda são utilizados produtos da região, como a abóbora, a batata e a castanha, sendo esta última essencial para o acabamento.

As condições naturais da região permitem obter um ótimo fumeiro, devido ao clima muito frio que obriga à constante presença da lareira acesa. As técnicas tradicionais de conservação do porco possibilitam a confeção de diversos produtos de fumeiro como por exemplo o precioso presunto de Chaves. Contudo, o presunto vulgarmente conhecido como presunto de Chaves não possui qualquer certificação, estando atualmente abrangido pela área geográfica de produção do presunto de Barroso, produto com IGP.

O "Presunto de Barroso" é obtido a partir da perna de porco abatido com idade compreendida entre os 16 e 18 meses. Os animais têm que estar inscritos nos registos de nascimento das explorações autorizadas, sendo a sua exploração feita em regime extensivo, com alimentação constituída por produtos naturais. São estes fatores que, aliados à tecnologia especial de preparação, conferem a este presunto características organoléticas próprias e diferenciadas. O uso da Indicação Geográfica obriga a que a carne seja produzida de acordo com as regras estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, a identificação dos animais, o saneamento e a assistência veterinária, o sistema de produção, a alimentação e as condições a observar no abate, a forma de cura e o tratamento para obtenção do presunto. A área geográfica de produção abrange os municípios de Boticas, Chaves e Montalegre.

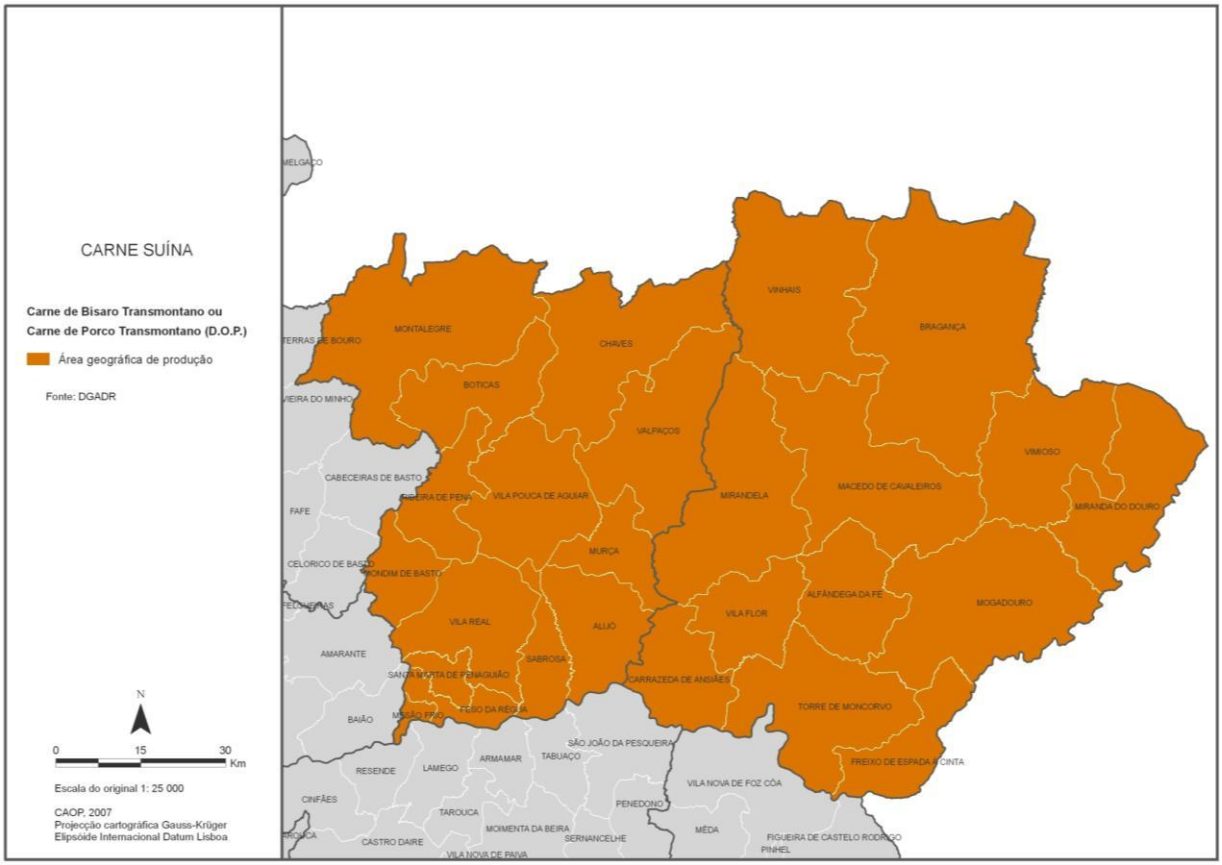


Figura 1.14 – Carne suína

Embora o concelho não possua mais produtos de salsicharia com certificação, encontra-se inserido na área geográfica de produção da matéria-prima dos produtos de fumeiro do Barroso e de Vinhais, dado se tratarem de produtos tradicionais obtidos a partir de carne de porco de raça bisara ou de seu cruzamento. Diversos produtos de salsicharia do Barroso possuem IGP, como é o caso da "Alheira de Barroso – Montalegre", da "Chouriça de Carne de Barroso – Montalegre", do "Chouriço de Abóbora de Barroso – Montalegre", da "Sangueira de Barroso – Montalegre", do "Salpicão de Barroso – Montalegre" e do "Presunto de Barroso". Contudo a área geográfica de produção dos produtos de fumeiro do Barroso, com a exceção do presunto, está circunscrita ao município de Montalegre, tendo em conta a especificidade da produção, as características organoléticas, o saber fazer das populações, e as condições climáticas da região. Apenas a área geográfica de produção de carne e da gordura dos produtos de fumeiro do Barroso se encontra circunscrita aos municípios de Boticas, Chaves e Montalegre, tendo em conta a forma tradicional de alimentação dos porcos e as produções agrícolas existentes. Da mesma forma, a área geográfica de transformação dos produtos de fumeiro de Vinhais, nomeadamente a "Alheira de Vinhais", o "Presunto de Vinhais ou Presunto Bísaro de Vinhais", o "Butelo de Vinhais ou Bucho de Vinhais ou Chouriço de Ossos de Vinhais", a "Chouriça Doce de Vinhais", se encontra circunscrita ao distrito de Bragança, embora a área geográfica de produção de matéria-prima inclua também todo o distrito de Vila Real, tendo em conta o modo de produção tradicional e o tipo de alimentação fornecida aos porcos bísaros ou cruzados de bísaro, o saber fazer tradicional da população local em termos de maneio dos mesmos animais e as condições

edáficas necessárias ao desenvolvimento da base alimentar, utilizada para a obtenção de uma matéria-prima de irrefutável qualidade diferenciada.

Esta atividade tem vindo a registar um crescimento notável, dada a valorização pela certificação dos seus enchidos, impulsionando pequenas indústrias artesanais e outras de carácter mais industrializado. As vendas em feiras e a comercialização direta com os clientes têm permitido um excelente rendimento a estes produtores, transformando-se numa boa oportunidade de negócio que pode florescer ainda mais nos próximos anos (PROT-TMAD, 2005).

Hoje em dia, a produção de enchidos necessita estar de acordo com a legislação em vigor imposta para este ramo de atividade, tanto a nível dos ingredientes como dos processos de fabrico. O objetivo destas normas ou padrões é o de manter uma qualidade constante dos produtos assim como torná-los seguros para consumo. Adicionalmente, o consumidor poderá ter acesso a uma informação mais detalhada sobre os produtos, tal como a identificação dos ingredientes usados no seu fabrico. Dada a sua centralidade, no contexto da produção dos produtos regionais certificados de Trás-os-Montes, a cidade de Chaves, pode desempenhar um papel importante na prestação de serviços agroindustriais, importantes na valorização dos produtos tradicionais e diferenciação positiva dos produtos, nomeadamente na segurança e qualidade alimentar. A aposta pela localização no concelho de um Laboratório de Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar permite que os produtos de qualidade reconhecida incorporem compromissos ao nível da produção mais exigentes, designadamente ao nível da rastreabilidade, do ambiente e de aspetos ligados aos territórios/tipicidade.

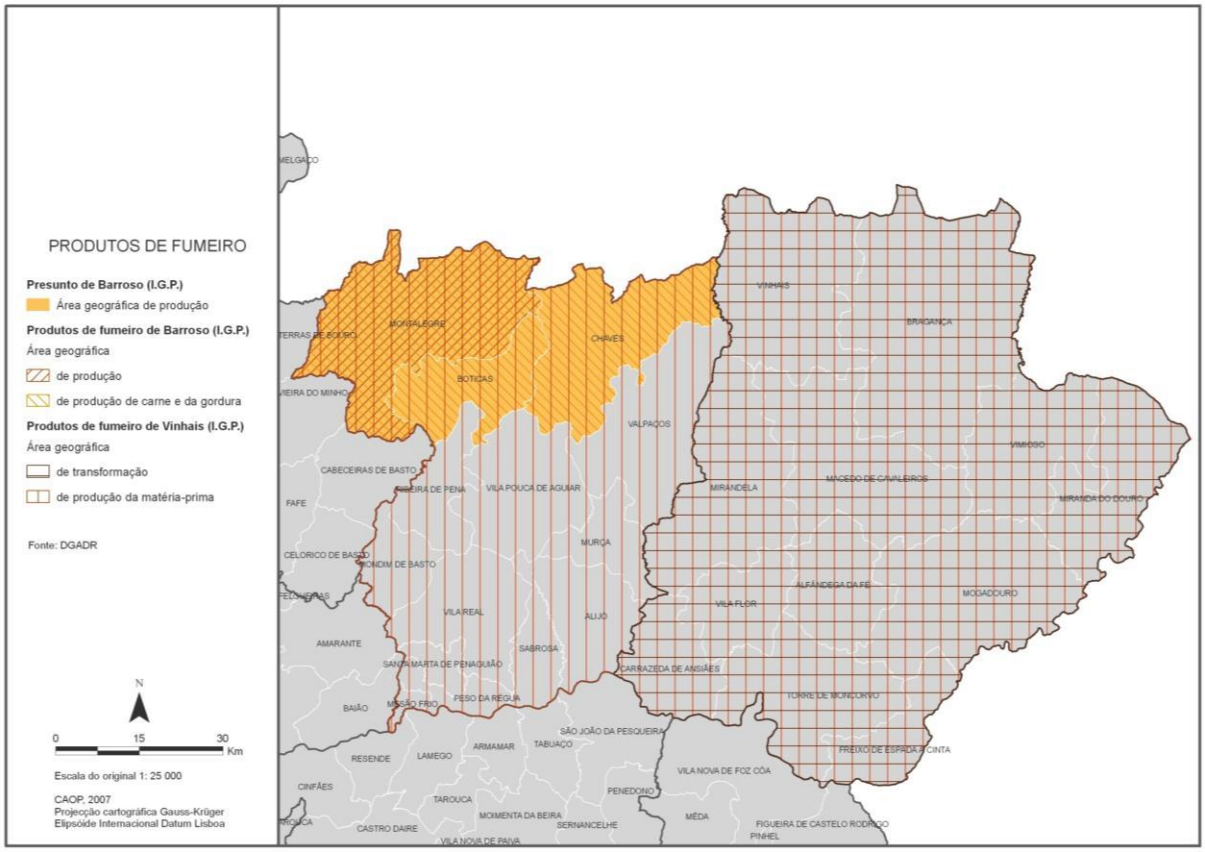
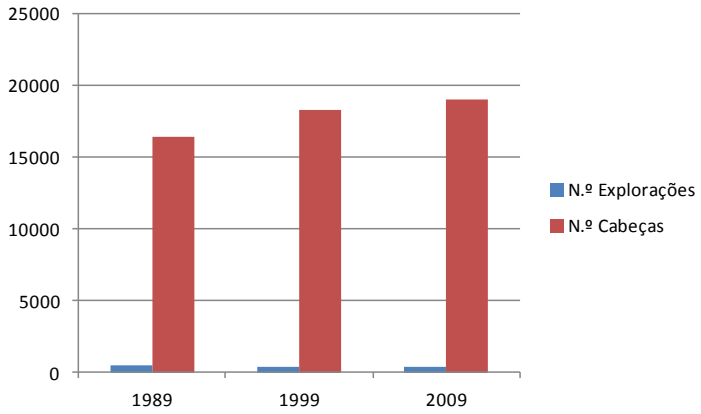


Figura 1.15 – Produtos de fumeiro

OVINOS

Em 2009, foram recenseadas 375 explorações com ovinos que totalizavam 19 070 cabeças. A ovinicultura regista, relativamente à repartição por freguesias do efetivo, maior expressão na freguesia de São Pedro de Agostém (1517 cabeças) Águas Frias (1163 cabeças), e Cimo de Vila de Castanheira (1066 cabeças). O efetivo reprodutor, com 15 964 fêmeas, representa 83,7% do efetivo total, enquanto que o efetivo leiteiro, com 384 ovelhas, representa 2,0% do efetivo total. Entre os últimos recenseamentos verificou-se um acréscimo (4,3%) do número de ovinos e uma tendência para o aumento do número médio de cabeças por exploração que passou de 44,3 para 50,9.



Fonte: RGA (INE), 1999

Gráfico 1.15 – Efetivo ovino

Existem duas raças autóctones no município, que permitem a produção de carne de qualidade, a produção de leite para confeção artesanal do queijo e para a produção de lã. O cordeiro do Barroso também designados por anho ou borrego de leite estende-se a todo o concelho, enquanto que a raça bragançano se concentra na zona extremo oriental do município. Tendo em conta os constrangimentos existentes na produção do leite de vaca e a maior procura de produtos diferenciados, a expansão da produção de leite ovino e caprino pode desempenhar um importante papel na dinamização do sector.

O “Cordeiro de Barroso ou Anho de Barroso ou Borrego de leite de Barroso” possui a denominação de IGP e a sua área de produção abrange os municípios de Boticas, Chaves, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. A carne de cordeiro é de cor rosada a vermelho claro, tenra, suculenta, com textura suave e com alguma gordura intramuscular que lhe confere características sápidas e aromáticas bem conhecidas dos naturais da região. São criados de forma tradicional em regime extensivo. A forma de pastoreio tradicional da região é a vezeira: sistema de pastoreio comunitário em que os animais de vários proprietários da mesma aldeia são levados em conjunto a pastar. A alimentação é feita à base da flora arbustiva e lenhosa espontânea dos matos, composta maioritariamente por urzes, tojos, carqueja, sargaço e giestas.

O “Cordeiro Bragançano” possui DOP e a sua área geográfica de produção abrange as freguesias Sanfins e São Vicente no município de Chaves, os municípios de Bragança e Vinhais e algumas freguesias dos municípios de Macedo de Cavaleiros, Vimioso, Mirandela e Valpaços. A carne é constituída por carcaças de animais de ambos os sexos, com três a quatro meses de idade, filhos de pais inscritos no Livro Genealógico da Raça Churra Galego Bragançano, criados na região e alimentados com leite inteiro materno. Mantém a forma tradicional de maneio que confere à carne características organoléticas diferenciadas.

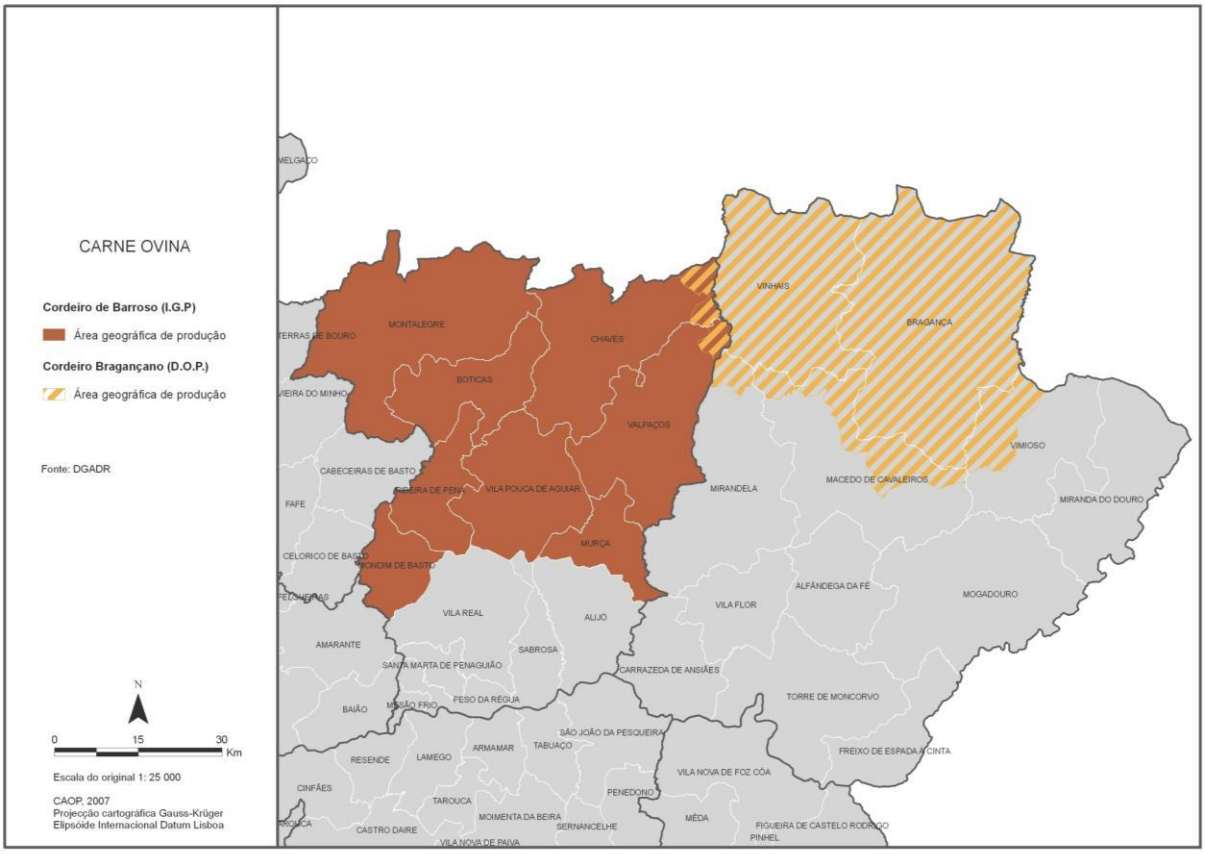
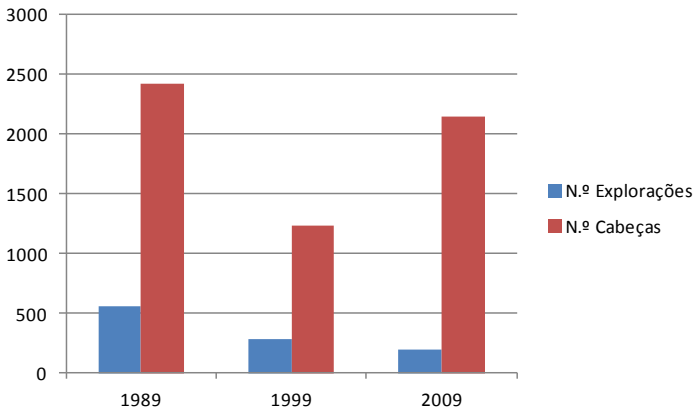


Figura 1.16 – Carne ovina

CAPRINOS

Em 2009, foram recenseadas 201 explorações com caprinos que totalizavam 2148 cabeças. O número de caprinos regista, relativamente à repartição por freguesias do efetivo, maior expressão na freguesia de São Pedro de Agostém (409 cabeças), Nogueira da Montanha (228cabeças) e Ervededo (196 cabeças). O efetivo reprodutor, com 1716 fêmeas, representa 79,9% do efetivo total, enquanto que o efetivo leiteiro, com 1709 cabras, representa 79,9% do efetivo total. Entre os últimos dois recenseamentos verificou-se um acentuado aumento (73,9%) do número de efetivos caprinos, uma redução do número de explorações o que se traduziu num aumento expressivo do número médio de cabeças por exploração que passou de 4,3 cabeças para 10,7 cabeças.



Fonte: INE, RGA 1989, 1999 e 2009

Gráfico 1.16 – Efetivo caprino

Além da produção de carne de cabrito tem-se registado um aproveitamento do leite para a produção de queijo. O "Cabrito de Barroso" é a raça autóctone do concelho e possui IGP, abrangendo os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre e Vila Pouca de Aguiar. A sua carne é constituída por carcaças e meias carcaças de animais abatidos aos três meses de idade. Os caprinos desta raça alimentam-se, essencialmente, das pastagens naturais das áreas baldias durante todo o ano, o que confere à sua carne um paladar distinto.

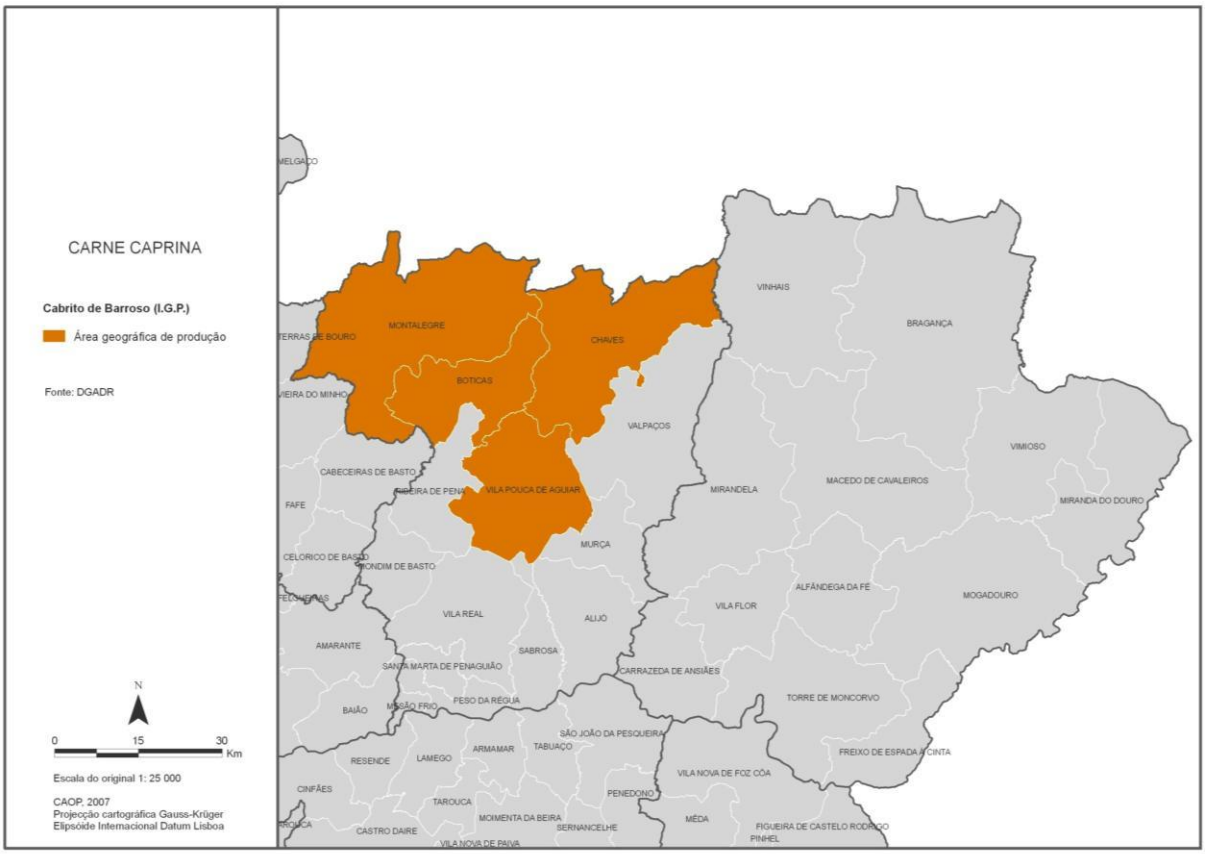
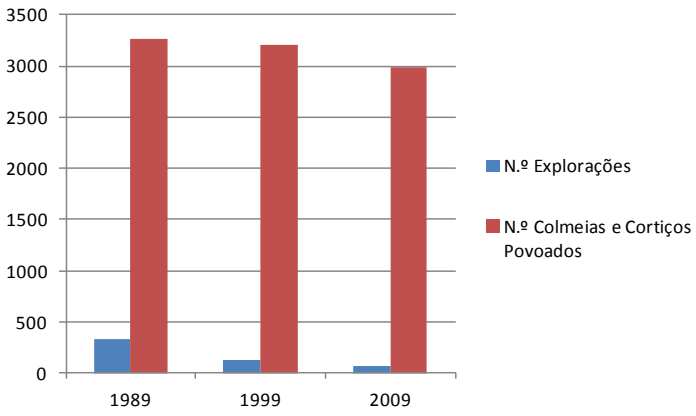


Figura 1.17 – Carne caprina

APICULTURA

Em 2009, foram recenseadas 70 explorações com apicultura que totalizavam 2993 colmeias e cortiços povoados. A apicultura regista, relativamente à repartição por freguesias do efetivo, maior expressão na freguesia de Lama de Arcos (1179 colmeias e cortiços povoados), freguesia que representa 39,4% do efetivo total e Cela (1000 colmeias e cortiços povoados) representando 33,4% do efetivo total. Entre os dois últimos recenseamentos, verificou-se uma redução muito significativa do número de explorações com apicultura (44%) e uma redução do efetivo total (6,8%) que se traduziu numa maior concentração de efetivos por exploração, de 25,7 para 42,8.



Fonte: INE, RGA 1989, 1999 e 2009

Gráfico 1.17 – Efetivo apícola

A atividade apícola, na sua vertente económica, constitui, na maioria dos casos, complemento relevante aos rendimentos das explorações agrícolas. No entanto, a importância do sector apícola ultrapassa a sua vertente económica, tendo também um papel preponderante no equilíbrio ecológico da flora, através da atividade polinizadora das abelhas, a qual se traduz num acréscimo da produtividade e rentabilidade de diversas culturas agrícolas (DRAPN, 2003). Juntamente com os municípios de Boticas, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e algumas freguesias de Murça, o município de Chaves encontra-se abrangido pela área geográfica de produção do "Mel de Barroso", certificado com DOP. Este mel é produzido a partir de néctar de flores e no qual se encontra maioritariamente pólen de ericáceas, as quais fazem parte da flora melífera regional. O mel é produzido pela abelha negra, *Apis mellifera mellifera* (sp. *iberica*), considerada por alguns investigadores como sub-raça da *Apis mellifera iberica*, na região montanhosa do Barroso, a partir da flora característica. Tem cor escura, cheiro e sabor reveladores da flora melífera regional, com forte predominância de ericáceas (urze). Ao mel que possua um teor de pólen de ericáceas superior a 35 % poderá ser atribuída a designação de "Mel de Urze" ou "Mel de Queiró" (DGADR, 2001). Os produtores de mel do concelho de Chaves estão, na sua maior parte, associadas à MONTIMEL – Cooperativa dos Apicultores do Alto Tâmega. Esta Cooperativa está a desempenhar um papel importante na orientação dada aos apicultores no tratamento das colmeias, na preservação dos enxames, na proliferação de apiários e na comercialização do mel. Em 2011, esta cooperativa possuía 179 associados de todo o Alto Tâmega, 90 do município. Dentro da região de Chaves a produção deverá rondar as 300 toneladas anuais de mel.

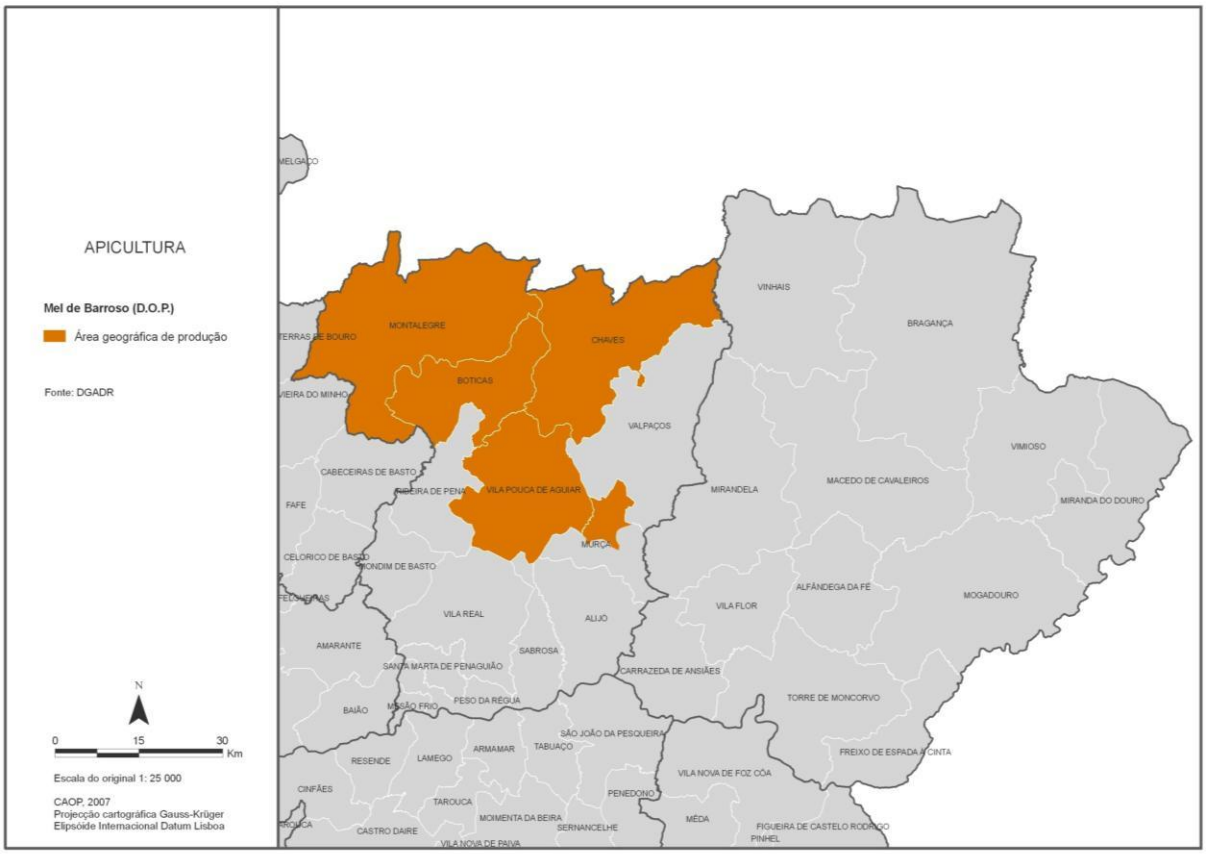


Figura 1.18 – Apicultura

ORDENAMENTO E GESTÃO DAS EXPLORAÇÕES

O licenciamento das explorações de bovinos[3] obedece, tal como as restantes atividades pecuárias ao regime do exercício da atividade pecuária, publicado pelo Decreto-Lei n.º81/2013, de 14 de junho. Por sua vez, a Portaria 42/2015, de 19 de fevereiro, estabelece as normas as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária, ou atividades complementares, de bovinos (incluindo bisontes e búfalos), ovinos (incluindo muflões), caprinos e cervídeos (incluindo veados, gamos e corços), nas explorações e nos núcleos de produção de bovinos (NPB), ou núcleos de produção de ovinos e caprinos (NPOC), bem como nos entrepostos e nos centros de agrupamento autorizados para estas espécies animais. Para a instalação de explorações de bovinos e outros ruminantes é pois necessário o cumprimento de certas condicionantes, sendo interdita a instalação de novas explorações a menos de 200m de distância de explorações de terceiros, e a menos de 25 metros da própria instalação, quando se trate de ampliações. É ainda necessária a salvaguarda de distâncias regulamentares às extremas da propriedade e das vias públicas, sem prejuízo de outras condicionantes impostas por outros regimes legais em vigor, como o regime jurídico de urbanização e edificação.

3 Decreto-lei nº 81/2013 de 14 de Junho

Relativamente às explorações suinícolas, a legislação interdita a instalação de novas explorações ou núcleos de produção de suínos (NPS) a menos de 200 m de instalações de terceiros, designadamente, de outras instalações de explorações ou NP, centros de agrupamento, entrepostos, matadouros, unidades intermédias ou de transformação de subprodutos animais, oficinas de preparação de carnes e outros produtos de origem animal, fábricas de alimentos compostos para animais e estações de tratamento de águas residuais, que não estejam associadas à própria exploração. Interdita ainda a construção de novas instalações para suínos ou a ampliação das existentes, a menos de 100 m contados da periferia das instalações de alojamento dos animais, que integram a exploração ou o NPS, face à estrema da propriedade e a menos de 25 m de vias de comunicação, sem prejuízo de outras distâncias previstas em legislação específica;

Relativamente ao sector avícola, a localização e a disposição das instalações de um estabelecimento avícola deverá obedecer a princípios de proteção da saúde animal e da saúde pública, bem como da natureza e do meio ambiente, de modo, por um lado, a evitar a introdução de doenças ou assegurar o seu controlo em caso de aparecimento, e por outro, a contribuir para uma melhoria da defesa da natureza e do meio ambiente, estando diretamente relacionado com a classe (dimensão) da exploração[4]. Para tal, as instalações da classe 1 e 2 (maior capacidade) devem ser implantadas em local isolado, não confinante com vias de comunicação ou outras situações suscetíveis de serem identificadas como um risco sanitário para os animais ou para o ambiente envolvente. Para além disto é interdita a instalação de novas explorações ou de núcleos de produção avícola (NPA) a menos de 200 m de instalações de terceiros, designadamente outras instalações de explorações ou núcleos de produção (NP), centros de agrupamento, entrepostos, matadouros, unidades intermédias ou de transformação de subprodutos animais, oficinas de preparação de carnes e outros produtos de origem animal, fábricas de alimentos compostos para animais e estações de tratamento de águas residuais que não estejam associadas à própria exploração, sem prejuízo de outras distâncias previstas em legislação específica, contados da periferia das instalações de alojamento dos animais que integram a exploração ou o NPA. É ainda interdita a ampliação de instalações ou a construção de novas instalações para aves, a menos de 100 m contados da periferia das instalações de alojamento dos animais, que integram a exploração ou o NPA, face à extrema da propriedade e a menos de 25 m de vias de comunicação, sem prejuízo de outras distâncias previstas em legislação específica.

O cumprimento das regras relativas à localização de instalações pecuárias tem já originado o deslocamento de algumas instalações no concelho, devido à dificuldade de expansão nas proximidades dos aglomerados populacionais. Contudo subsistem diversas instalações agropecuárias em solo urbano, onde a distância preconizada às habitações não foi suficiente para minimizar os efeitos adversos à habitação.

As seguintes condicionantes deverão ser claramente aferidas ao nível do PDM, tendo em atenção a distinção de classificação:

4 Portaria 637/2009, de 9 de junho

- Condicionar a localização de novas explorações ou ampliações em solo urbano;
- Condicionar a localização de novas explorações ou ampliações em áreas de permeabilidade de solo acentuada;
- Condicionar a localização de novas explorações ou ampliações em áreas inundáveis.

Além destes condicionantes, o PDM poderá estabelecer normas e condicionantes à descarga e tratamento de efluentes que vão para além das condições impostas pela legislação.

Genericamente, o PDM deverá estabelecer para cada classe de espaços regras à edificabilidade, assim como para a localização de instalações pecuárias em solo rural. O plano deverá estabelecer normas relativas às áreas mínimas de parcela, índice de implantação ou altura máxima de edificação. Outras disposições a realçar para além do tratamento dos efluentes e da edificabilidade, é o aspeto ambiental e paisagístico das instalações pecuárias, como por exemplo, a obrigatoriedade destas instalações possuírem uma barreira arbórea de proteção visual em toda a envolvente dos pavilhões. É pois, urgente estabelecer-se disposições regulamentares para as instalações pecuárias que vão para além daquelas já dispostas na legislação em vigor para este tipo de atividades.

1.3 AGRICULTURA BIOLÓGICA

A Agricultura Biológica ou o Modo de Produção Biológico (MPB) é um sistema de produção que se baseia na interação dinâmica entre o solo, as plantas, os animais e os seres humanos, considerados como uma cadeia indissociável, em que cada elo afeta os restantes, e que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica dos solos. É conseguido através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento de materiais sintéticos. A agricultura biológica tenta ser uma aproximação da agricultura à ecologia recuperando técnicas tradicionais.

O MPB assume-se cada vez mais como uma oportunidade para a agricultura. Por um lado porque produz produtos diferenciados, com um valor acrescentado. Por outro lado este modo de produção faz uso de métodos e práticas respeitadoras do ambiente, permitindo uma gestão sustentável do ambiente e da paisagem. Esta forma de fazer agricultura enquadra-se no espírito da atual política agrícola europeia que aponta no sentido de uma agricultura em harmonia com o ambiente e não como fonte destabilizadora do equilíbrio natural dos ecossistemas. Estes dois vetores fizeram com que a Agricultura Biológica fosse encarada como um dos instrumentos para um desenvolvimento rural sustentável (DRAPN, 2008).

Em Portugal e particularmente no território municipal de Chaves é relativamente diminuto o número de explorações que recorrem a práticas agrícolas menos lesivas do ambiente. Dados de 2013, revelam a existência em Chaves de 5 produtores de pastagens, bovinos, suínos, colónias de abelhas, mel e produtos da colmeia, culturas arvenses, vinha, mirtilos e outras frutas. Contudo, a agricultura biológica tem vindo a evoluir favoravelmente, tanto ao nível do país como ao nível da região de Trás-os-Montes. O número de produtores que

aderiram a este modo de produção tem vindo a aumentar em Portugal, quase que em ritmo exponencial. Em 1993 apenas existiam em Portugal 73 produtores que ocupavam uma superfície agrícola de cerca de 2800 ha, passando em 2011 para 2603 produtores e uma superfície agrícola de 219 683 ha.

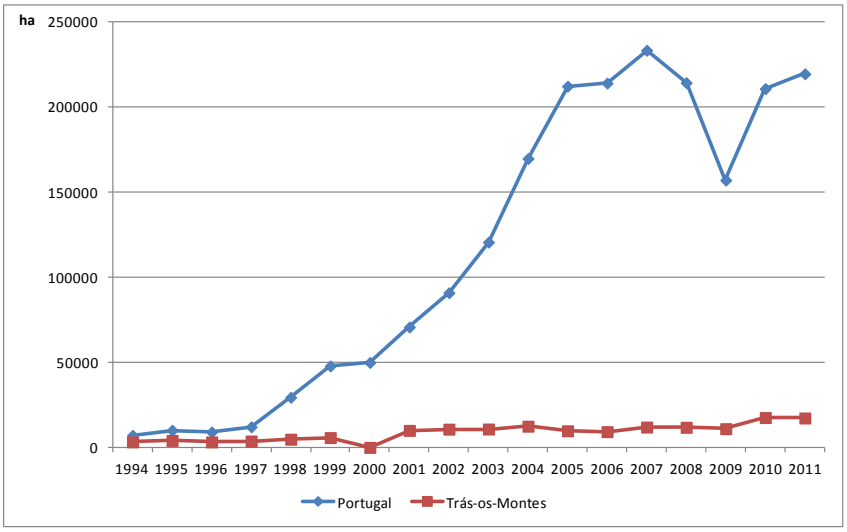


Gráfico 1.18 – Evolução da superfície agrícola em modo de produção biológica

Os produtos obtidos através deste modo de produção têm geralmente excelentes características organoléticas e nutritivas e devem apresentar-se comercialmente respeitando as normas de qualidade que lhe são próprias. Para que os produtos possam ostentar referências ao modo de produção biológico e, em particular, a menção "Agricultura Biológica - Sistema de Controlo CE", os operadores têm que cumprir a legislação da Agricultura Biológica, submeter as suas explorações agrícolas e/ou de transformação a um sistema especial de controlo, que cobre toda a fileira produtiva e notificar a sua atividade junto do organismo público competente.

Segundo o "Manual de Conversão ao Modo de Produção Biológico" da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DGAPN), o modo de produção assenta em dois princípios básicos:

1. A fertilidade e a atividade biológica dos solos devem ser mantidas ou melhoradas através de:
    a) sistemas de rotação adequados;
    b) incorporação nos solos de matérias orgânicas adequadas;
    c) utilização de consociações de culturas no mesmo terreno;
    d) prática da adubação verde ou sideração com o cultivo de plantas melhoradas.

2. A luta contra parasitas, doenças e infestantes deve ser feita através de:
    a) escolha de espécies e variedades adequadas;

b) programas de rotação de culturas;

c) processos mecânicos de cultura;

d) utilização dos inimigos naturais dos parasitas das plantas.

No que diz respeito à produção animal, o principal princípio norteador deve ser o de fomentar uma elevada resistência às doenças e prevenir a ocorrência de infeções através de:

a) escolha de raças bem adaptadas às condições da exploração, privilegiando, sempre que possível, as raças autóctones;

b) utilização de alimentos de boa qualidade, tendo em consideração a necessidade de estabelecer um equilíbrio harmonioso entre a produção agrícola e a produção pecuária;

c) possibilidade de facultar ao animal o livre acesso a água e a espaços abertos de exercício regular e pastoreio;

d) garantia de um encabeçamento adequado, dadas as consequências que o sobrepovoamento pode ter para a saúde dos animais e para a poluição, nomeadamente dos solos e das águas quer superficiais, quer dos lençóis freáticos;

e) construção de alojamentos e instalações com boas condições de luz e ventilação e de forma que cada animal disponha de uma área mínima adequada à sua espécie, raça, idade e sexo.

O Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 inclui novas medidas agroambientais. No caso da Produção Integrada e da Agricultura Biológica, as ajudas estão incluídas na Medida 7 – Agricultura e Recursos Naturais que visa apoiar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, mobilizando os agricultores e outros intervenientes no espaço rural para adesão voluntária a métodos de produção específicos e à manutenção da biodiversidade, através de apoios financeiros a estas atividades.

1.4 SISTEMAS DE REGA

A boa utilização do recurso água é determinante para a competitividade dos sistemas agrícolas, devendo por isso haver uma necessidade de racionalização e otimização da sua utilização. "*O armazenamento de água, associado às albufeiras dos regadios, constitui ainda um elemento determinante para a competitividade dos territórios rurais, quer na ótica da gestão deste recurso escasso, quer na ótica da diversificação das atividades, objetivo indissociável do desenvolvimento sustentado destes territórios*" (PENDR, 2007).

Segundo o RGA, em 2009 a superfície média regada em Chaves área de culturas regada no município era de 5932 ha hectares e representava 30,5% da SAU, valor bastante superior à média registada em Portugal (14,7%).

Em termos de distribuição por freguesia, se atendermos à dimensão da SAU por freguesia, verifica-se que nas freguesias da região envolvente a Vidago, nas freguesias que abrangem a veiga de Chaves e nas freguesias de Curalha, Lama de Arcos e Sanfins a representatividade das áreas regadas no total da SAU é superior a 60%. Se

por um lado se evidência a importância dos sistemas de rega coletivos de iniciativa estatal como principal forma de condução da água até às explorações agrícolas, como é o caso da aproveitamento hidroagrícola de Chaves e de Mairos, por outro lado, se verifica a importância do sistema de rega individual nas freguesias da região de Vidago.

APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE CHAVES

O Aproveitamento Hidroagrícola de Chaves (AHC), constituído pelo Bloco I e Bloco II, situa-se na margem esquerda do rio Tâmega e está classificado como pertencente ao grupo II, isto é, obra de interesse regional com elevado interesse para o desenvolvimento agrícola da região. A atual gestão, exploração e conservação deste aproveitamento encontra-se a cargo da Associação de Regantes e Beneficiários de Chaves. O número de beneficiários varia de ano para ano, tendo-se apurado 1935, em 2012.

O Bloco I foi construído nos anos de 1939 a 1949 e possui uma área beneficiada de 1000 hectares. A água de régua deste Bloco provêm do Açude da Veiga de Chaves / Vila Verde da Raia, açude galgável construído em alvenaria, capeado a cantaria de granito, com um desenvolvimento de 232,5 m, e com uma altura máxima de leito de 6 m.

Figura 1.19 – Açude da Veiga de Chaves / Vila Verde da Raia

Para a distribuição da água para a rega foi construída uma rede com um desenvolvimento total de 74 666 metros, dos quais 12 800 metros constituem a rede primária e 61 866 metros a rede secundária. A rede de rega foi já alvo de importantes obras de reabilitação, as primeiras concluídas em 1997 e as segundas concluídas em 1999, e que incluiu a reestruturação da rede de rega e a construção de condutas subterrâneas. A sua beneficiação permite tornar mais eficiente a utilização da água, designadamente, no que respeita à redução de perdas e à racionalização dos consumos.

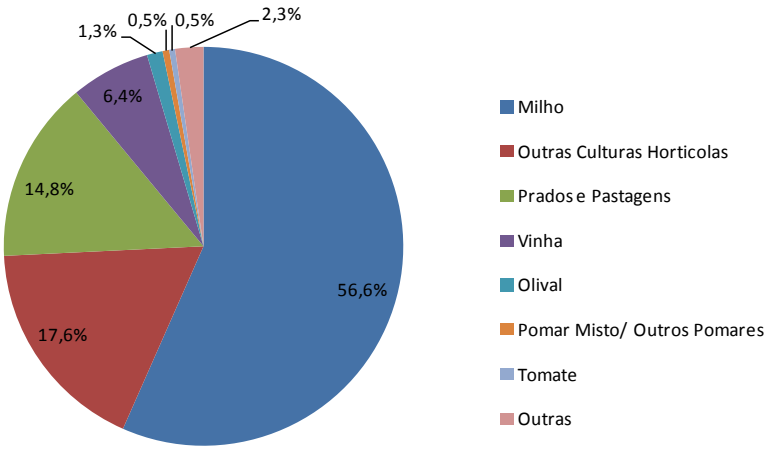
Entre 1977 e 1999 foi construído um novo Bloco de rega, designado Bloco II, que beneficia um total de 680 hectares. No Bloco II, a água para rega provém da albufeira de Arcossó, nas proximidades de Nogueirinhas, que permite o regadio do Bloco II e o reforço dos caudais do Bloco I. A rede primária e a rede secundária, com uma

extensão de 11 300 m e 22 646 m, respectivamente, ficaram concluídas em 2000. A barragem de Arcossó, localizada na ribeira do mesmo nome, é de aterro de enrocamento com cortina de impermeabilização em betão armado a montante e foi concluída em Agosto de 1999 (Anexo I).

Figura 1.20 – Barragem da Arcossó

Quanto à rede de enxugo do AHC dela constam valas com um desenvolvimento total de 3285 metros, além das linhas de água naturais que atravessam este aproveitamento hidroagrícola, nomeadamente, as ribeiras de Lama, Arcossó, Faiões, Pinheiros, Avelãs, Nantes e Ponte, e que funcionam como valas de enxugo.

Segundo a DGADR, as principais culturas no aproveitamento em 2013 foram o milho (843 ha), outras culturas hortícolas entre as quais a batata (262,5 ha), os prados e pastagens (220 ha) e a vinha (95,7ha), num total de 1489,2 hectares de área regada. Na Primavera/Verão, a terra está ocupada principalmente por milho, batata e hortícolas, enquanto que no Outono/Inverno são cultivadas forragens e há pousio. Pese embora a posição de destaque da batata, a sua produção na veiga tem vindo a diminuir, enquanto que o milho em grão e a vinha têm vindo a ganhar importância. A horticultura encontra ótimas condições na veiga de Chaves, tanto ao nível de produção, como de mercado, dada diversificação dos hábitos de consumo da população da cidade de Chaves e dada a proximidade do mercado espanhol.



Fonte: DGADR, 2014

Gráfico 1.19 – Culturas e área regada

A proximidade da veiga de Chaves com as áreas urbanas tem originado uma forte pressão sobre a terra, competindo muitas vezes com uma procura "desigual" do solo para edificação de habitações unifamiliares. Torna-se necessário defender a veiga de Chaves, tendo em conta quer as suas potencialidades agrícolas quer os importantes investimentos nela efetuados.

Encontra-se ainda em curso a construção do Bloco III, com uma área beneficiada de 500 hectares, correspondendo em grosso modo ao vale de Vilarelho da Raia, também denominado veiga de Calvelos, que abrange parte da freguesia de Vilarelho da Raia e Vilela Seca. O processo de emparcelamento rural encontra-se em fase de ultimação e envolve 3094 prédios rústicos, pertencentes a 710 proprietários. Com o emparcelamento rural será possível corrigir a dispersão e fragmentação da propriedade, a configuração e a dimensão dos prédios, introduzindo melhoramentos nas redes viárias e de drenagem. A área em causa situa-se numa veiga com elevado potencial produtivo, como já foi possível descrever, mas que tem estado sujeita a um claro subaproveitamento, traduzida na expressão territorial dos matos e incultos, dada a falta de infraestruturas rurais e de uma estrutura predial adequada. Pese embora o projecto tenha estado desde o início associado ao Aproveitamento Hidroagrícola de Chaves e seus Vales Secundários, a iniciativa atual parte dos particulares e das juntas de freguesia abrangidas, passando o aproveitamento hidroagrícola de Vilarelho da Raia e Vilela Seca a incluir-se nos aproveitamentos do grupo III, ou seja, as obras de interesse local, com elevado impacte coletivo. A água para rega provém da albufeira do Rego do Milho, localizada na Ribeira do Milho, proximidades de Cambedo. Concluída em 2005, a barragem do Rego do Milho, a cargo da extinta Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (atual DRAPN), é classificada, quanto ao material de construção, mista de aterro, isto é, entre terra e enrocamento (Anexo I).

Este aproveitamento possui, para além da barragem referida com uma capacidade de 1,8 hm^3, uma rede de rega de 17 500 m, dos quais 4724 m constituem a rede primária e 23 700m de rede de drenagem.

Figura 1.21 – Barragem do Rego do Milho

Existem ainda dois aproveitamentos hidroagrícolas de interesse local, com elevado impacto coletivo, classificadas no grupo III, nomeadamente, o Regadio da Curalha e o Aproveitamento Hidroagrícola de Mairos. O Regadio da Curalha é gerido e explorado pela Junta de Agricultores e Regadio de Curalha e abrange uma área

de cerca de 120 hectares. A água para rega provém da albufeira da Curalha, localizada na Ribeira das Aveleiras, na confluência dos limites administrativos de freguesia de Vale de Anta, Soutelo e Curalha. A barragem foi construída em aterro em terra zonada (Anexo I).

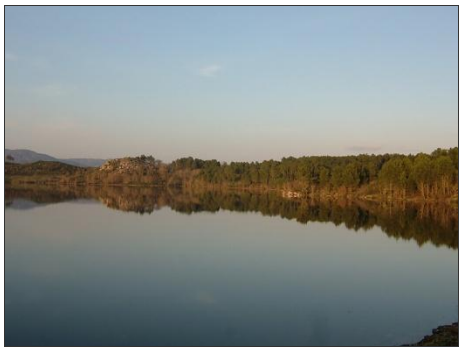


Figura 1.22 – Barragem da Curalha

O Aproveitamento Hidroagrícola de Mairos é gerido e explorado pela Junta de Agricultores de Mairos e abrange cerca de 100 hectares, nas imediações das localidades de Mairos e Paradela de Monforte. A área para rega provém da albufeira de Mairos, localizada na Ribeira das Aveleiras, entre as localidades de Mairos e São Cornélio. A barragem, concluída em 1995, é de aterro em terra zonada (Anexo I).

Figura 1.23 – Barragem de Mairos

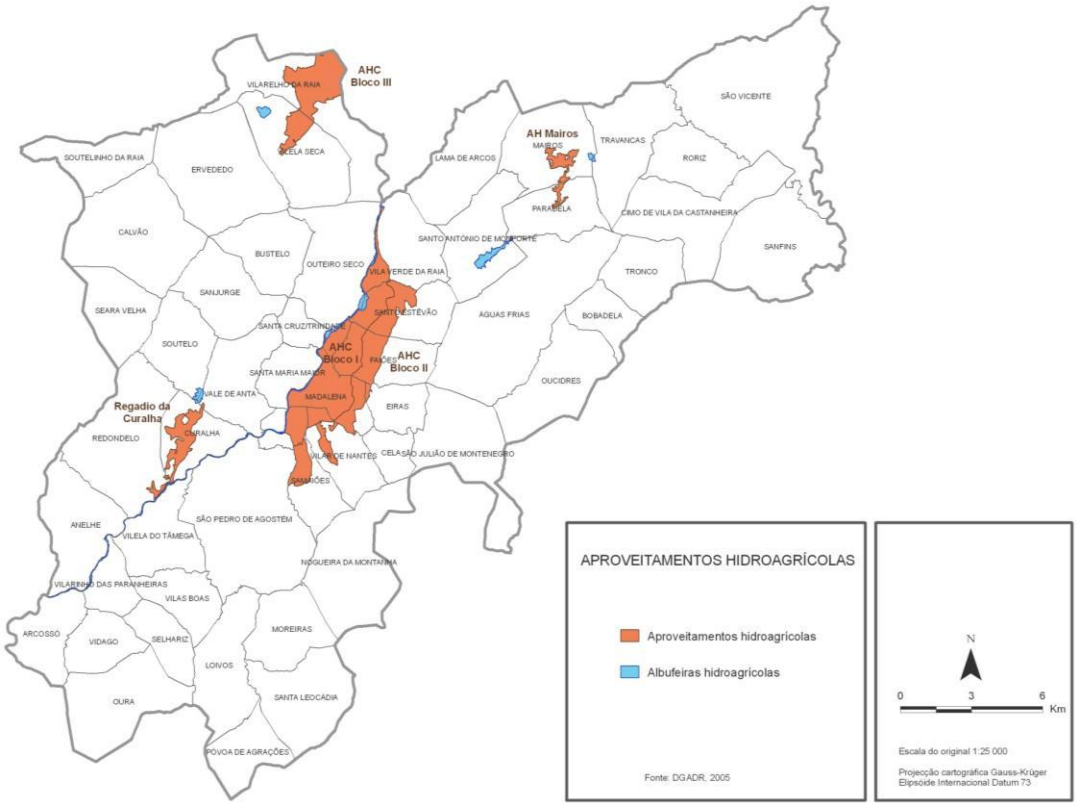


Figura 1.24 – Aproveitamentos hidroagrícolas

1.5 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Quadro 1.4 – Composição da superfície total das explorações

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)
Superfície agrícola utilizada	6 485	32 371	5 469	26 256	4147	14480
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	4 665	8 871	4 152	8 996	2741	5295
Superfície agrícola não utilizada	2 781	3 513	1 377	1 501	842	1057
Outras superfícies	2 234	642	1 662	226	4094	204
TOTAL	6 486	45 397	5 476	36 979	4149	26036

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.5 – Natureza jurídica do produtor

	N.º EXPLORAÇÕES		
	1989	1999	2009
Produtor singular autónomo	6 369	5 410	4133
Produtor singular empresário	106	56	4126
Sociedades	5	2	7
Baldios	0	0	10
Estado e pessoas pessoais	3	3	2
Outras formas	3	5	4
TOTAL	6 486	5 476	4149

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.6 – Máquinas e equipamentos

	1989	1999	2009
Tratores	885	1 566	2071
Colhedores de forragens	32	68	85
Enfardadeiras	85	137	42
Ceifeiras-debulhadoras	41	29	27

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.7 – Evolução da Superfície Agrícola Utilizada

	1989	1999	2009
N.º de explorações com SAU	6 485	5 469	4147
SAU (ha)	32 371	26 256	19491
Percentagem da SAU no município	54,8%	44,4%	33,0%
Dimensão média da SAU	5,0	4,8	4,7

Fonte: RGA/INE, 1989 e 1999

Quadro 1.8 – Forma de exploração da SAU

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)
Conta própria	6 349	27 589	5 402	23 077	4 068	16 823
Arrendamento	1 939	3 901	923	2 481	376	1 654
Outras formas	380	880	460	697	371	1 004

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.9 – Composição da SAU

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)
Culturas temporárias	6 262	17 463	5 026	12 529	3 758	8 488
Pousio	1 823	1 722	2 339	2 276	1 552	1 521
Horta	6 347	565	4 365	364	3 464	279
Culturas permanentes	5 537	5 771	4 691	5 151	3 548	4 373
Pastagens permanentes	4 214	6 850	3 720	5 963	2 679	4 819
SAU	6 485	32 371	5 469	26 256	4 147	19 480

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.10 – Culturas temporárias

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)
Cereais	5 798	10 905	4 473	7 595	3 327	5 209
Leguminosas secas	2 301	433	1 050	102	250	25
Prados temporários e culturas forrageiras	2 359	1 167	2 196	1 875	1 264	2 368
Batata	6 009	4 732	4 616	2 889	3 259	1 256

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)
Culturas industriais	1	196	0	0	1	0
Horticulturas	168	30	283	53	162	41
Flores e plantas ornamentais	0	0	43	13	31	13
Outras culturas	0	0	0	0	1	0
CULTURAS TEMPORÁRIAS	6 262	17 463	5 026	12 529	3 761	8 912

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.11 – Culturas permanentes

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)	N.º EXPLORAÇÕES	ÁREA (ha)
Frutos frescos	326	120	504	180	331	112
Citrinos	0	0	1	0	9	0
Frutos sub-tropicais	0	0	1	0	2	0
Frutos secos	667	499	1 127	1 059	1394	1 695
Olival	565	362	812	448	585	435
Vinha	5 310	4 787	4 251	3 462	2900	2 127
Viveiros	12	2	15	3	5	4
CULTURAS PERMANENTES	5 537	5 771	4 691	5 151	3548	4 373

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

Quadro 1.12 – Efetivo animal

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	N.º CABEÇAS	N.º EXPLORAÇÕES	N.º CABEÇAS	N.º EXPLORAÇÕES	N.º CABEÇAS

	1989		1999		2009	
	N.º EXPLORAÇÕES	N.º CABEÇAS	N.º EXPLORAÇÕES	N.º CABEÇAS	N.º EXPLORAÇÕES	N.º CABEÇAS
Bovinos	1 974	7 344	973	5 837	409	5 404
Suínos	2 812	7 791	2 142	8 232	695	4 429
Ovinos	505	16 482	413	18 281	375	19 070
Caprinos	562	2 423	285	1 235	201	2 148
Equídeos	3 662	4 569	2 605	3 056	1430	1 615
Coelhos	sem dados	sem dados	1 933	31 399	1329	51 193
Aves	sem dados	sem dados	4 112	63 232	2874	46 746
Colmeias e cortiços	329	3 258	125	3 210	70	2 993

Fonte: RGA/INE, 1989, 1999 e 2009

2. MODELO TERRITORIAL DA AGRICULTURA

2.1 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

2.1.1 PERSPECTIVA NACIONAL

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), em conjunto com o Plano Regional de Ordenamento Territorial do Norte (PROT-N), define o quadro estratégico a desenvolver no Plano Diretor Municipal (PDM). Segundo o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial[5], o PNPOT deverá estabelecer as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar ana elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados –Membros para a organização do território da União Europeia.

O PNPOT começa por evidenciar a posição nuclear da agricultura na gestão dos recursos do solo e da água, dada a preponderância das áreas utilizadas pela agricultura e florestas na ocupação do solo de Portugal continental e tendo em conta que a agricultura é o principal utilizador do recurso água. O PNPOT põe em relevo os aspetos positivos e negativos da relação entre a agricultura e floresta e a preservação do ambiente e recursos naturais: no controlo das emissões de gases com efeito de estufa, na conservação e valorização paisagística rural, na preservação de espécies e ecossistemas que dependem de sistemas de agricultura de elevado valor natural, e na ameaça que a agricultura representa para a proteção do solo, nomeadamente, na erosão, na diminuição da matéria orgânica, na contaminação difusa, na compactação, na diminuição da biodiversidade e na salinização. Por estas razões, o plano de ação do PNPOT foca a necessidade de articulação entre os vários instrumentos de planeamento incidentes sobre a água e o solo, as florestas e a agricultura, para uma efetiva operacionalidade dos objectivos de integração sectorial e territorial na gestão da água, definindo como medida prioritária a implementação do Plano Nacional de Regadios de forma articulada com as estratégias para a gestão da água definidas no Plano Nacional de Água e nos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica.

O PNPOT efetua ainda uma descrição de cinco situações tipo com significativa representação no território nacional, tipificada em estudos recentes do espaço rural e que permitem identificar situações muito contrastadas quanto às potencialidades e trajetórias possíveis de desenvolvimento territorial e às funções da agricultura nesse contexto. O município de Chaves insere-se na terceira situação tipo, que "*corresponde a áreas afastadas das principais aglomerações urbanas, mas com elevado interesse paisagístico e vincada identidade cultural e onde uma agricultura diversificada, em termos de produtos e de sistemas de uso do solo, ocupa uma fracção significativa da população residente. Reúnem-se aqui boas oportunidades de desenvolvimento de produtos e*

5 Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio

serviços com elevada tipicidade (qualidade específica) e potencial de valorização quer no mercado local, associado ao desenvolvimento do turismo, quer em mercados distantes. Estas são as zonas cuja vitalidade e sustentabilidade mais dependem de um desenvolvimento que promova a multifuncionalidade e a qualidade específica da agricultura e, com ela, de todo o território" (PNPOT, 2006).

Relativamente à agricultura e desenvolvimento rural, o PNPOT salienta como opção de desenvolvimento do território, a necessidade de criar nas regiões do Douro e Trás-os-Montes uma rede de centros de excelência em espaço rural, notáveis pela qualidade do ambiente e do património, pela genuinidade e qualidade dos seus produtos, pela sustentabilidade de práticas de produção e pelo nível de serviço acessíveis à população.

LEI DE BASES DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Segundo a Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário[6], a política agrícola deverá prosseguir os seguintes objectivos:

a) O aumento da produtividade e da competitividade da agricultura e a melhoria da situação económica e social da população agrária;

b) O racional aproveitamento dos recursos naturais, com preservação da sua capacidade regenerativa e estímulo às opções culturais mais compatíveis com as condições agroclimáticas e com as exigências qualitativas dos mercados, com vista a assegurar um nível adequado de segurança alimentar;

c) A preservação dos equilíbrios sócio-económicos no mundo rural, no reconhecimento da multifuncionalidade da atividade agrícola e da sua importância para um desenvolvimento integrado do País.

Para a prossecução da política agrícola, deverá promover-se, designadamente:

a) A valorização dos recursos humanos, através da formação profissional dos agricultores, trabalhadores rurais e outros agentes do sector, e do incentivo à exploração direta da terra e à fixação de jovens agricultores;

b) O emparcelamento e redimensionamento das explorações minifundiárias e o incremento das áreas irrigadas, da florestação e da silvo-pastorícia, no sentido do melhor aproveitamento dos solos de marcada aptidão agrícola e da reconversão dos de utilidade marginal para a agricultura;

c) A organização dos mercados agrícolas e silvícolas e a melhoria da eficiência comercial, pelo apoio à modernização da indústria e do comércio agroalimentar e agro-florestal e à sua localização nas regiões da produção, bem como o estimulo ao cooperativismo e ao interprofissionalismo, visando uma maior integração das fileiras produtivas;

d) O reforço do associativismo socioprofissional e sócio-económico, na perspectiva da participação dos agricultores na definição da política agrícola e na transformação e comercialização das respetivas produções;

e) A redução das atribuições do Estado no sector agrícola, com transferência progressiva para as organizações agrícolas e interprofissionais;

f) O desenvolvimento da investigação, experimentação e vulgarização rural, designadamente para os subsectores em que se impõe uma especialização da produção nacional;

6 Lei n.º 86/95, de 1 de Setembro, estabelece a Lei de Base do Desenvolvimento Agrário, alterada pela Lei n.º92/2015, de 12 de agosto

g) A valorização qualitativa da produção, pela garantia da tipicidade e genuinidade dos produtos regionais e pelo apoio ao controlo da qualidade das empresas e à promoção comercial dos produtos nacionais;

h) O apoio ao desenvolvimento de atividades complementares associadas à exploração agrícola, em particular nas zonas com condições naturais mais desfavoráveis ou com ecossistemas específicos, na perspectiva de integração dos rendimentos resultantes da exploração e preservação dos recursos económicos, paisagísticos e ambientais do espaço rural.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE PARA 2014-2020

A **visão** da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, terá como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais assente numa gestão eficiente dos recursos.

Desta forma, e tendo em conta os três objetivos da PAC, o PDR 2020 pretende o **Crescimento sustentável do sector agroflorestal em todo o território nacional**. Tendo como objetivos estratégicos:

- Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
- Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos
- Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural;

Obj Transversal 1: Aumentar a capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal.

Obj Transversal 2: Melhoria do nível de capacitação e de aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos.

Os motivos que conduziram à seleção destes objetivos estratégicos, que estão interligados, sendo que a Inovação, a capacitação e aconselhamento têm um carácter transversal, resultam quer da evolução recente verificada no complexo agroflorestal quer dos desafios e oportunidades que terão de ser enfrentados e respondidos durante o período de programação 2014-2020.

Os objetivos estratégicos decorrem de um conjunto de necessidades, com relação direta com os objetivos PAC, com as prioridades definidas para o FEADER e respetivos domínios de intervenção às quais se associa uma preocupação de natureza transversal que se relaciona com a simplificação.

Objetivo estratégico 1 – Crescimento do valor acrescentado do sector agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura.

A este objetivo estão associados os seguintes necessidades:

1.1 Melhoria da eficiência na utilização dos consumos intermédios na produção agrícola e florestal, que enquadra as necessidades relacionadas com a melhoria de produtividade na utilização de consumos intermédios, de redução dos custos associados aos consumos intermédios e atenuação da volatilidade dos

preços dos produtos agrícolas incluindo matérias-primas. Procurando reduzir custos de *inputs* externos, nomeadamente de consumos intermédios e, assim, melhorar a rentabilidade das unidades de produção e contribuir para a redução dos desequilíbrios macroeconómicos referentes ao défice da balança comercial.

Estas necessidades estão associadas ao reforço da viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar. Estas necessidades estão associadas ao reforço da viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e à gestão sustentável das florestas e melhoria da eficiência na utilização da água e energia e facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis,

1.2 - Aumentar o investimento no sector agroflorestal é, como para a generalidade da economia portuguesa, fundamental para o desenvolvimento económico do setor. Para além dos apoios que estimulam diretamente o investimento, nomeadamente em processos e técnicas mais inovadoras e mais eficientes, é necessário reforçar a produtividade e a escala da oferta e ainda contemplar a atratividade de investimentos relacionados com matérias de sustentabilidade económica e ambiental (ex: fertilidade e estrutura do solo, volatilidade dos mercados).

1.3 Renovação e reestruturação das explorações agrícolas, que contempla necessidades relacionadas com o rejuvenescimento do tecido agrícola, a promoção do acesso à terra nomeadamente a jovens, o aumento da dimensão económica das explorações, a melhoria do nível de formação técnico, empresarial dos produtores agrícolas e florestais.

1.4 Melhorar a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar, sendo importante aumentar a frágil organização e concentração da produção primária, incluindo a pequena agricultura, através do reforço do modelo das organizações de produtores, incluindo cooperativas, a integração vertical e a promoção do interprofissionalismo, visando a melhoria da capacidade de gestão e organização dos produtores primários e a valorização do produto na cadeia de alimentar.

Estas necessidades contribuem para a estratégia, ao aumentar a competitividade dos produtores primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de sistemas de qualidade, do acréscimo de valor nos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais.

1.5 Dinamização de novos mercados de destino para os produtos agroalimentares e florestais, nomeadamente a importância da dinamização de mercados internos e externos.

1.6 Aumentar a produção de matérias-primas florestais de forma sustentável, associado à necessidade de um aumento da valorização da produção silvícola e melhoria da concentração da oferta florestal.

1.7 Reforço dos mecanismos de gestão do risco no âmbito da atividade agrícola assume uma importância crescente num contexto das alterações climáticas, sendo fundamental para dar previsibilidade e estabilidade financeira às explorações agrícolas, sem a qual a atratividade sectorial decresce de modo significativo. Nomeadamente, aumentar o recurso a técnicas de prevenção do risco, viabilizar instrumentos de gestão do risco, designadamente seguros de colheitas e mitigar os efeitos dos fenómenos climáticos adversos, dos riscos bióticos e abióticos.

Objetivo estratégico 2: Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos

Constitui um objetivo estratégico a melhoria da gestão dos recursos naturais e a proteção do solo, água, ar, biodiversidade e paisagem.

Nesta matéria apresentam-se duas temáticas: promover uma gestão eficiente dos fatores de produção e a proteção dos recursos naturais: água, solo e biodiversidade. Este objetivo tem estreita relação com o reforço da viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas.

A este objetivo estão associadas quatro conjuntos de necessidades:

2.1 Ultrapassar as limitações na disponibilidade de água e melhoria da eficiência na sua utilização. Constituindo o recurso água um dos principais fatores de competitividade do sector agrícola assume especial importância a gestão que é feita do mesmo num contexto de adaptação às alterações climáticas. Tendo em conta que a água é um recurso escasso torna-se necessário colocar o enfoque na melhoria do seu aproveitamento e da sua utilização, a qual deve ser enquadrada na necessidade crescente que a atividade agrícola tem em termos de otimização dos recursos em geral e dos fatores de produção em particular.

Esta necessidade resulta não só da melhoria da competitividade mas fundamentalmente de uma atividade agrícola que se pretende que seja cada vez mais sustentável no uso dos recursos naturais. Neste âmbito, saliente-se a necessidade de melhorar a eficiência na utilização da água.

2.2 Aumento da eficiência energética. A intensidade energética no sector tem vindo a reduzir-se, ainda assim considera-se necessário prosseguir na melhoria da eficiência energética, nomeadamente pelos elevados custos associados à utilização deste fator. Neste particular, assume especial destaque a necessidade da utilização/produção de energias renováveis na exploração agrícola e aproveitamento para fins energéticos de subprodutos agrícolas e florestais.

2.3 Aumentar a produtividade da terra, neste âmbito, destaca-se a necessidade do aumento da produtividade da terra, nomeadamente através de melhorias na fertilidade do solo, pela escolha adequada das variedades culturais, rega e do reordenamento de produções florestais não adaptadas às condições edafoclimáticas nacionais. Estas necessidades têm um forte enquadramento no objetivo estratégico 1, no que se refere aos fatores produtivos é fundamental que a melhoria do desempenho económico das explorações agrícolas e florestais seja assente numa utilização eficiente dos recursos.

2.4 Proteção dos recursos naturais: água e solo. Neste âmbito, salientam-se as necessidades relacionadas com prevenção da erosão do solo e alteração da estrutura da sua utilização a melhoria da gestão de efluentes ao nível da exploração

2.5 Proteção e promoção da biodiversidade, designadamente através da conservação do património genético, da preservação e manutenção de sistemas de alto valor natural tradicionais e extensivos, incluindo os localizados na zona de Rede Natura, da recuperação das floresta de conservação e da preservação da biodiversidade selvagem dependente dos ecossistemas agrícolas e florestais.

2.6 Combate à desertificação, neste âmbito, saliente-se, a importância da manutenção da atividade agrícola em zonas com desvantagens naturais nomeadamente, a redução de incêndios florestais e aumento da capacidade de reserva de água. Estas necessidades têm uma forte interligação com objetivo estratégico 3, no sentido que contribuem para a preservação e promoção dos recursos endógenos, com impactos no desenvolvimento das zonas rurais.

Objetivo estratégico 3 - Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural

A este objetivo estratégico estão associados as seguintes necessidades:

3.1 Diversificação da atividade económica, nomeadamente pelo aproveitamento de áreas de negócio relacionadas com a agricultura, como sejam o turismo rural e os produtos de qualidade de base local, cuja comercialização em mercados locais e promoção de cadeias curtas.

3.2 Criação de condições de viabilidade da pequena agricultura - Sem prejuízo da promoção da diversificação económica, a fixação de pessoas e atividades nas zonas rurais deverá passar pela criação de condições de viabilidade da pequena agricultura, como sejam o apoio aos investimentos de pequena dimensão, mas também aos mercados locais e cadeias curtas.

3.3 Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais - as zonas rurais são espaços que podem proporcionar qualidade de vida, o que deve ser utilizado para atrair população de fora, em particular jovem e qualificada. É particularmente importante atuar face à tendência crescente de desertificação das zonas rurais associada ao envelhecimento da população rural, criando respostas às necessidades de restauração, preservação e valorização dos recursos naturais, paisagem e património local.

Relativamente aos objetivos transversais:

OT1: Aumento da capacidade de inovação, de geração e transferência de conhecimento para o sector agroflorestal, associando as necessidades ligadas ao aumento da capacidade de inovação (produtos, processos e técnicas), potenciar e focar a resposta do sistema de I&D às necessidades sectoriais e reforçar as ligações entre o sector empresarial, em particular as PME, e as unidades de I&D tecnológico, promovendo a cooperação e o trabalho em rede e envolvendo microempresas com recursos humanos qualificados na demonstração e disseminação de conhecimento;

OT2 Melhoria do nível de capacitação e aconselhamento dos produtores agrícolas e florestais, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos – a formação técnico e empresarial dos produtores agrícolas e florestais, quer no âmbito da gestão empresarial das explorações, quer da gestão e utilização eficiente dos recursos, associada a esta necessidade encontra-se a melhoria dos serviços de aconselhamento agrícola e florestal.

2.1.2 PERSPECTIVA REGIONAL

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

No que se refere à estrutura e dinâmica produtiva, o PROT-N é omisso relativamente à agricultura, dando maior ênfase à questão do desenvolvimento rural e centralizando esta matéria no contexto da relação urbano-rural do modelo territorial. Segundo o modelo territorial definido pelo PROT-N, "*a tendência actual é a do aumento da*

dimensão dos pólos urbanos centrais ou secundários, que constituem cada vez mais uma alternativa de destino para os novos emigrantes dos espaços rurais, ainda que continuem a manter o contacto privilegiado com as suas origens, não apenas devido à melhoria das infra-estruturas físicas e da acessibilidade, mas também graças ao progresso das tecnologias de comunicação. A diversificação das economias urbanas e a extensão das bacias de emprego aumentaram, com isto, a flexibilidade do mercado de trabalho e as oportunidades de vida no Interior, sobretudo para as populações locais. De tal modo que hoje já se anuncia o tempo das cidades médias do interior, ao mesmo tempo que se assiste a um crescente estrangulamento do emprego e de condições de habitabilidade nas grandes metrópoles".

O modelo territorial definido no PROT-N apresenta de uma forma prospetiva uma classificação por freguesia dos espaços rurais da Região Norte, procurando ir de encontro às características físicas, culturais e funcionais do território rural da região. Efetua uma caracterização sucinta de cada tipologia e preconiza as ações a desenvolver para cada classe.

A. Rural de Conservação e Valorização Ambiental

Abrange as freguesias que cumprem uma função de conservação dos habitats e espécies, ou seja, a freguesia de São Vicente integrada no Sítio de Interesse Comunitário (SIC) e Zona de Protecção Especial (ZPE) de Montesinho-Nogueira, no âmbito da Rede Natura 2000 e a freguesia de Soutelinho da Raia dado que integra o Biotópo Corine Larouco/Alto Cávado. Caracterizam-se por serem áreas deprimidas, com dinâmicas demográficas muito regressivas e com uma população bastante envelhecida.

As ações preconizadas passam por proteger e manter estes espaços de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, discernindo para o bem de todos qual o seu papel fundamental. A política de ordenamento destas regiões deverá por isso privilegiar as ações de prevenção da degradação dos solos, das catástrofes naturais (incêndios e erosão) e do risco de desertificação, bem como promover as ações públicas e privadas de diversificação da base económica local (turismo de natureza, serviços de proximidade, artesanato e certificação de produtos agrícolas, etc.).

B. Rural Agrícola/Florestal

Integra as freguesias com elevadas potencialidades agrícolas e/ou florestais, com funções produtivas, de oferta de produtos agroalimentares e com baixos níveis de oferta de equipamentos e serviços. Dado envelhecimento populacional e o despovoamento que registam, o aproveitamento destes espaços passa necessariamente pela dinamização do sector agrícola e florestal, da qual depende maioritariamente a base produtiva local.

Segundo o modelo territorial definido no PROT-N, "*as acções a implementar para a valorização e qualificação deste espaço incluem a reestruturação da economia rural (através do alargamento da extensão das cadeias de valor associadas às actividades agrícolas e florestais), a convergência territorial destes espaços (através da melhoria das redes de estradas e da garantia do aprovisionamento e acesso a serviços e bens públicos fundamentais) e a valorização das suas valências ambientais, não só em respeito para com o equilíbrio do meio, mas também como vector de chamariz de turistas e de construção de uma imagem idílica e positiva em torno destas áreas*".

O modelo territorial definido no PROT-N considera fundamental proceder a ações no sentido de promover e valorizar polos rurais de excelência, abrangendo operações multiobjectivos de promoção, qualificação e dinamização das aldeias emblemáticas, bem como dos principais centros rurais, dotando-os de um conjunto de serviços mínimos que possam servir todos os territórios por eles abrangidos e acompanhado por uma rede de estradas eficiente e por um sistema de transportes coletivo adequado à procura real.

A valorização de polos de excelência rural integra, entre outras, as seguintes ações:

a) Valorização e requalificação do espaço público;

b) Promoção de atividades turísticas, artesanais e desenvolvimento de produtos tradicionais de qualidade;

c) Requalificação do património natural e construído;

d) Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e outros serviços de proximidade em zonas de baixa ou muito baixa densidade;

e) Melhoria da mobilidade e intensificação das relações/interações entre pessoas, instituições, empresas e outros agentes locais;

f) Iniciativas locais de emprego, nomeadamente as relacionadas com a atividade turística e a produção de produtos endógenos, que fomentem não só o emprego feminino, mas também as oportunidades de vida em zonas de baixa densidade.

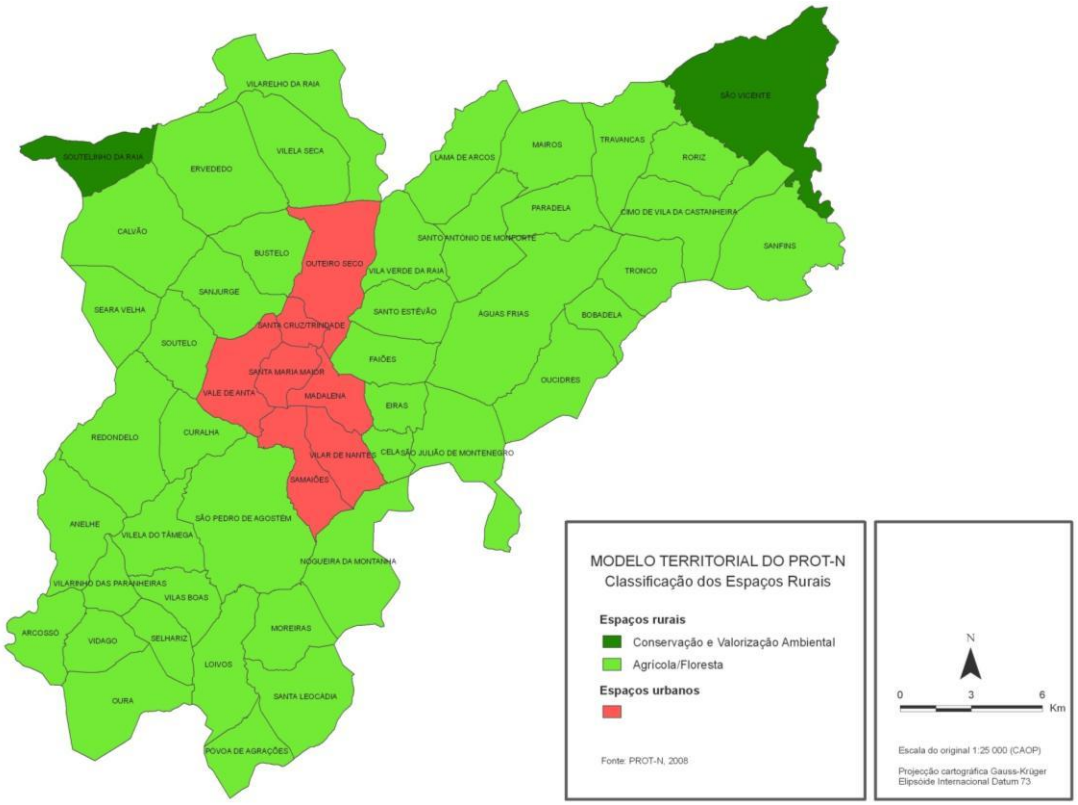


Figura 2.1 – Classificação dos espaços rurais

2.2 ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES

- Existência de áreas agrícolas de excelência no vale do Tâmega e seus vales adjacentes;
- Considerável superfície irrigável no concelho e existência de importantes regadios coletivos de iniciativa estatal;
- Existência de diversas formas de associativismo (rega, comercialização e transformação de produtos, etc.) e importante peso do sector cooperativista do município na agricultura;
- Importância da horta familiar como rendimento suplementar da população periurbana;
- Forte imagem que os produtos tradicionais locais detêm (Presunto de Chaves, Couve Penca de Chaves, Pastéis de Chaves) e crescente número de produtos regionais certificados;
- Notoriedade e tradição da zona vinícola de Chaves com ótimas condições edafoclimáticas para a produção de vinhos de elevada qualidade;
- Existência de diversas raças autóctones do concelho com excelente qualidade para a produção de carne;
- Estrutura organizada e competitiva da fileira do leite e com registo de forte crescimento;
- Existência de um mercado do gado no município.

PONTOS FRACOS

- Expressão territorial significativa de solos jovens, delgados e pouco evoluídos, com fraca ou nenhuma aptidão para a prática agrícola;
- Abandono generalizado dos terrenos agrícolas;
- Inércia da transação dos terrenos agrícolas, motivada pelo predomínio do agricultor singular e autónomo;
- Estrutura fundiária da propriedade rústica do concelho com área dos prédios e das explorações reduzida, irregularidade da forma, fragmentação e dispersão elevada dos prédios do mesmo proprietário, elevado número de prédios encravados ou com acesso deficiente e distribuição desadequada das benfeitorias;
- Desconhecimento do cadastro rústico;
- Insuficiente política fiscal de solos;
- Predomínio da agricultura de subsistência;
- Número reduzido e com pequena dimensão das indústrias agroalimentares;
- Irregularidade, dispersão, baixa diversificação e pequenos volumes do nível de produção do sector agrícola;
- Fraca organização comercial e empresarial e baixa interligação com as atividades a jusante, com consequente dificuldade de afirmação junto dos operadores grossistas;
- Baixos investimentos em publicidade e marketing dos produtos agroalimentares;
- Necessidade de reestruturação do sector vitivinícola: vinhas envelhecidas, pouco diversificadas, unidades de transformação por modernizar e deficientes estruturas de comercialização e promoção;
- Volumes de produção pouco expressiva dos vinhos produzidos em Chaves com certificação;
- Processo lento de profissionalização e especialização das funções mais relevantes no sector cooperativista e debilidades ao nível da sua gestão;
- Instalações pecuárias com fraca especialização assentes em regime de autoconsumo ou consumo local e com reduzida participação da produção a jusante da fileira.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
> Investimentos em curso nos regadios coletivos de iniciativa pública em áreas agrícola de excelência; > Condições favoráveis e elevado potencial de crescimento da fileira da castanha; > Produtos tradicionais locais e regionais como veículo de promoção do território municipal; > Surgimento de pequenas indústrias artesanais e outras de carácter mais industrializado dada a valorização dos produtos de fumeiro, dos produtos lácteos e do mel; > Previsão de crescimento dos produtos de fumeiro e de carne certificados tendo em conta os seguintes aspetos: maior procura do mercado, exigências acrescidas dos consumidores pelos aspetos qualitativos e quanto às garantias do produto animal, maior ênfase no bem-estar animal, questões ambientais e desenvolvimento rural integrado, e capacidade de resposta de cada raça às exigências do mercado; > Existência de diversas instalações agropecuárias em solo urbano, onde a distância preconizada às habitações no PDM não foi suficiente para minimizar os efeitos adversos à habitação; > Reconhecimento como denominação de origem controlada dos vinhos produzidos na região vitivinícola de Chaves (VQPRD); > Aumento das atividades ligadas ao meio rural; > Conjuntura internacional de maior procura de bens alimentícios e valorização da produção e do território agrícola como reserva estratégica nacional; > Existência de uma política estratégica nacional para o desenvolvimento rural a ser executada pelo Programa de Desenvolvimento Rural.	> Alterações à estrutura da propriedade extremamente complexas, difíceis e morosas, e de impacto limitado; > Envelhecimento populacional e despovoamento do território rural, com possíveis consequências no desenvolvimento dos produtos tradicionais; > Maior volatilidade dos preços dos bens alimentícios nos mercados internacionais; > Redireccionamento do investimento no município para o sector secundário e terciário; > Forte concorrência externa de países da União Europeia em diversas fileiras (batata, castanha e vinhos), sobretudo da França e da Espanha; > Risco elevado de extinção das raças autóctones do município; > Volatilidade no consumo de carne, dadas as constantes crises sanitárias.

2.3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A agricultura e os territórios onde ela se desenvolve precisam de apostar fortemente num desenvolvimento equilibrado e sustentável, apoiados numa política pública com instrumentos mais adequados e seletivos, que

promovam a ultrapassagem das suas fraquezas e potenciem as suas forças, num contexto de maior liberalização dos mercados e concorrência acrescida (PENDR, 2007).

As autarquias possuem um grau de intervenção na agricultura reduzido, estando a maioria das competências no planeamento agrícola na dependência dos órgãos nacionais e regionais. Contudo, o município possui particular relevância na dinamização do sector e na promoção dos produtos daí derivados. As seguintes medidas são recomendações e sugestões formuladas quanto ao possível papel do município de Chaves na dinamização do sector, com base no panorama atual do sector agrícola do concelho.

PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E MELHORAMENTO DO APROVEITAMENTO DAS ÁREAS AGRÍCOLAS DE EXCELÊNCIA

O vale do Tâmega e os seus vales secundários possuem condições excelentes para a prática agrícola e com elevado potencial produtivo, dado se tratarem de solos muito evoluídos e com um nível de fertilidade elevado. Além disso, têm sido alvo de importantes investimentos ao nível de sistemas de rega e implementação de infraestruturas rurais com vista ao pleno aproveitamento das suas potencialidades agrícolas. Estas áreas constituem-se ainda como importantes valores naturais e paisagísticos indispensáveis à sustentabilidade ecológica, física e paisagística do território, dada a capacidade de produção de biomassa. Deste modo não deverão ser admitidas intervenções que ponham em causa esta potencialidade e devem ser contempladas estratégias de salvaguarda e melhoramento dos solos, para que possam preencher as suas funções privilegiadas.

VIABILIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

A diminuição da área agrícola confirma a tendência generalizada do abandono agrícola no meio rural, resultado de uma baixa produtividade do trabalho agrícola e de uma mudança da estrutura sócio-económica da sociedade portuguesa em geral, e flaviense em particular. A dimensão reduzida das explorações, muitas vezes localizadas em zonas sensíveis contribui para uma menor produtividade das explorações, tornando-se pouca atrativa para as camadas mais jovens. É urgente implementar medidas que conduzam à viabilização das explorações, as quais poderão passar pelo aumento da sua dimensão física, pela diversificação dos sistemas de uso do solo e pela maior valorização dos recursos agrícolas. O que pode ser conseguido em muitas situações, através da valorização dos produtos tradicionais, da reorganização dos sistemas produtivos e da formação profissional dos agricultores. Outra medida importante que urge fomentar está associada à florestação de solos agrícolas, com prioridade para as áreas abandonadas, que possuem normalmente vocação florestal. A florestação dessas áreas será o uso mais apropriado do solo, o que permitirá reduzir os processos erosivos e a degradação ambiental e é uma forma dos proprietários verem suas terras obter uma maior produtividade.

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS REGIONAIS

A certificação e proteção de origem de vários produtos, contribui para garantir a sua autenticidade e favorece o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento local. O carácter rural e a preservação das tradições permite manter a qualidade e genuinidade dos produtos regionais e potenciar o desenvolvimento turístico associado ao produto. Contudo o envelhecimento da população e as dinâmicas demográficas repulsivas, que se verificam no território, levam a que um dos principais problemas que se perspetivam para o futuro desenvolvimento dos produtos regionais seja a escassez de mão-de-obra. O município deverá então criar condições e serviços de apoio à população para que se inverta este cenário. A promoção e divulgação dos produtos tradicionais, nomeadamente através da organização de eventos e ações específicas são apostas já concretizadas pelo município, como é o caso da Feira dos Santos e da Feira Sabores e Saberes de Chaves. Além deste facto, é importante sensibilizar os produtores para a necessidade de preencher requisitos de autenticidade de fabrico e de responder a critérios de higiene e segurança alimentar, de bem-estar animal, como condição de sustentabilizar um posicionamento competitivo face aos mercados concorrentes.

Embora se proponha aqui algumas linhas de orientação para a promoção e desenvolvimento dos produtos regionais em que Chaves se insere é necessário identificar num estudo que abrange toda a região de Trás-os-Montes, as principais linhas estratégicas de intervenção para a valorização dos produtos regionais.

Principais linhas de orientação:

i. Implementação de um pacto regional para os produtos regionais da região de Trás-os-Montes;

ii. Criação de um sistema de informação técnica sobre os produtos tradicionais do município/região;

iii. Sensibilização dos produtores para a qualificação dos produtos;

iv. Elaboração de estudos dos produtos tradicionais do concelho;

v. Diversificação pela diferenciação dos produtos tradicionais;

vi. Facilitação dos processos relativos à instalação de unidades de transformação de produtos tradicionais;

vii. Desenvolvimento da oferta de bens e serviços agroambientais e agro-rurais;

viii. Afirmação da imagem no mercado (divulgação e recriação das práticas culturais, realização de eventos e feiras, campanhas de promoção, articulação entre a produção e a restauração, etc.);

ix. Reconhecimento formal de nomes geográficos (couve penca de Chaves, presunto de Chaves, pastel de Chaves).

IMPLEMENTAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

Dada a sua centralidade, no contexto da produção dos produtos regionais certificados de Trás-os-Montes, a cidade de Chaves, pode desempenhar um papel importante na prestação de serviços agroindustriais, importantes na valorização dos produtos tradicionais e diferenciação positiva dos produtos, nomeadamente na

segurança e qualidade alimentar. A dimensão da cidade de Chaves como polo regional de comércio e prestação de serviços e a sua centralidade e proximidade às principais organizações responsáveis pela certificação dos produtos regionais como a carne e os produtos de fumeiro (Barroso, Vinhais, etc.) coloca o município numa posição privilegiada para implementar um Laboratório de Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar. A criação de um Laboratório de Qualidade Alimentar permite que os produtos de qualidade reconhecida incorporem compromissos ao nível da produção mais exigentes, designadamente ao nível da rastreabilidade, do ambiente e de aspetos ligados aos territórios/tipicidade. Este Laboratório poderá tirar partido do potencial existente dos sistemas de certificação/diferenciação da produção no desenvolvimento das fileiras produtivas e do mundo rural.

CONSOLIDAÇÃO DAS PRINCIPAIS FILEIRAS AGRÍCOLAS

Na produção agrícola é necessário aumentar a oferta de qualidade e reduzir custos de produção ao longo de toda a fileira, o que se traduz pela necessidade de investir na modernização das explorações, na aquisição de equipamento e ainda em infraestruturas. A cooperação empresarial e a estruturação da oferta são fundamentais para o ganho de escala e redução de custos de modo a inverter a tendência para a utilização dos circuitos clássicos de distribuição e comercialização por parte dos agricultores do concelho. A aposta na inovação e I & D é também uma necessidade sentida pelo sector, sendo um fator crítico de sucesso, bem como a aposta na qualidade, na criação de marcas, iniciativas de reconhecimento de produção que conduza à certificação.

O reforço da organização institucional do sector vitivinícola, reconhecendo e protegendo os vinhos da região bem como o seu controlo e certificação são prova de melhoria da qualidade, reforço da reputação e garantia da preservação das tradições, permitindo o desenvolvimento do meio rural. A promoção é um dos principais fatores determinantes para o sucesso de qualquer estratégia de crescimento da produção vinícola pelo que a intervenção do município deverá ter uma preocupação na promoção do sector. Há, contudo, a necessidade de continuar a intervir ao longo de toda a fileira. Por um lado é necessário a reestruturação das vinhas, face ao envelhecimento das mesmas e à existência de compassos mal traçados, e da melhoria da qualidade do vinho, através da utilização das castas recomendadas, aplicação de técnicas modernas e mecanização das culturas. Por outro lado, é necessário continuar as ações de qualificação profissional e melhoria da capacidade de organização e gestão, com particular atenção ao sector cooperativo. Por último, deverá haver um aumento e orientação do investimento em I&D para as necessidades do sector.

As principais necessidades da fileira dos produtos hortícolas centram-se na organização, inovação e no desenvolvimento de modos de produção adaptados à realidade regional, nomeadamente o modo de produção biológico e na valorização e desenvolvimento das produções de qualidade diferenciada.

Relativamente à produção da castanha é necessário um bom controlo fitossanitário, a transformação e a boa comercialização da castanha e seus derivados e uma agressiva campanha de *merchandising*, tendo em conta a qualidade da castanha na região. A certificação da castanha pode ser uma mais-valia para os produtores, garantindo o escoamento do fruto ao melhor preço.

Na comercialização da carne para consumo a ausência de tecidos organizativos dificulta claramente os aspetos relacionados com a comercialização. Com a exceção dos suínos, a grande maioria dos animais é abatida fora do município, não existindo qualquer valorização por via da certificação, dado o reduzido número de agroindústrias de suporte. Será necessário melhorar as condições de comercialização da carne, quer na acessibilidade física ao mercado, quer pela transparência de preços, quer pela eliminação de intermediários. Além desta medida, a progressão da fileira da carne, principalmente suína, está dependente da adaptação das instalações pecuárias às novas regras existentes nos domínios do ambiente, segurança alimentar e bem-estar animal. Deverá haver uma maior divulgação das novas regras, um maior controlo e conhecimento das explorações de animais existentes e a licenciar no município, bem como da descarga e tratamento dos seus efluentes, como por exemplo, através da criação de um Regulamento Municipal de Gestão das Águas Residuais.

Relativamente à fileira do leite e produtos lácteos, além de ser necessário fomentar maiores economias de escala ao nível das explorações leiteiras, deverá haver uma aposta na diferenciação da produção, principalmente dos queijos, aumentando o seu valor acrescentado. Esta aposta passa pelo incentivo à criação de empresas do queijo, quer de microempresas, quer de empresas com dimensão.

Tirando partido da proximidade e da cooperação existente será importante estabelecer parcerias estratégicas transfronteiriças com vista à eficiência dos sistemas de escoamento comercial das produções das principais fileiras.

APOIO À DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

No sentido de tornar o território rural mais atrativo e inverter os fenómenos de despovoamento e envelhecimento da população rural, a política de desenvolvimento rural do município depende da criação e melhoria de serviços básicos de apoio à população, às empresas e ao associativismo no incentivo à capacidade de rentabilizar melhor os recursos presentes no território rural. Será necessário então dinamizar atividades complementares ou a multifuncionalidade da agricultura, como por exemplo, a criação de microempresas de transformação de produtos tradicionais e de fabrico artesanal, criação de postos de comercialização desses produtos, criação de áreas lazer e animação complementar, impulso do turismo rural, recuperação e preservação do património rural e do saber fazer da população rural, aproveitamento da biomassa florestal e agrícola, etc.

EXPANSÃO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA

A agricultura biológica é um modo de produção agrícola sustentável, baseado na atividade biológica do solo, alimentada pela incorporação da matéria orgânica, que constitui a base da fertilização, evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis, respeitando o bem-estar animal e os

encabeçamentos adequados, privilegiando estratégias preventivas na sanidade animal e vegetal. Procura-se desta forma, a obtenção de alimentos de qualidade, a sustentabilidade do ambiente, a valorização dos recursos locais e a dignificação da atividade agrícola. A agricultura biológica, a par da certificação e denominação de origem, contribui para um incremento de uma produção de qualidade, de modo a consolidar a vocação agrícola do município de Chaves.

3. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO DA FLORESTA

3.1 ESPAÇOS FLORESTAIS

3.1.1 METODOLOGIA

Antes de se proceder à caracterização dos espaços florestais (ou silvestres) existentes no município de Chaves é necessário esclarecer a definição dos diferentes espaços dentro dos espaços florestais, adotado na legislação de referência:

Espaços florestais: os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário florestal Nacional7.

Espaços florestais arborizados (Floresta): os terrenos ocupados com povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso de povoamentos florestais e, ainda, outras áreas arborizadas8.

Povoamento florestal: a área ocupada com árvores florestais que cumpre os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional, incluindo os povoamentos naturais jovens, as plantações e sementeiras, os pomares de sementes e viveiros florestais e as cortinas de abrigo9.

O segundo aspeto a ter em conta prende-se com as diversas fontes de informação disponíveis:

- O projecto CORINE Land Cover resultou numa carta de ocupação do solo do território europeu, à escala 1: 100 000 (CLC2000). Esta carta, disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente, foi criada tendo como base a classificação da imagem satélite (Landsat TM), utilizando imagens datadas de 2000;
- A carta de ocupação do solo (COS90) do Instituto Geográfico Português (IGP), possui uma escala 1:25 000. As fotografias utilizadas para a obtenção desta série cartográfica foram tiradas em Agosto de 1990 e em Agosto de 1991;
- A cartografia de base do Plano Diretor Municipal de Chaves (PDM), produzida para o IGP e para os municípios do Alto Tâmega possui uma escala 1:10 000 e a cobertura aerofotográfica data de 2003;
- Áreas percorridas por incêndio em imagem digital Landsat, fornecida pela Direcção-Geral de Recursos Florestais (DGRF) – série de anos entre 1990 e 2006.
- Carta de ocupação do solo do PMDFCI resultante da conjugação das cartas de ocupação do Solo “COS 90 e COS2007”, atualizada para o período após 2007, com base na cartografia de reincidência das áreas ardidas (ardeu 1, 2, 3, 4, etc.) e na cartografia das áreas instaladas/beneficiadas com povoamentos florestais. Neste âmbito, nas áreas com povoamentos florestais adultos e que foram percorridas por um incêndio considerou-se que ocorreu regeneração. As áreas que foram afetadas com

7 Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º17/2009, de 14 de janeiro
8 Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º17/2009, de 14 de janeiro
9 Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º17/2009, de 14 de janeiro

mais de 2 ocorrências, na atualidade, consideraram-se incultos. As áreas com ocupação agrícola e que foram alvo de mais de 3 ocorrências considerou-se que estão ocupadas com zonas de inculto.

Pela análise das diversas bases de informação, os espaços florestais para as 3 primeiras fontes de informação apresentam resultados diferentes, quer ao nível da sua distribuição no território municipal (Figura 3.1), quer no respeitante aos valores absolutos e relativos da área ocupada e respetivas classes de ocupação (Gráfico 3.1 a Gráfico 3.4 e Quadro 3.1).

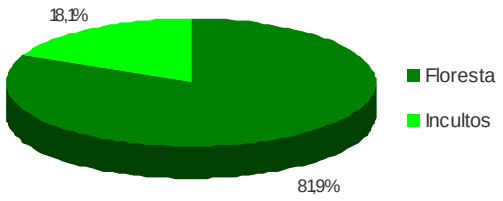


Gráfico 3.1 – Espaços florestais (CLC2000)

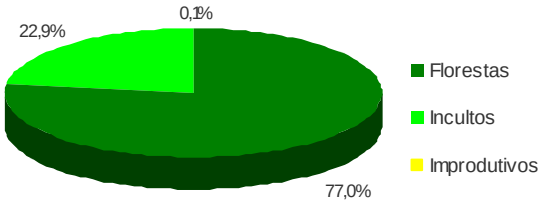


Gráfico 3.2 – Espaços florestais (COS90)

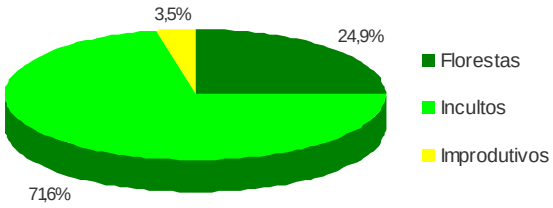


Gráfico 3.3 – Espaços florestais (Cartografia 10k)

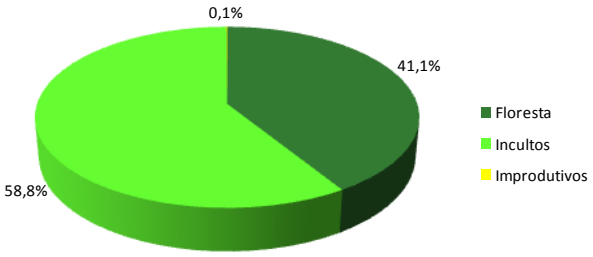


Gráfico 3.4 – Espaços florestais (PMDFCI)

Quadro 3.1 – Espaço florestal

FONTE	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
CLC2000	22 799	38,6
COS90	31 561	53,4
Cartografia de Base	43 272	73,2
PMDFCI	34 377	58,0

Embora a cartografia de base, à escala 1:10 000 seja de produção recente, além de não possuir características de uma carta de ocupação de solo, os resultados obtidos para a ocupação do solo são bastante divergentes das restantes bases de informação, dado não ser essa a sua função. A escala da CLC2000 é apropriada para uma caracterização dos diferentes tipos de espaços ao nível regional/nacional e não de nível local. Por último, a COS90, embora de produção anterior a qualquer das restantes fontes disponíveis, possui uma escala municipal e efetua uma discriminação completa quer dos diferentes tipos de espaços silvestres, quer das diferentes espécies de árvores dominantes, sendo por essas razões uma das fontes utilizadas no PMDFCI para a caracterização dos espaços florestais do município de Chaves.

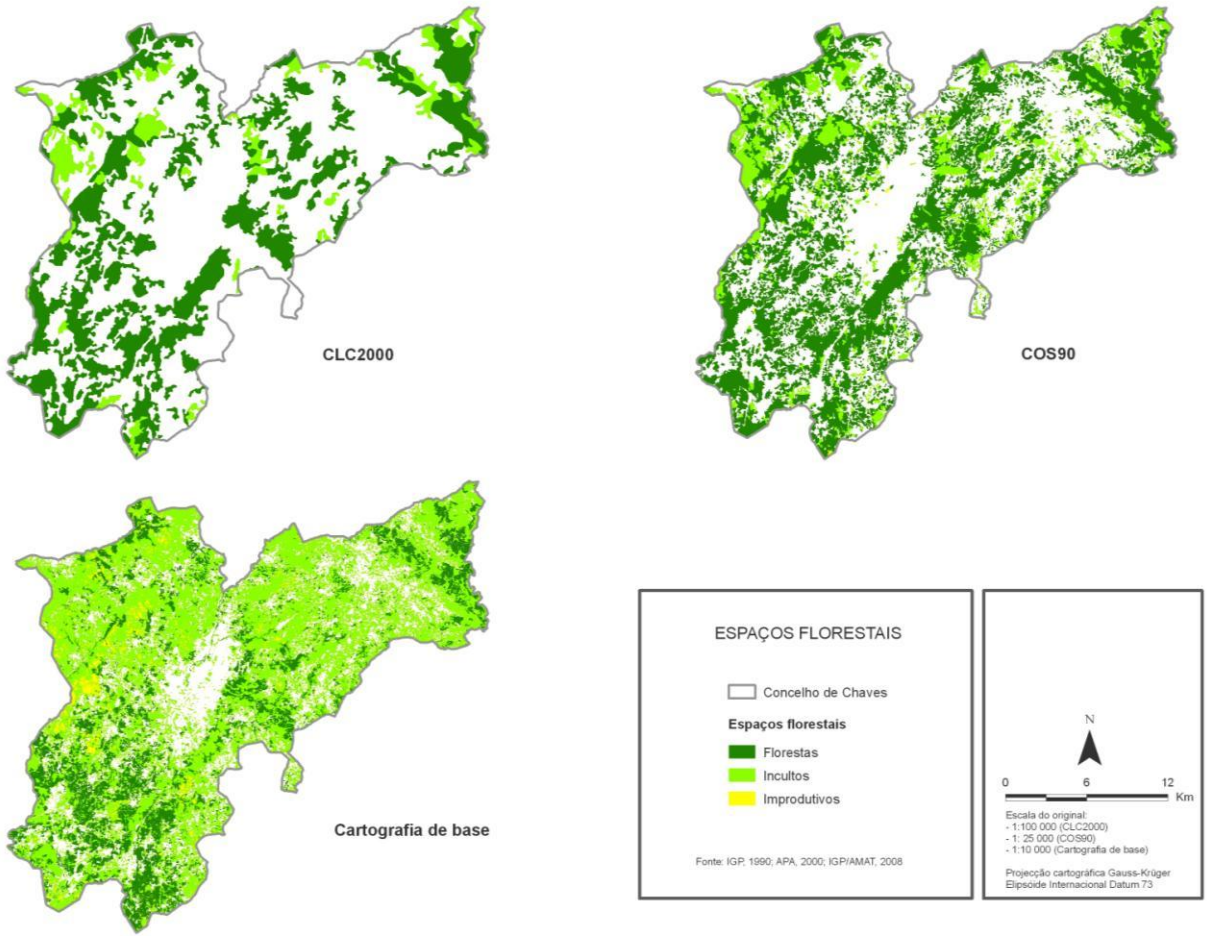
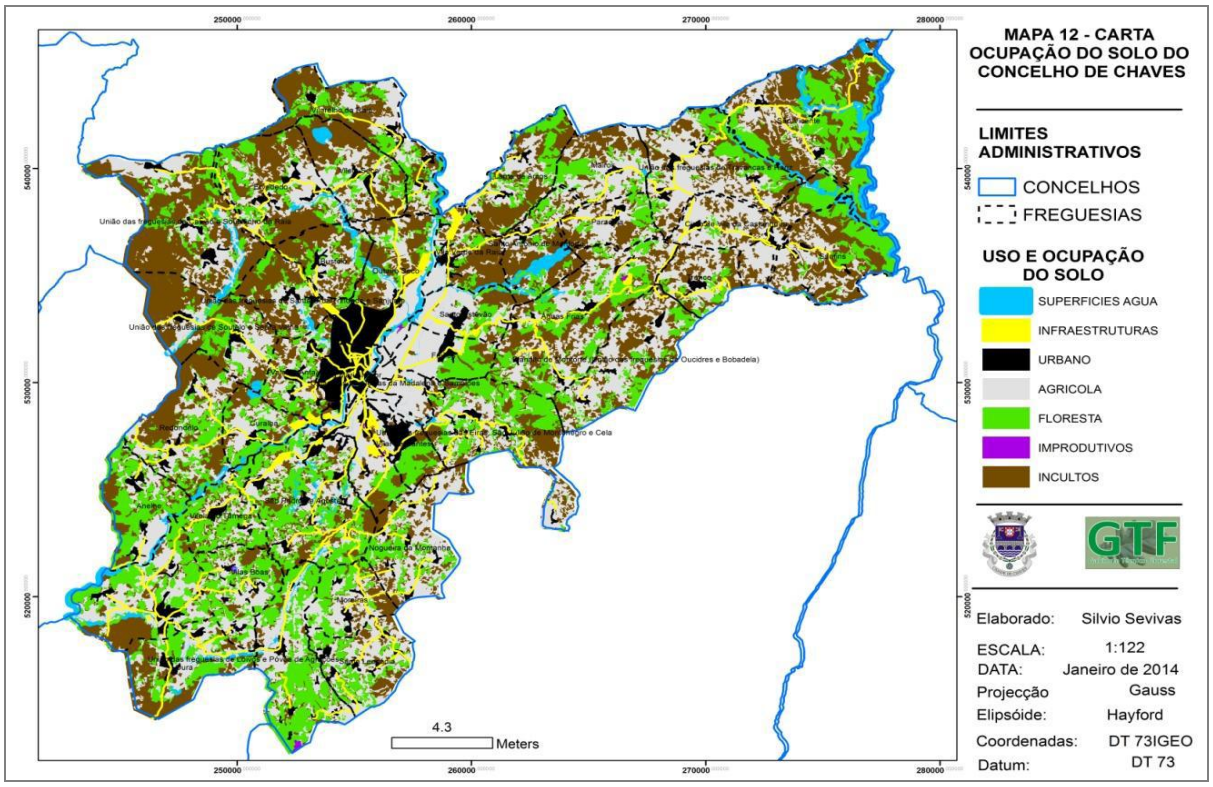


Figura 3.1 – Espaços florestais das fontes de informação disponíveis

3.1.2 OCUPAÇÃO DO SOLO – ESPAÇOS FLORESTAIS

Com base na informação constante no PMDFCI (2013), no município de Chaves, os espaços florestais ocupam 34 377 ha, que corresponde a 58,0% da área total. Os incultos ocupam a maior área, com uma superfície total de 20 226 ha, que corresponde a 58,8% da área total de espaços florestais, seguido da floresta com 14 151 ha (41,1%) e finalmente as zonas improdutivas, com 29 ha (0,1%).



Fonte: GTF Chaves – PMDFCI (2013)

Figura 3.2 – Carta de Ocupação do Solo

Da análise da carta anterior podem-se retirar as seguintes conclusões principais:

- Chaves é um concelho predominantemente rural, sendo a maioria do território afeto a espaço florestal (floresta, incultos e improdutivos), representando 58,1% do total do território concelhio;
- As áreas de floresta com 14 151 ha representa 23.91 % da superfície do concelho;
- Os improdutivos com 29 ha representam 0,05 % da superfície do concelho;
- Os incultos com 20 226 ha representam 34,18 % da superfície do concelho;
- Destacam-se as freguesias de S. Vicente, União das freguesias de Calvão e Soutelinho da Raia e União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha, onde a ocupação florestal ultrapassa os 70%, sendo de 78%, 71% e 70%, respetivamente.

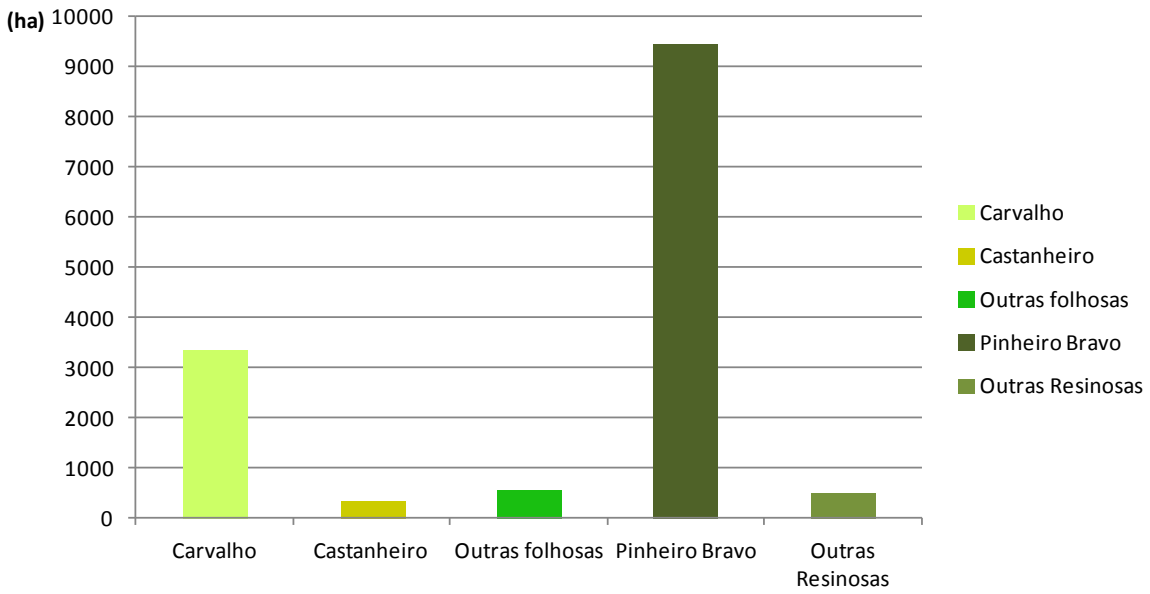
3.1.3 FLORESTA E ESPÉCIES FLORESTAIS DOMINANTES

Na caracterização da floresta consideraram-se as espécies florestais dominantes do concelho, tendo por base a carta de ocupação atualizada para o PMDFCI. O pinheiro bravo surge como a principal espécie florestal do concelho, ocupando 9 458 ha, o que representa 66,8% da área total de floresta. Esta espécie desenvolve-se principalmente ao longo do vale do Tâmega e no interior da Rede Natura 2000 que integra o município. Esta espécie para além de fornecer madeira de boa qualidade proporciona a extração de resina, caça, recreio, etc.

O Carvalho representa a segunda espécie com maior representação no concelho, com 3 348 ha, o que equivale a 23,7% das áreas florestais. Esta espécie desenvolve-se principalmente nas zonas de montanha do concelho, com cotas superiores a 700 m. O aproveitamento e consolidação de regeneração natural de carvalhal, floresta natural da região, deverão ser sempre consideradas em simultâneo nas novas culturas nesta zona do território.

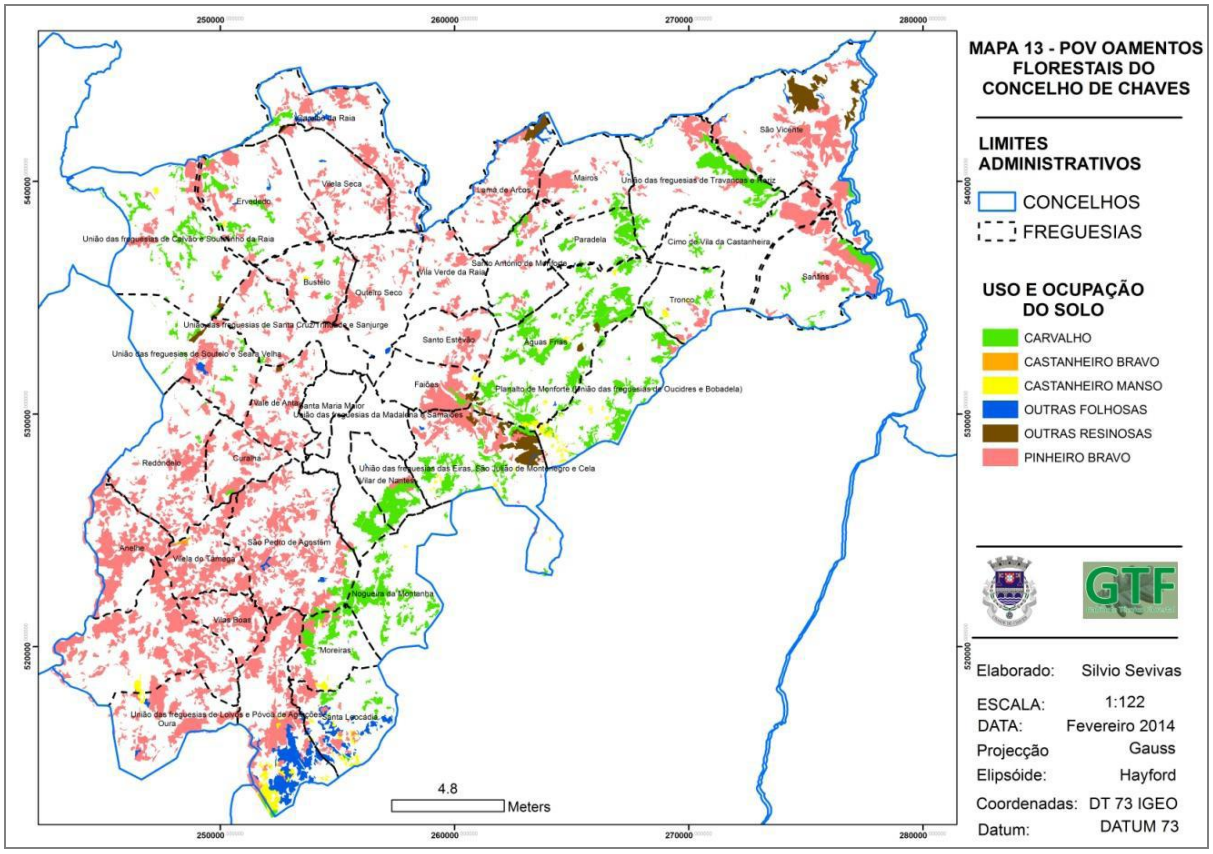
Verifica-se ainda a existência de importantes manchas de castanheiros, que se desenvolvem principalmente na zona planáltica do concelho, nas proximidades do município de Valpaços, desde a freguesia de Póvoa de Agrações até São Vicente. Os soutos constituem o principal povoamento dos castanheiros, que além de produziram a castanha, articulam-se com a agricultura e pastorícia de subcoberto e fornecem madeira de qualidade.

Embora não se tenha registado problemas do nemátode do pinheiro no concelho e na região, verifica-se a presença de outros problemas de fitossanidade. Um pouco por toda a região do Alto Tâmega é possível verificar a presença da processionária do pinheiro com incidência mais nefasta nas áreas de maior altitude, fora das zonas de melhor adaptação da espécie. No que respeita às folhosas, a espécie mais afetada é o castanheiro, principalmente pelas doenças da tinta e do cancro americano, com maior incidência nas zonas de montanha, junto ao concelho de Valpaços (PROF-BeP, 2007).



Fonte: PMDFCI,2013

Gráfico 3.5 – Espécies florestais dominantes



Fonte: PMDFCI,2013

Figura 3.3 – Carta dos Povoamentos Florestais

3.1.4 PERÍMETRO FLORESTAL DE CHAVES

No início do século XX foi instituído o regime florestal com o intuito de fomentar e criar um património florestal. Além de assegurar uma riqueza silvícola, destina-se a assegurar o equilíbrio ecológico de determinadas áreas, através do revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies ardidas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo nas montanhas e das areias do litoral marítimo. O regime florestal determinou a arborização, conservação e exploração de terrenos considerados de utilidade pública.

Os terrenos baldios que constituem o perímetro florestal denominado Chaves foram submetidos ao regime florestal parcial em 12 de Maio de 1944 e situam-se nos concelhos de Chaves, Boticas, Valpaços e Vinhais[10]. O perímetro florestal de Chaves ocupa uma superfície de 6099 ha no município, que representa 10,3% da área total do concelho. Concentra-se sobretudo em três zonas do concelho: na freguesia de São Vicente, com cerca

10 A presença do perímetro florestal no caso do concelho de Vinhais deve-se à alteração dos limites administrativos do município de Chaves

de 1425 ha (45,6% da área da freguesia), na zona ocidental do concelho, sobretudo nas freguesias de Anelhe, Calvão e Redondelo e na zona central do concelho, entre as freguesias de Faiões e São Julião de Montenegro. O perímetro florestal é atualmente gerida pela Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves (AFACC), pelos Conselhos Diretivos de Baldios de Argemil, Aveleda, Cambedo, Castelo/Eiras, Castelões, Orjais, Parada, Pastoria, Rebordondo, Sesmil e Vila Nova de Monforte, pelas Juntas de freguesias e pela DGRF (PMDFCI, 2007).

De realçar a localização dos baldios ao longo das zonas de maior altitude, tendo em conta que estas áreas resistiram à repartição privada (PROF-BeP, 2007).

As áreas florestais representam 69,2% da superfície total do perímetro florestal, seguido das zonas de inculto, com 25,4% e finalmente das áreas agrícolas ou agroflorestais com 5,4%. De realçar que aproximadamente 78,8% da área do perímetro florestal, no período de 1990 a 2008, foi percorrida por incêndios. A continuidade de grandes manchas florestais da mesma espécie florestal no interior do perímetro florestal contribuiu para a deflagração de importantes manchas florestais.

As áreas submetidas a regime florestal constituem uma servidão promotora da boa gestão e da permanência do uso florestal a médio e longo prazo, condições de importância fundamental para o desempenho das funções ambientais da floresta, funções produtiva e de defesa dos solos e da rede hidrográfica.

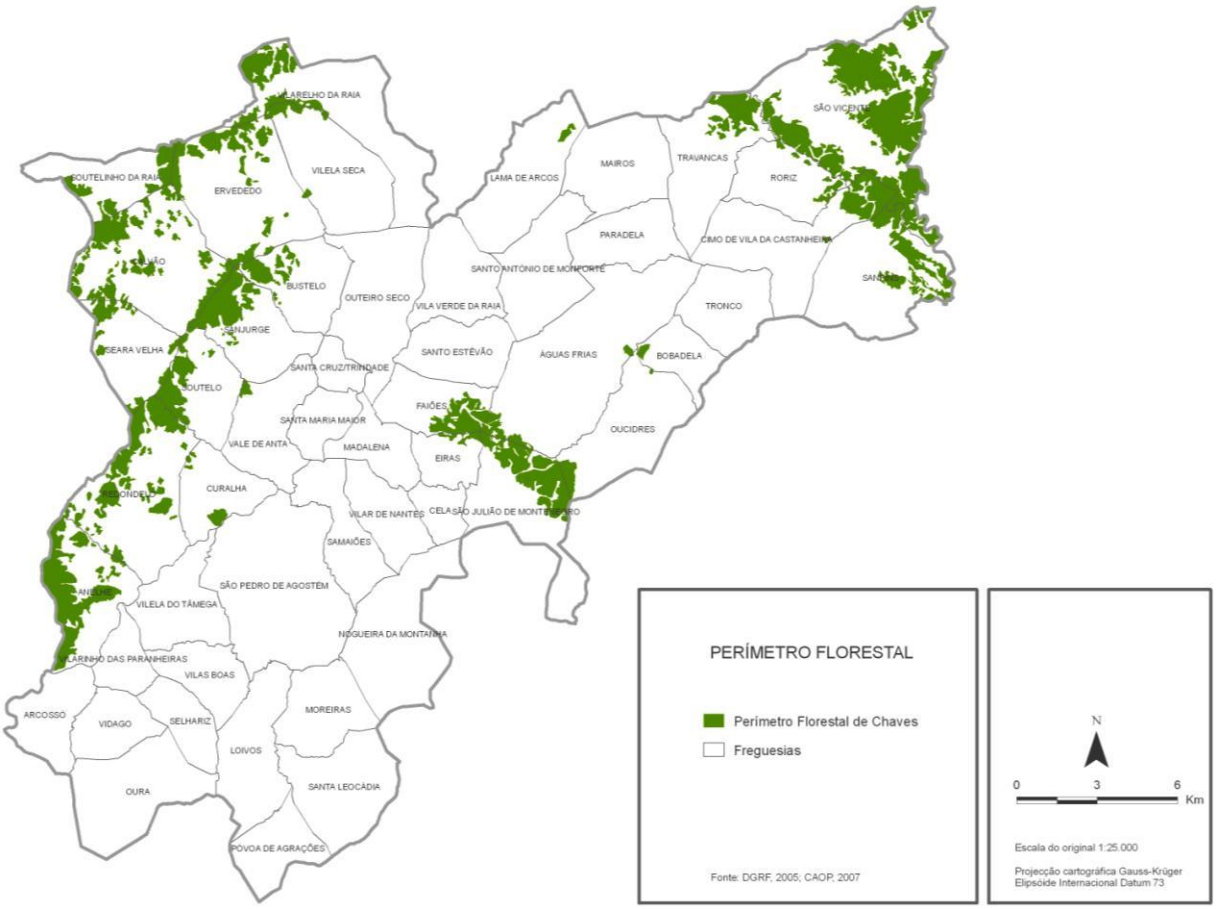


Figura 3.4 – Perímetro Florestal de Chaves

3.1.5 ORGANIZAÇÃO FLORESTAL

Os espaços florestais desempenham importantes funções, com o objetivo de produzir riqueza e valor acrescentado na economia nacional e local. No município de Chaves existe uma forte tradição florestal, quer pela presença de indústrias de serração e mobiliário quer na transformação de produtos não lenhosos de origem florestal, tal como o mel, a castanha, os cogumelos, etc. Contudo, não se verifica uma grande evolução da fileira florestal nem a presença de grandes áreas sob gestão das empresas industriais, limitando-se a produção para exportação em bruto do material lenhoso. A propriedade florestal bastante retalhada e de reduzida dimensão, o desconhecimento do cadastro florestal, que dificulta a candidatura a programas de investimento, o absentismo dos proprietários florestais, e o elevado número de incêndios florestais são alguns dos fatores que contribuem para esse cenário e que tornam a floresta do município economicamente menos atraente.

A presença de pinheiro bravo de classe média-alta pode constituir uma mais-valia do ponto de vista da produção, dado tratar-se de uma das principais espécies da fileira florestal do país (PROF-BeP, 2007). A madeira continua a ser muito procurada para a utilização de carpintaria e marcenaria de mobiliário de baixo gama, sendo possível encontrar diversas serralharias disseminadas pelo concelho onde beneficiam da proximidade do pinhal e que criam emprego local. Contudo, verifica-se a existência de grandes manchas contínuas de silvicultura intensiva de pinheiro bravo, com ausência de faixas de compartimentação de folhosas, que permitem a propagação rápida do fogo. A presença de um número elevado de manchas importantes de castanheiro e carvalhos e de outras resinosas e folhosas evidencia um elevado potencial para a necessária valorização, autonomização e competitividade da fileira da serração e mobiliário, encontrando-se contudo sub-explorado.

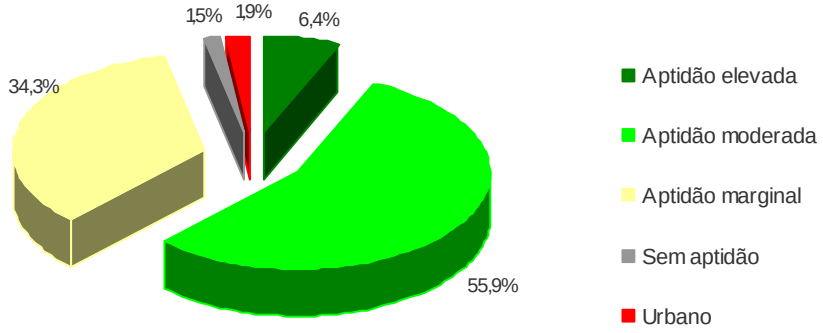
Por último, o fortalecimento da certificação de produtos agropecuários e o incremento do turismo rural surgem como uma oportunidade para uma gestão multifuncional dos espaços florestais através da diversificação dos rendimentos das explorações e numa ótica de complementaridade com os espaços agrícolas, contribuindo para a fixação da população rural.

3.2 APTIDÃO FLORESTAL

A Carta da Aptidão da Terra, produzida pela Agroconsultores e Coba integrada no projecto da Carta de Solos do Nordeste de Portugal, foi elaborada segundo a metodologia para a avaliação da aptidão da terra recomendada pela Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO). A avaliação da aptidão da terra foi feita em relação à exploração florestal, silvopastoril ou pastorícia em pastagens naturais. Para a sua elaboração foram considerados diversas características e qualidades da terra, nomeadamente, o regime das temperaturas, as condições de enraizamento, a fertilidade, a toxicidade do solo, a drenagem, a disponibilidade de água no solo, os riscos de erosão e a presença de obstáculos no solo (afloramentos rochosos, terraceamento e inclinação do terreno). Segundo a carta de aptidão da terra, as áreas com aptidão florestal e/ou pastagem natural representam aproximadamente 96,6% da superfície total do concelho. Contudo, as áreas com aptidão florestal elevada integram importantes áreas com ocupação agrícola intensiva e que possuem uma elevada aptidão agrícola, nomeadamente as veigas de Calvelos, Chaves e Oura, o regadio de Curalha e as zonas aluvionares do Rio Tâmega e das ribeiras de Calvão e Feces. Se excluirmos essas áreas, as terras com aptidão

florestal e/ou pastagem natural e sem aptidão agrícola elevada passariam a representar aproximadamente 90,5% da superfície total do concelho.

As principais manchas com aptidão florestal e/ou pastagem natural elevada localizam-se na zona ocidental do concelho, nomeadamente nas freguesias de Calvão, Curalha, Redondelo e Seara Velha. Praticamente a maioria das áreas não declivosas do município, quer ao longo da sub-região do vale do Tâmega, quer ao longo da sub-região planáltica do Padrela, apresentam uma aptidão florestal e/ou pastagem natural (aptidão moderada). Considerando que as áreas florestais do município apenas representam 40,8% do território municipal, verifica-se que existe uma elevada disponibilidade de solo para uso florestal que não está a ser devidamente aproveitada, estando o atual uso do solo florestal muito aquém do que as áreas com aptidão para estes usos permitiriam.



Fonte: Agroconsultores e Coba, 1991

Gráfico 3.6 – Aptidão da terra para produção silvopastoril

As terras sem aptidão florestal e/ou pastagem natural corresponde a 1,5% e aproximadamente 862 ha e localizam-se nas proximidades da confluência entre os limites do concelho de Chaves com o concelho de Valpaços e Vinhais (freguesias de Cimo de Vila da Castanheira, Sanfins e São Vicente). Estas terras podem ser utilizadas para proteção da vida selvagem, atividades recreativas ou mesmo pastoreio muito extensivo, apicultura e cinegética (Agroconsultores e Coba, 1991), não sendo recomendáveis arborizações em larga escala. A proteção destas áreas tem como objetivo a melhoria destes solos para que num futuro longínquo tenham aptidão florestal (PROF-BeP, 2007).

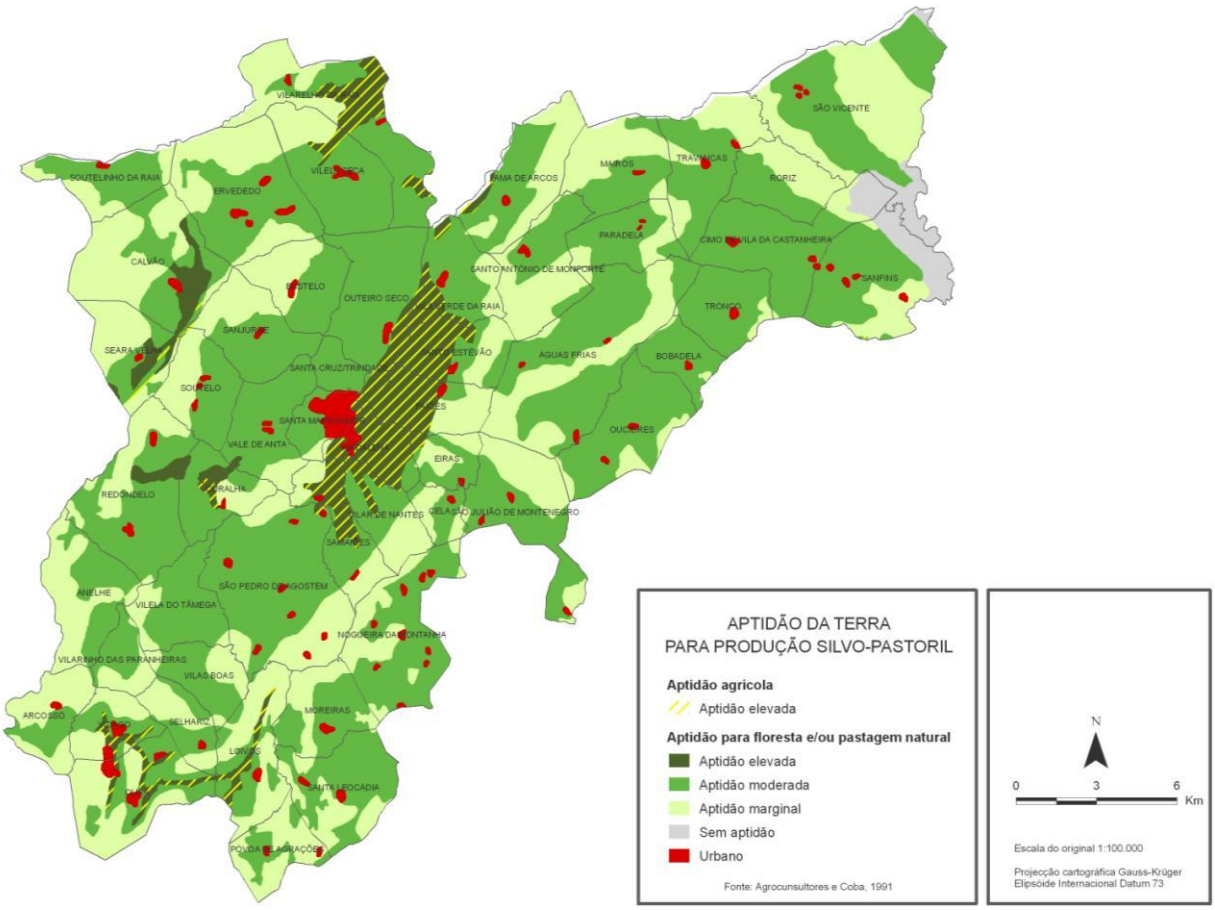


Figura 3.5 – Aptidão da terra para produção silvopastoril

3.3 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Quadro 3.2 – Floresta do concelho (PMDFCI, 2013)

TIPOLOGIA	ÁREA (ha)	PERCENT. DO CONCELHO (%)
Espaços florestais	34 406	58,2
Povoamentos florestais	14 151	23,9
Perímetro Florestal	6 099	10,3

Quadro 3.3 – Espaços florestais (PMDFCI, 2013)

CLASSIFICAÇÃO	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Florestas	14 151	41,1
Incultos	20 226	58,8
Improdutivos	29	0,1
Total	34 406	100,0

Quadro 3.4 – Espécies florestais dominantes (PMDFCI, 2013)

ESPÉCIE	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Pinheiro bravo	9 458	66,8
Outras resinosas	494	3,5
Carvalho	3 348	23,7
Castanheiro	316	2,2
Outras folhosas	535	3,8
Total	14 151	100,0

Quadro 3.5 – Aptidão florestal

APTIDÃO FLORESTAL	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
Aptidão elevada	3 738	6,4
Aptidão moderada	32 844	55,9
Aptidão marginal	20 185	34,3
Sem aptidão	862	1,5
Urbano	1 143	1,9
Total	59 124	100,0

Fonte: Agroconsultores e Coba, 1991

4. MODELO TERRITORIAL DA FLORESTA

4.1 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL E REGIONAL

4.1.1 PERSPECTIVA NACIONAL

LEI DE BASES DA POLÍTICA FLORESTAL

A política florestal nacional prossegue os seguintes objectivos[11]:

a) Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e do conjunto das atividades da fileira florestal;
b) Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha e salvaguardando os seus aspetos paisagísticos, recreativos, científicos e culturais;
c) Assegurar a melhoria do rendimento global dos agricultores, produtores e utilizadores dos sistemas florestais, como contributo para o equilíbrio sócio-económico do mundo rural;
d) Otimizar a utilização do potencial produtivo de bens e serviços da floresta e dos sistemas naturais associados, no respeito pelos seus valores multifuncionais;
e) Promover a gestão do património florestal nacional, nomeadamente através do ordenamento das explorações florestais e da dinamização e apoio ao associativismo;
f) Assegurar o papel fundamental da floresta na regularização dos recursos hídricos, na conservação do solo e da qualidade do ar e no combate à erosão e à desertificação física e humana;
g) Garantir a proteção das formações florestais de especial importância ecológica e sensibilidade, nomeadamente os ecossistemas frágeis de montanha, os sistemas dunares, os montados de sobro e azinho e as formações ripícolas e das zonas marginais dulçaquícolas;
h) Assegurar a proteção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, nomeadamente contra os incêndios;
i) Incentivar e promover a investigação científica e tecnológica no domínio florestal.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS

Os objetivos estratégicos e objetivos específicos considerados na Estratégia Nacional para as Florestas[12] são:

1. <u>Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos</u>
   1.1. Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI);
      a) Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
      b) Redução da incidência dos incêndios
      c) Garantir o cumprimento do PNDFCI

11 Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto
12 Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro

1.2. Protecção contra agentes bióticos nocivos;

a) Aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos;

b) Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas;

c) Reduzir o potencial de introdução e instalação de novos agentes bióticos nocivos;

d) Aumentar o conhecimento científico sobre os agentes bióticos nocivos

1.3. Recuperação e reabilitação de ecossistemas florestais afetados;

a) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados

2. Especialização do território

2.1. Planear a abordagem regional

2.2. Conservar o solo e da água em áreas suscetíveis a processos de desertificação

2.3. Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade

2.4. Promover a proteção das áreas costeiras

2.5. Conservar o regime hídrico

2.6. Adequar as espécies às características da estação

2.7. Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas

2.8. Promover a resiliência da floresta

3. Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos

3.1. Assegurar e melhorar a produção económica dos povoamentos

3.2. Diversificar as atividades e os produtos nas explorações florestais e agroflorestais

4. Internacionalização e aumento do valor dos produtos

4.1. Responder às exigências de mercado no sentido de fornecimento de produtos certificados

4.2. Reforçar a orientação para o mercado

4.3. Reforçar a integração horizontal e vertical das fileiras

4.4. Modernizar e capacitar as empresas florestais

5. Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector

5.1. Recolher e processar informação do setor de forma sistemática

5.2. Promover o Inventário da propriedade florestal

5.3. Aumentar a representatividade e sustentabilidade das organizações do setor

5.4. Dinamizar novas formas de organização e gestão dos espaços florestais

5.5. Desenvolver a inovação e a investigação florestal, nomeadamente através da criação de Centros de Competência para cada uma das principais fileiras florestais

5.6. Qualificar os agentes do setor

5.7. Fomentar a cooperação internacional

6. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política

6.1. Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas

6.2. Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal

6.3. Racionalizar e simplificar o quadro legislativo

6.4. Conferir enquadramento fiscal favorável ao investimento e gestão florestal

PLANO NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais[13] (PNDFCI) define os objectivos gerais de prevenção, pré-supressão, supressão e recuperação num enquadramento sistémico e transversal da DFCI. No PNDFCI estão preconizadas a política e as medidas para a DFCI, englobando planos de prevenção, sensibilização, vigilância, deteção, combate, supressão, recuperação de áreas ardidas, investigação e desenvolvimento, coordenação e formação dos meios e agentes envolvidos, bem como uma definição clara de objectivos e metas a atingir, calendarização das medidas e ações a médio prazo e longo prazo (2006 a 2012 e de 2012 a 2018), orçamento e plano financeiro e indicadores de execução.

O PNDFCI assenta em cinco eixos primordiais e estratégicos de atuação:

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
2. Reduzir a incidência de incêndios;
3. Melhorar a eficácia e a eficiência do ataque e da gestão de incêndios;
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
5. Adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

4.1.2 PERSPECTIVA REGIONAL

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) define a estratégia regional de desenvolvimento territorial para o sector florestal, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e constituindo o quadro de referência para a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's).

Como opções fundamentais da estratégia desenvolvimento da floresta:

1. Defender os espaços florestais componentes do património natural definindo o contributo para a construção do sistema biofísico e da rede fundamental de proteção e valorização ambiental;
2. Desenvolver as potencialidades produtivas e promover a valorização económica dos espaços florestais no sentido de otimizar a competitividade destes espaços como suporte de um sector de importância estratégica nacional;

13 Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio

3. Defender os espaços florestais com funções de proteção ambiental, suporte da regulação dos ciclos bio geoquímicos e dos riscos extensivos de carácter territorial (erosão, cheias, períodos de secas e desertificação e incêndios florestais).

Áreas florestais com relevância no concelho

O PROT-N salienta a necessidade de proteger as áreas florestais relevantes para o ordenamento florestal, dada a perda de povoamentos, retração da área florestal e perda de espécies de elevado valor biológico. Assim, integram-se nas áreas florestais relevantes para o ordenamento florestal:

- As áreas de uso florestal com extensão e continuidade no território, formadas por povoamentos e por incultos, independentemente das espécies florestais presentes que foram representadas em 3 níveis de importância: áreas florestais contínuas com 100 a 500ha, com 500 ha a 1000 ha e com mais de 1000 ha;
- As áreas florestais integradas em áreas protegidas e classificadas;
- As áreas submetidas a Regime Florestal;
- Todas as manchas de sobreiro e azinheira situadas fora das áreas protegidas e classificadas;
- Os povoamentos de folhosas autóctones com dimensão relevante, designadamente carvalhais, soutos e castinçais;
- As formações de folhosas ribeirinhas fundamentais na regulação do regime hidrológico e da qualidade da água dos sistemas lóticos.

O seu zonamento no município de Chaves foi já efetuado no relatório da "Caracterização da Paisagem", estudo que integra o dossier da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), e será ainda contemplado na definição da Estrutura Ecológica Municipal do concelho de Chaves.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO BARROSO E PADRELA

Os princípios orientadores da política florestal definida na Lei de Bases da Política Florestal, nomeadamente os relativos à organização dos espaços florestais, determinam que o ordenamento e gestão florestal se fazem através dos PROF's, cabendo a estes a explicitação das práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais, manifestando um carácter operativo face às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política.

Constituem objectivos gerais dos PROF's[14] a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes, a definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal, a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados, e a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à

14 n.º 3 do artigo 5.º da Lei de Bases da Política Florestal

erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.

O município de Chaves insere-se no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela[15] (PROF-BeP), instrumento de gestão territorial de cariz sectorial. Em termos de objectivos estratégicos, o PROF-BeP preconiza os seguintes objectivos:

1. Ultrapassar o risco de incêndio;
2. Corrigir o desajustamento de espécies e modelos de silvicultura contraditórios com uma gestão florestal sustentável;
3. Avançar com soluções que permitam a execução do cadastro florestal, nomeadamente através da criação de unidades de gestão;
4. Aumentar a taxa de ocupação florestal, através do aproveitamento da regeneração natural e novas plantações;
5. Introduzir um leque mais diversificado de produtos, o que obriga a considerar não apenas os produtos lenhosos mas também os outros, como por exemplo: a caça, a castanha, os frutos silvestres, o mel, etc;
6. Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça;
7. Impulsionar o ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de paisagem;
8. Promover a ampliação dos espaços florestais destinado ao recreio e lazer;
9. Infletir as situações do território onde as condições ambientais se encontram mais degradadas.

Sendo instrumentos sectoriais de gestão territorial, os PROF's constituem o contributo do sector florestal para os outros instrumentos de gestão territorial, em especial para os PMOT's, no que respeita especificamente à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, dado que as ações e medidas propostas nos PROF's são integradas naqueles planos. Seguidamente é efetuada uma descrição sucinta das principais medidas preconizadas, com implicações no território municipal de Chaves.

Áreas sensíveis

O PROF-BeP efetua a delimitação das áreas sensíveis existentes na região que impõem normas especiais de intervenção devido ao seu risco de incêndio e à sensibilidade à erosão e importância ecológica, social e cultural. No concelho de Chaves foram referenciadas as seguintes áreas sensíveis (Figura 6):

- A área classificada pela Rede Europeia "Rede Natura" representada pelo Sítio de Interesse Comunitário (SIC) e Zona de Protecção Especial (ZPE) Montesinho-Nogueira, que corresponde a uma zona sensível do ponto de vista da conservação e da biodiversidade;

15 Decreto Regulamentar n.º 3/2007, de 17 de Janeiro

- As áreas sensíveis do ponto de vista do risco de incêndio, que resultam do cruzamento das manchas florestais extensas com as zonas em que o risco de incêndio é elevado.

É proposto ainda a implantação de corredores ecológicos que visam compensar os efeitos da fragmentação da paisagem. Estes corredores correspondem a um traçado entre áreas com estatuto de proteção e entre estas e outras que, não estando sob a alçada de qualquer figura de proteção, lhes seja reconhecido particular interesse pelas especificidade florística e faunística, promovendo e protegendo a circulação e expansão de espécies da fauna e flora, com interesse do ponto de vista da conservação. Na área do município de Chaves foram estabelecidos os seguintes traçados:

- Gerês/Montesinho: este corredor que liga as áreas protegidas do Gerês e do Montesinho desenvolve-se paralelamente à linha de fronteira;
- Alvão/Padrela: este corredor que liga a serra do Alvão ao parque natural de Montesinho atravessa a Serra da Padrela pela linha de cumeada.

A delimitação aqui efetuada destes corredores é meramente indicativa, devendo ser incorporada no âmbito da definição da Estrutura Ecológica Municipal.

O PROF BeP foi publicado pelo Decreto –Regulamentar n.º3/2007, de 17 de janeiro, estando atualmente parcialmente suspenso (Art.º33º e Art.35º ao 39º do Regulamento) por força da Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro, que determina a revisão destes planos e suspende algumas das disposições regulamentares. Esta Portaria foi ainda, alterada pela Portaria 141/2015, de 21 de maio, que determina a prorrogação, por mais dois anos do prazo previsto para a revisão dos PROF, mantendo a suspensão parcial anteriormente publicada.

Zonas de Intervenção Florestal

As Zonas de Intervenção Florestal[16] (ZIF´s) são áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade. Com a implementação das ZIF pretende-se dinamizar através do associativismo florestal a constituição de unidades de exploração com dimensão que possibilite ganhos de eficiência da gestão do património florestal, através do ordenamento das explorações florestais e a planificação articulada da defesa contra incêndios, concretizando os objectivos da política florestal nacional, consagrada na Lei de Bases da Política Florestal[17]. A área territorial das ZIF, constituídas maioritariamente por espaços florestais, compreende um mínimo de 1000 ha e inclui no mínimo 50 proprietários/produtores florestais e 100 prédios rústicos e constituem-se por iniciativa dos proprietários ou produtores florestais que constituem o seu núcleo fundador.

16 Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto
17 Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto)

O plano de gestão florestal e o plano de defesa florestal de uma ZIF, bem como a sua localização e delimitação deveram atender às normas, princípios orientadores e ações estabelecidas no PROF-BeP, nos PMOT's e no PMDFCI, bem como às orientações regionais produzidas pelas comissões regionais de reflorestação.

A delimitação de uma ZIF deverá atender ainda à fisiografia do terreno, à rede de compartimentação, à ocupação e uso do solo, ao risco estrutural de incêndio florestal e à inclusão de um mosaico florestal que constitua uma unidade com dimensão e de particular importância para a produção e conservação dos recursos florestais ou naturais, incluindo a biodiversidade, a defesa do solo ou outra valência ambiental[18].

O PROF-BeP acrescenta ainda que a delimitação e a localização de uma ZIF deverá ser concretizada em zonas dominadas por pequenas propriedades florestais (com área inferior a 1000 ha), em zonas com uma superfície significativa de área ardida recente e em zonas de floresta madura que interessa estruturar com vista à defesa contra incêndios e ou conservação.

O PROF-BeP propõe e identifica uma série de freguesias com áreas preferenciais para a criação de uma ZIF, coincidindo basicamente com a zona sul do concelho de Chaves, dado que é reconhecida a qualidade do material lenhoso proveniente de extensas e contínuas manchas de pinhal existentes nesta região. O PMDFCI recomenda ainda a constituição de uma ZIF, numa segunda fase, nas freguesias que constituem a zona ocidental de Chaves, tendo em conta que as principais áreas sensíveis de risco histórico-geográfico elevado se encontram nesta zona do município (Figura 7).

Sub-regiões homogéneas e modelos de silvicultura

A organização de ocupação territorial dos espaços florestais do município foi definida no âmbito da elaboração dos PROF's e estabeleceu-se por sub-regiões homogéneas identificadas com uma orientação funcional dominante. As sub-regiões correspondem a grandes unidades de paisagem, que integram aspetos fisiográficos e de vegetação muito afins, em estreita correlação com a altitude e grau de influência atlântica. Estas sub-regiões naturais constituem o suporte dos modelos gerais de silvicultura, bem como da hierarquização das funcionalidades e das prioridades de intervenção relativas aos espaços florestais presentes. Foi também efetuado o reconhecimento das espécies suscetiveis de serem utilizadas em arborizações em Trás-os-Montes e a sua apetência para o cumprimento das diferentes funções definidas para as sub-regiões homogéneas. Finalmente, tendo por base a condução mais adequada dos povoamentos florestais, foram definidos os modelos de silvicultura, concebidos como uma orientação para o apoio a uma correta gestão dos povoamentos. O concelho de Chaves encontra-se integrado em 3 sub-regiões homogéneas: Barroso, Padrela e Tâmega.

18 Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto

Na sub-região do Barroso foram definidas nas bases de ordenamento as seguintes funcionalidades e estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

1. Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores:
   a) O recurso a práticas que conduzam ao melhoramento da atividade silvopastoril, tais como:
      i. Beneficiação de pastagens por sementeira;
      ii. Estabelecimento de pastagens permanentes;
      iii. Incentivo à produção de raças com Denominação de Origem Protegida (DOP);
      iv. Alargamento das pastagens a outras áreas suscetiveis desse emprego.
   b) O fomento da atividade cinegética através de:
      i. Monitorização do estado das populações cinegéticas;
      ii. Aumento da fiscalização do ato cinegético;
      iii. Acompanhamento dos planos de gestão;
      iv. Implementação de um sistema de registo de dados;
      v. Implementação e beneficiação de infraestruturas de suporte.
   c) A promoção da atividade de pesca pela:
      i. Identificação e divulgação de troços com potencial;
      ii. Implementação e beneficiação de infraestruturas de suporte;
      iii. Realização de estudos de monitorização das populações piscícolas;
      iv. Criação de zonas de pesca desportiva.
2. Recreio, enquadramento e estética da paisagem
   a) O alargamento do turismo de natureza ao espaço florestal contínuo através:
      i. Da inventariação e manutenção dos espaços com interesse lúdico e paisagístico;
      ii. Da implementação e beneficiação de infraestruturas de apoio;
      iii. Da valorização e recuperação do património edificado existente;
      iv. Do estabelecimento de percursos interpretativos em áreas florestais;
      v. Da elaboração do Atlas das Florestas do Norte de Portugal;
      vi. Do aproveitamento da originalidade paisagística aliada ao seu património histórico e arqueológico.
3. Conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geomonumentos
   a) A proteção e conservação às espécies de fauna e flora através do:
      i. Estabelecimento de corredores ecológicos que facilitem a sua circulação e expansão.

As seguintes espécies foram definidas como prioritárias para esta sub-região: *Acer pseudoplatanus, Alnus glutinosa, Bétula alba, Castanea sativa, Celtis australis, Corylus avellana, Fraxinus angustifolia, Ilex aquifolium, Prunus avium, Quecus pyrenaica, Quercus robur, Quercus suber, Sorbus aucuparia, Ulmus minor*.

Na sub-região do Padrela foram definidas nas bases de ordenamento as seguintes funcionalidades e estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

1. Produção
   a) Promover a floresta de produção recorrendo à:
      i. Utilização de espécies com bom potencial produtivo que permitam obter madeira de qualidade e outros produtos não lenhosos, designadamente o castanheiro e as resinosas de montanha;
      ii. Aplicação de técnicas silvícolas capazes de elevar o valor comercial do produto final.
2. Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores
   a) Recorrer a práticas que conduzam ao melhoramento da atividade silvopastoril, tais como:
      i. Beneficiação de pastagens por sementeira;
      ii. Estabelecimento de pastagens permanentes;
      iii. Incentivo à produção de raças com Denominação de Origem Protegida;
      iv. Alargamento das pastagens a outras áreas suscetiveis desse emprego.
   b) Fomentar a atividade cinegética através de:
      i. Monitorização do estado das populações cinegéticas;
      ii. Aumento da fiscalização do ato cinegético;
      iii. Acompanhamento dos planos de gestão;
      iv. Implementação de um sistema de registo de dados;
      v. Implementação e beneficiação de infraestruturas de suporte.
   c) Promover a atividade de pesca pela:
      i. Identificação e divulgação de troços com potencial;
      ii. Implementação e beneficiação de infraestruturas de suporte;
      iii. Realização de estudos de monitorização das populações piscícolas;
      iv. Criação de zonas de pesca desportiva.
3. Recreio e enquadramento estético da paisagem
   a) Alargar o turismo de natureza ao espaço florestal contínuo recorrendo a:
      i. Inventariação e manutenção dos espaços com interesse lúdico e paisagístico;
      ii. Implementação e beneficiação de infraestruturas de apoio;
      iii. Valorização e recuperação do património edificado existente;
      iv. Estabelecimento de percursos interpretativos em áreas florestais;
      v. Elaboração do Atlas das Florestas do Norte de Portugal;
      vi. Aproveitamento da originalidade paisagística aliada ao seu património histórico e arqueológico.

As seguintes espécies foram definidas como prioritárias para esta sub-região: *Acer pseudoplatanus, Castanea sativa, Fraxinus angustifolia, Prunus avium, Quecus pyrenaica, Quercus suber.*

Na sub-região do Tâmega foram definidas nas bases de ordenamento as seguintes funcionalidades e estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

1. Produção
   a) Promover a floresta de produção recorrendo à:
      i. Utilização de espécies com bom potencial produtivo que permitam obter madeira de qualidade e outros produtos não lenhosos;
      ii. Aplicação de técnicas silvícolas capazes de elevar o valor comercial do produto final;
      iii. Certificação do pinho do Tâmega.
2. Protecção
   b) Recuperar o perfil do solo através de:
      i. Arborizações que induzam o restabelecimento da sua capacidade bioprodutiva;
   b) Proteger a integridade ecológica das águas interiores através do:
      i. Melhoramento das cortinas ripárias existentes.
3. Recreio e enquadramento estético da paisagem
   a) Alargar o turismo de natureza ao espaço florestal contínuo através de:
      i. Inventariação e manutenção dos espaços com interesse lúdico e paisagístico;
      ii. Implementação e beneficiação de infraestruturas de apoio;
      iii. Valorização e recuperação do património edificado existente;
      iv. Estabelecimento de percursos interpretativos em áreas florestais;
      v. Elaboração do Atlas das Florestas do Norte de Portugal;
      vi. Aproveitamento da originalidade paisagística aliada ao seu património histórico e arqueológico.

As seguintes espécies foram definidas como prioritárias para esta sub-região: *Acer pseudoplatanus*, *Castanea sativa*, *Pinus pinea*, *Quecus pyrenaica*, *Quercus robur*, *Quercus suber*.

O concelho de Chaves é ainda abrangido pela sub-região natural de Bragança, que corresponde à atual Rede Natura 2000 do município de Chaves. No entanto, dada a sua reduzida dimensão no contexto do PROF-BeP, esta área foi integrada na sub-região do Padrela. Contudo, no contexto municipal, a abordagem a estas duas sub-regiões homogéneas deverá ser distinta, tendo em conta que a função conservação deverá ser a principal funcionalidade da área integrada na Rede Natura 2000. Engloba como subfunções a conservação de espécies da flora e fauna protegida e a conservação dos recursos genéticos.

Plano de Ordenamento

De forma a sistematizar hierarquicamente os diferentes tipos de iniciativas a desenvolver na área do PROF-BeP, procurou-se, num primeiro nível, que as iniciativas se enquadrassem por grandes grupos de intervenções. As áreas estratégicas correspondem, assim, a encadeados de programas e atividades (2º e 3º níveis hierárquicos) que procuram obter resultados com reflexos numa mesma área estratégica. Para cada programa foi definido um conjunto de objectivos, a sua incidência regional, indicadores, as atividades e os agentes envolvidos. Para cada atividade foi definido um calendário previsto ou metas a atingir e o orçamento esperado.

As medidas e o programa de intervenção definido pelo PROF-BeP foram contempladas no PMDFCI de Chaves, de modo a integrar as políticas sectoriais de âmbito regional e nacional ao nível do município.

Programa de intervenção:

1. Arborização e reabilitação de áreas florestais:
   i. Arborização e terras agrícolas;
   ii. Arborização de espaços florestais;
   iii. Condução da regeneração natural de folhosas autóctones.
2. Beneficiação de áreas florestais:
   i. Beneficiação de superfícies florestais;
   ii. Recuperação após fogo;
   iii. Compartimentação/Acessibilidade;
   iv. Manutenção e adensamento da cortina ripária.
3. Prevenção e vigilância de fogos florestais:
   i. Adensamento e relocalização de infraestruturas;
   ii. Responsabilização/Constituição de Brigadas de Sapadores Florestais.
4. Consolidação da atividade florestal:
   i. Reforço do movimento associativo.
5. Atividades associadas:
   i. Atividades de natureza em espaço florestal;
   ii. Ordenamento cinegético;
   iii. Dinamização e ordenamento aquícola;
   iv. Regularização e beneficiação silvopastoril.

As medidas e o programa de intervenção definido pelo PROF-BeP foram contempladas no PMDFCI de Chaves, de modo a integrar as políticas sectoriais de âmbito regional e nacional ao nível do município.

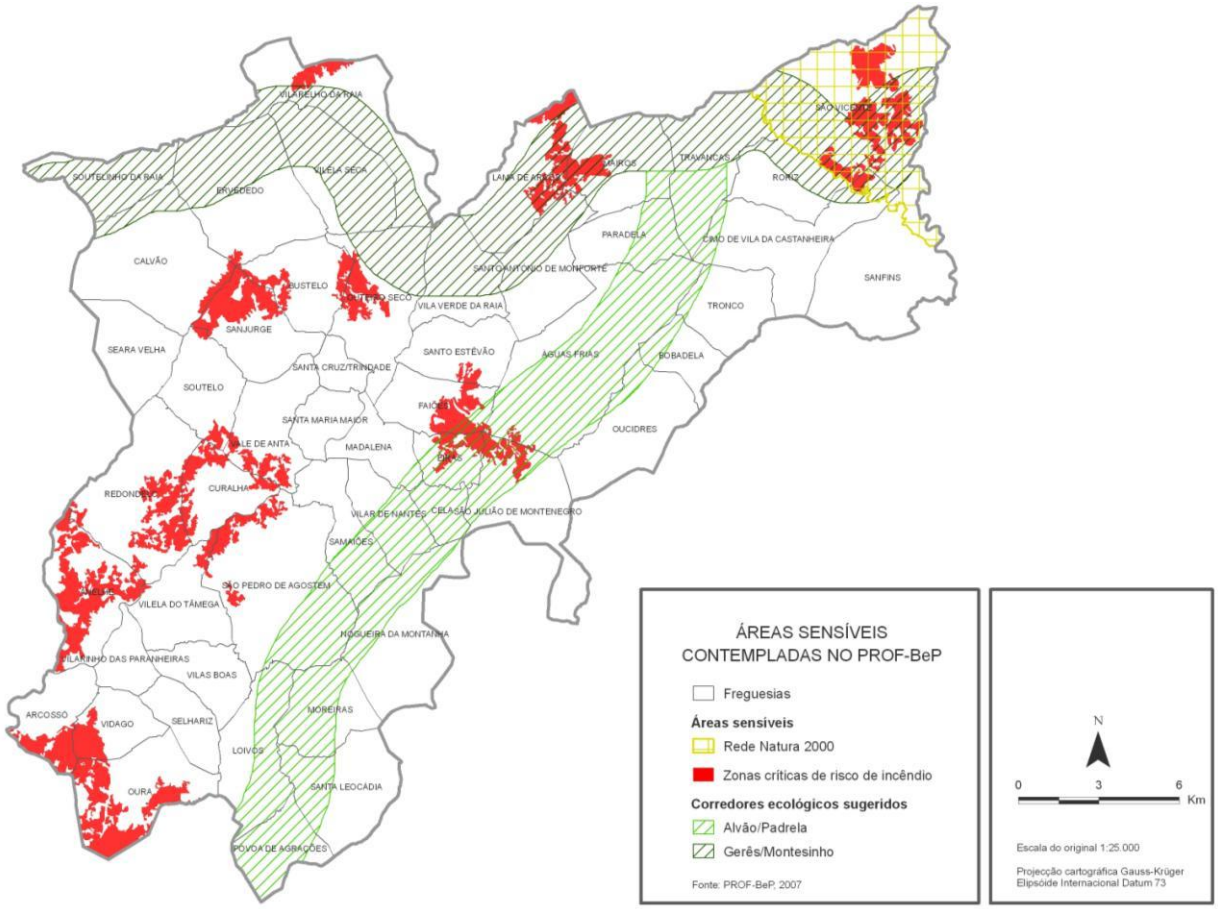


Figura 4.1 – Áreas sensíveis contempladas no PROF-BeP

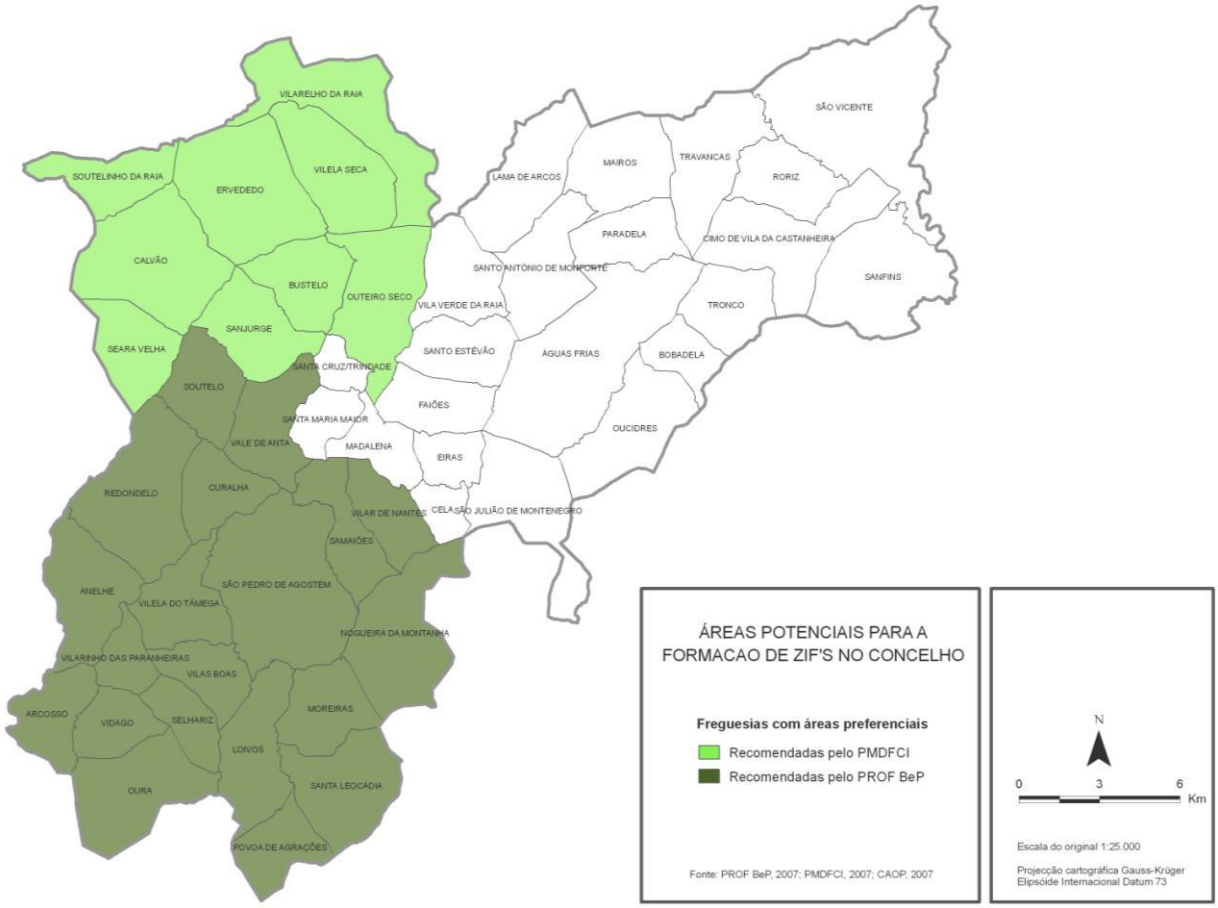


Figura 4.2 – Freguesias com áreas preferenciais para a criação de ZIF

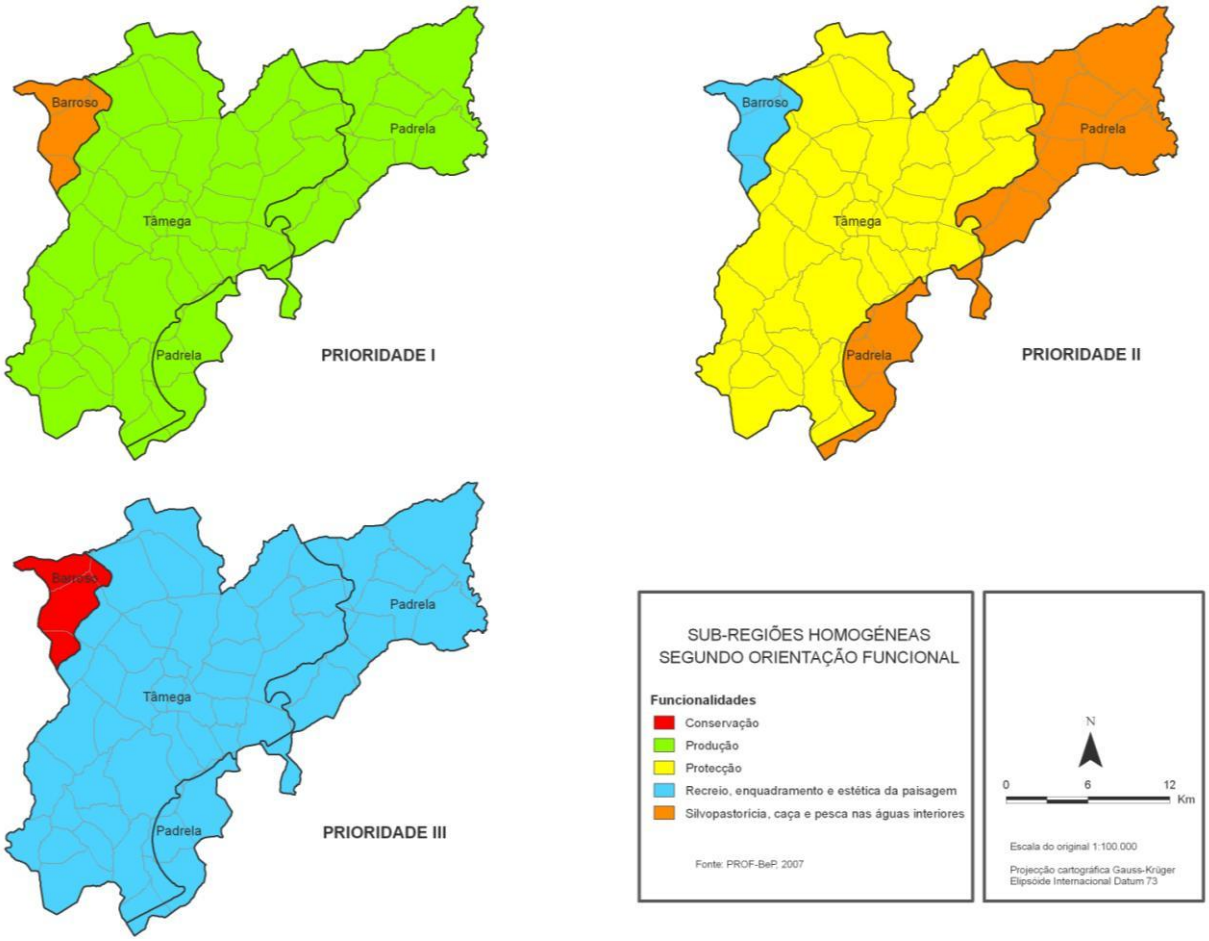


Figura 4.3 – Sub-regiões homogéneas segundo orientação funcional

4.2 ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
> Forte tradição cultural e florestal; > Compartimentação da paisagem provocada pela agricultura e pastagens permanentes; > Elevado potencial para a silvo-pastorícia; > Disponibilidade alargada de áreas para floresta; > Condições propícias à produção de bens não-lenhosos; > Dimensão considerável dos baldios; > Presença dominante de pinheiro bravo de qualidade, bem como de carvalho e castanheiro.	> Incremento considerável dos povoamentos florestais percorridos por incêndios; > Presença de problemas de fitossanidade, principalmente no Castanheiro, atacado pela doença da tinta; > Continuidade e sobrelotação dos povoamentos de pinheiro bravo; > Reduzida dimensão e extrema repartição da propriedade florestal; > Cadastro da propriedade ausente; > Abandono generalizado da exploração pelos proprietários privados, responsáveis pela maioria da superfície florestal;

	> Despovoamento das áreas rurais com abandono das práticas de gestão florestal; > Pressão urbanística dos solos florestais; > Inexistência de áreas florestais sob a gestão de empresas industriais; > Indústria da madeira de serração pouco competitiva.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
> Promoção da gestão florestal ativa; > Conversão de terras agrícolas em florestais; > Fomento do apoio ao movimento associativo; > Promoção da certificação da gestão do pinheiro bravo como garantia de eficiência e valorização do pinho; > Organização da produção de castanha e mel; > Programas de prevenção e combate nas áreas de maior dimensão; > Ações de reconhecimento dos limites da propriedade; > Aproveitamento e condução da regeneração natural de folhosas, reconversão e diversificação do coberto florestal.	> Fragilidade de alguns sistemas florestais aos agentes bióticos; > Risco de incêndio elevado nas manchas extensas de pinheiro bravo.

4.3 ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Os municípios possuem um grau de intervenção na floresta reduzido, estando a maioria das competências no planeamento florestal na dependência dos órgãos nacionais e regionais. Contudo, os municípios possuem particular relevância no aproveitamento dos recursos silvestres, principalmente, no usufruto cinegético, aquícolas e de lazer dos espaços silvestres. A atual política de DFCI realça a importância de intervenção concertada nos diversos níveis territoriais, dirigindo aos municípios um importante papel de intervenção no âmbito das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. O município desempenha principalmente um papel de dinamizador da fileira florestal, quer ao estimular a iniciativa dos particulares relativa à exploração da floresta quer no acompanhamento e participação do gabinete florestal na ação dos serviços florestais regionais. As seguintes medidas ou ações prioritárias visam estimular a fileira florestal, como eixo estratégico de desenvolvimento territorial, na vertente económica, social e ambiental.

REFORÇO DA SUPERFÍCIE DA SUPERFÍCIE FLORESTAL

Deverá ser incentivado a (re) arborização de incultos, de áreas ardidas e de parcelas agrícolas, bem como o adensamento de áreas florestais arborizadas subaproveitados e/ou degradadas. Os espaços florestais deverão formar estruturas contínuas, mas compartimentadas e diversificadas e infraestruturadas, mais equilibradas e resistentes aos agentes de destruição.

ESPECIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A especialização do território com base no conceito de função dominante dos espaços florestais e atendendo aos modelos gerais de silvicultura definidos no Plano Regional de Ordenamento Florestal Barroso e Padrela para o município, que adapta a floresta às condições edafoclimáticas das sub-regiões homogéneas existentes, que reduza áreas de silvicultura intensiva e que permite garantir a estabilidade da floresta.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS ESPAÇOS FLORESTAIS

O aumento da produtividade dos espaços florestais e a melhoria da competitividade da fileira florestal deverá ser efetuado na ótica do uso múltiplo dos recursos, na diversificação dos rendimentos das explorações e no reforço do valor acrescentado dos produtos florestais. Além da aplicação dos códigos de boas práticas florestais e da promoção de processos de certificação dos produtos deverá ser promovida a diversificação integrada de atividades e a multifuncionalidade: turismo, cinegética, pesca, pastorícia, produtos silvestres, biomassa florestal. A integração da fileira agro-florestal num centro de investigação, transferência de ciência e tecnologia da região do Alto Tâmega (Centro Tecnológico) contribui para promover a inovação e o desenvolvimento de novos produtos promotores da valorização e diversificação dos produtos e melhoria da produtividade. Deverá ainda ser incentivada a criação e implementação de empresas da fileira florestal no município, através do incentivo à gestão ativa e profissional dos pequenos proprietários florestais (ações de qualificação e formação, etc.) e à promoção exterior do potencial da fileira florestal existente no território municipal.

ORDENAMENTO DAS EXPLORAÇÕES FLORESTAIS

Dinamização da constituição de explorações florestais com dimensão, que possibilite ganhos de eficiência da gestão e planificação articulada da Defesa da Floresta Contra Incêndios, através do apoio ao associativismo, da constituição de Zonas de Intervenção Florestal e da criação de Planos de Gestão Florestal.

GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORESTAIS

Gestão sustentável dos recursos florestais, promovendo o desenvolvimento rural integrado, de modo a proteger a biodiversidade e os sistemas de alto valor natural e paisagístico associados aos sistemas agrícolas e florestais. Deverá haver uma principal incidência para as áreas florestais relevantes para o ordenamento florestal, nomeadamente, as áreas com grande extensão e continuidade no território, as áreas integradas na Rede Natura 2000 e na reserva biológica das Lagoas de Chaves, as áreas submetidas a Regime Florestal, as galerias ripícolas, os povoamentos de sobreiros e azinheiras e de folhosas autóctones com dimensão relevante,

designadamente carvalhais, soutos e castinçais e, finalmente, as áreas com funções de proteção dos recursos hídricos e dos solos[19].

REDUÇÃO DOS RISCOS

Tornar a floresta mais estável e resistente aos agentes bióticos e abióticos, causados por pragas e doenças e incêndios florestais. Além da promoção de campanhas de sanidade patológica com vista à prevenção e controlo dos agentes bióticos, deverá ser promovida a recuperação de espaços degradados e a implementação das práticas de gestão e de infraestruturação adequadas aos sistemas produtivos e riscos presentes, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que permitem aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais e, em última análise, reduzir a área anual ardida.

APROVEITAMENTO DE BIOMASSA FLORESTAL PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA

A utilização do território, no âmbito do planeamento florestal, deve promover as práticas de gestão e valorização da biomassa para fins energéticos, contribuindo para a criação de emprego, melhoria da gestão das explorações florestais e redução do risco de incêndio. Deverá ser estimulada uma recolha eficiente de biomassa para abastecimento das futuras centrais termoeléctricas previstas para a região e a criação de minicentrais de biomassa de nível local.

19 Ler zonamento destes elementos efetuado no relatório da "Caracterização da Paisagem"

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRAT (2004) – *Alto Tâmega: Sectores Económicos*. Caderno Temático n.º4, Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega, Chaves, 2004

AGROCONSULTORES E COBA (1991) – *Carta dos solos, carta do uso actual da terra e carta da aptidão da terra no nordeste de Portugal*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, Março de 1991

CCDR-N (2008) – *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, Fase III: Modelo Territorial*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, Abril de 2008

CCDR-N, IPB e UTAD (2005) – *Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro, Estudos de Fundamentação Técnica: Estruturas e Dinâmicas Produtivas de Base Territorial*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Bragança, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Vila Real, Agosto de 2005

DGADR (2001) – *Produtos Tradicionais Portugueses*. Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, 2001

DGRF, NORDESTE RURAL e UTAD (2006) – *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela*. Direcção-Geral de Recursos Florestais, Nordeste Rural e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Junho de 2006

DHVTECNOPOR (2007) – *Caracterização do Alto Tâmega e Edição do Atlas/Guia das Rotas do Alto Tâmega*. Associação de Municípios do Alto Tâmega, Chaves, 2007

DRAOTLVT (2002) – *Acção 3.A.1.3.3. Ordenamento e gestão de instalações pecuárias*. Grupo de Trabalho Agro-Ambiental, Direcção Regional de Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa, Dezembro de 2002

DRAPN (2008) – *Manual de Conversão ao Modo de Produção Biológico*. Divisão de Produção Agrícola da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2008

GEOIDEIA (2003) – *Estudo para a valorização dos Produtos Regionais*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Dezembro de 2003

GPP (2007) – *Sub-fileira Castanha: Diagnóstico Sectorial*. Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Fevereiro de 2007

GPP (2007) –*Carne: Diagnóstico Sectorial*. Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Fevereiro de 2007

GPP (2007) –*Horticultura: Diagnóstico Sectorial*. Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Fevereiro de 2007

GPP (2007) –*Vitivinicultura: Diagnóstico Sectorial*. Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Fevereiro de 2007

INE (1989) – *Recenseamento Geral da Agricultura 1989*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1989

INE (1997 a 2007) – *Anuários Estatísticos da Região Norte, 1996 a 2006*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1997 a 2007

INE (2001) – *Recenseamento Geral da Agricultura 1999: Trás-os-Montes*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2001

INE (2001) – *Recenseamento Geral da Agricultura 1999: Análise dos Resultados*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 2001

LAMEIRAS, José António (2004) – *A Agricultura e o Ordenamento do Território*. Seminário "Agricultura e o Ordenamento do Território", Auditório da Fundação Cupertino Miranda, Porto, Junho de 2004

MADRP (2007) – *Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Outubro de 2007

MAM (2015). Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. *Plano de Desenvolvimento Rural (2014-2020)*

MADRP (2007) – *Programa Rede Rural Nacional*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Maio de 2007

MAGALHÃES, Manuela Raposo (2007) – *Estrutura ecológica da Paisagem. Conceitos e Delimitação: escalas regional e municipal*. Centro de Estudos de Arquitectura Paisagística "Prof. Caldeira Cabral" do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2007

MAOTDR / DGOTDU (2006) – *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa, Dezembro 2006

PLANUM, LDA (1995) – *Estudos de fundamentação técnica do Plano Director Municipal de Chaves*. Câmara Municipal de Chaves, 1995

SPIDOURO (2003) – *Estratégia de Desenvolvimento Económico para a revisão dos PDM's do Alto Tâmega*, Novembro de 2003

CCDR-N, IPB e UTAD (2005) – *Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro, Estudos de Fundamentação Técnica: Estruturas e Dinâmicas Produtivas de Base Territorial*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Bragança, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Vila Real, Agosto de 2005

CMC (2006) – *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*. Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Chaves, Chaves, Abril de 2006

CMC (2007) – *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2008-2012)*. Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Chaves, Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Chaves, Chaves, Maio de 2007

CMC (2008) – *Plano Operacional Municipal: Chaves 2008*. Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Chaves, Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Chaves, Chaves, Abril de 2008

DGRF, NORDESTE RURAL e UTAD (2006) – *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela*. Direcção-Geral de Recursos Florestais, Nordeste Rural e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Junho de 2006

FERREIRA, Filomena (2007) – *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, Fase 1 – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional. Temática: Ordenamento Florestal*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, Maio de 2007

FERREIRA, Filomena (2007) – *Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte, Fase 2 – Opções Estratégicas de Base Territorial – 1ª Proposta de Modelo Territorial. Temática: Ordenamento Florestal*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, Julho de 2007

MADRP (2005) – *Orientações para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Grupo de Reflexão Estratégica, Lisboa, Dezembro de 2005

PARDAL, Sidónio, CORREIA, Paulo e COSTA LOBO, Manuel (2000) – *Normas Urbanísticas – Volume IV: Planeamento Integrado do Território, Elementos de Teoria Crítica*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2000

5.1 SITES CONSULTADOS

Agência Portuguesa do Ambiente: www.apambiente.pt

Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega: www.adrat.pt

Câmara Municipal de Chaves: www.cm-chaves.pt

Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens: www.cnpgb.inag.pt

Cooperativa Agrícola de Chaves: www.coopagrichaves.no.sapo.pt

Diário da República Electrónico: dre.pt

Direcção Regional de Agricultura de Pescas do Norte: www.drapn.min-agricultura.pt

Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: www.dgadr.pt

Direcção-Geral dos Recursos Florestais: www.dgrf.min-agricultura.pt

EUR-Lex: eur-lex.europa.eu

Gabinete de Planeamento e Políticas: www.gpp.pt

Instituto da Vinha e do Vinho: www.ivv.min-agricultura.pt

Instituto Geográfico Português: www.igeo.pt

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas: portal.min-agricultura.pt

Naturlink: www.naturlink.pt

Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro: www.prot-tmad.org

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: www.territorioportugal.pt

Sistema Nacional de Informação Geográfica: snig.igeo.pt

Rede de Informação de Situações de Emergência: scrif.igeo.pt

6. ANEXOS

ANEXO 1 – BARRAGENS E ALBUFEIRAS DE GRANDE DIMENSÃO DO MUNICÍPIO

Quadro 6.1 – Características das barragens e albufeiras de grande dimensão do município

BARRAGEM	ARCOSSÓ	REGO DO MILHO	CURALHA	MAIROS
Dados Gerais				
Local	Nogueirinhas	Cambedo	Curalha	Mairos
Linha de Água	Ribeira de Arcossó	Ribeira do Milho	Ribeira das Aveleiras	Ribeira do Salgueiro
Ano de conclusão	1999	2005		1995
Características da Barragem				
Altura acima da fundação	40 m	40 m	16 m	23,5 m
Altura acima do terreno natural			12 m	20,5 m
Cota do coroamento	540 m	457 m	406,5 m	801,5 m
Comprimento do coroamento	315 m	349 m	210 m	213,5 m
Largura do coroamento	8 m			
Volume de aterro	386 620 m^3	260 000 m3		78 000 m^3
Características da Albufeira				
Área inundada ao NPA	412 000 m^2	184 000 m^2	177 000 m^2	67 000 m^2
Capacidade total	4 876 000 m^3	1 535 500 m^3	792 000 m^3	369 000 m^3
Capacidade útil	4 508 630 m^3	1 442 235 m^3	740 000 m^3	359 700 m^3
Volume morto	367 370 m^3	93 265 m^3	52 000 m^3	13 300 m^3
Cota de NPA	537 m	453 m	405 m	800 m
Cota de NMC	538,25 m	455,5 m	405,4 m	801,46 m

BARRAGEM	ARCOSSÓ	REGO DO MILHO	CURALHA	MAIROS
Cota de NME	514 m	437 m	396,5 m	778,3 m

Fonte: Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens